



Universidade
Estadual de Goiás

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades
“Territórios e Expressões Culturais no Cerrado”

PEDRO HENRIQUE MARQUES CARDOSO

**IMPERIALISMO E MISSÕES CIENTÍFICAS NO BRASIL CENTRAL – a atuação da
FBC/SUDECO**

Anápolis

2018

PEDRO HENRIQUE MARQUES CARDOSO

**IMPERIALISMO E MISSÕES CIENTÍFICAS NO BRASIL CENTRAL – a atuação da
FBC/SUDECO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades na área interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.
Coorientadora: Prof.(a) Dr. Dulce Portilho Maciel.

Anápolis

2018

PEDRO HENRIQUE MARQUES CARDOSO

**IMPERIALISMO E MISSÕES CIENTÍFICAS NO BRASIL CENTRAL – a atuação da
FBC/SUDECO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades na área interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.
Coorientadora: Prof.(a) Dr. Dulce Portilho Maciel.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier
Presidente/PPG TECCER/UEG

Prof.^a Dr.^a Dulce Portilho Maciel
Coorientadora/PPG TECCER/UEG

Prof. Dr. César Augustus Labre Lemos de Freitas
Examinador/Departamento de Economia/UFMA

Prof.^a Dr.^a Divina Aparecida Leonel Lunas Lima
Examinadora/PPG TECCER/UEG

Prof. Dr. José Santana da Silva
Examinador/Departamento de História/UEG CCSEH

Prof.^a Dr.^a Janes Socorro da Luz
Suplente/PPG TECCER/UEG

Prof. Dr. Edmilson Ferreira Marques
Suplente/Departamento de História/ UEG Campus Uruaçu

Anápolis, ____ de _____ de 2018.

Ficha catalográfica

C268i	<p>Cardoso, Pedro Henrique Marques. Imperialismo e missões científicas no Brasil Central [manuscrito] : a atuação da FBC / SUDECO / Pedro Henrique Marques Cardoso – 2018. 109f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier. Coorientadora: Prof^a Dr.^a Dulce Portilho Maciel. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2018.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Economia – Integração territorial – Centro Oeste - Brasil. 2. Imperialismo econômico – Centro Oeste - Brasil. 3. Desenvolvimento regional – Ciência – Fundação Brasil Central. 4 .Dissertações – PPG- TECCER - CCSEH/UEG. I. Xavier, Glauber Lopes. II. Maciel, Dulce Portilho. III. Título.</p> <p>CDU 332.1(817)(043.3)</p>
-------	---

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/CCSEH
CRB1/2385

Dedico este trabalho aos meus camaradas – amigos e familiares de peleja constante.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram com a realização desta pesquisa. Em especial agradeço aos meus familiares e amigos, pelo apoio e paciência durante o tempo que estive envolvido neste propósito. Também sou grato aos professores Glauber Lopes Xavier e Dulce Portilho Maciel pela valiosa ajuda e contribuição, oferecida gratuitamente, a esta pesquisa e a este que aqui escreve. Por último, agradeço aos meus queridos avós Levy Correia Marques (*in memorian*) e Lázaro Antônio Cardoso (*in memorian*). Dois grandes exemplos. Ambos amavam a história e a vida. Mostraram-me este amor, me ensinaram a viver.

RESUMO

Este estudo analisa as pesquisas científicas organizadas pela Fundação Brasil Central (FBC) e pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) em parceria com instituições de pesquisa internacionais, entre os anos de 1943 e 1991. Grande parte destas pesquisas se configurou como importantes empreendimentos científicos, destinados a conhecer as potencialidades naturais do território Brasil Central. Tanto a FBC quanto a SUDECO tinham como objetivo propiciar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, sendo sua área de atuação os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, bem como o então denominado Território Federal de Rondônia (atual Estado de Rondônia) e o Distrito Federal. Diante disso, o objetivo da pesquisa é analisar a política imperialista contida nestes estudos e pesquisas propostas por estas instituições, entendendo que tais pesquisas possuíam não apenas a finalidade de abranger questões relacionadas ao conhecimento propriamente dito, mas também possuíam o objetivo de servir de instrumento de dominação territorial nos quadros de um capitalismo dependente e periférico.

Palavras-chave: Imperialismo. Ciência. Território. Brasil Central. FBC. SUDECO.

ABSTRACT

This study analyzes the scientific research organized by the Central Brazil Foundation (FBC) and the Developmental Authority of the Center-West Region (SUDECO) in partnership with international research institutions between the years 1943 and 1991. Much of this research has been configured as important scientific endeavors aimed at understanding the natural potential of the Central Brazil territory. Both FBC and SUDECO had the objective of promoting the economic and social development of the Central-West region, being its area of activity the states of Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, as well as the so-called Federal Territory of Rondônia (State of Rondônia) and the Federal District. Therefore, the objective of the research is to analyze the imperialist policy contained in these studies and research proposed by these institutions, understanding that such research had not only the purpose of covering questions related to knowledge itself, but also had the objective of serving as an instrument of territorial domination in the framework of a dependent and peripheral capitalism.

Keywords: Imperialism. Science. Territory. Central Brazil. FBC. SUDECO.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ESTADO, CAPITAL E IMPERIALISMO: O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS.....	15
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPERIALISMO.....	16
1.2 OS PRESSUPOSTOS DO NOVO IMPERIALISMO.....	21
1.2.1 O Novo Imperialismo como política externa dos EUA.....	25
1.3 DESENVOLVIMENTO X SUBDESENVOLVIMENTO: A QUERELA DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS.....	30
1.3.1 Desenvolvimento e Dependência: questões teóricas.....	32
2 O PROJETO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASIL CENTRAL: DA FBC A SUDECO.....	43
2.1 O CENTRO-OESTE NO QUADRO ECONÔMICO DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA: SÍNTESE HISTÓRICA.....	43
2.2 O BRASIL CENTRAL E A FRONTEIRA: O PAPEL INTERVENCIONISTA DO ESTADO SOBRE O TERRITÓRIO.....	51
2.3 DA FBC A SUDECO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ATUAÇÃO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL CENTRAL.....	60
2.3.1 Integração Territorial: da Marcha para o Oeste à consolidação da FBC.....	60
2.3.2 SUDECO: gênese e atuação.....	69
3 IMPERIALISMO E MISSÕES CIENTÍFICAS NO BRASIL CENTRAL: A ATUAÇÃO DA FBC/SUDECO.....	74
3.1 A ATIVIDADE CIENTÍFICA E O CAPITAL MONOPOLISTA.....	74
3.2 OBSERVAÇÕES SOBRE A CIÊNCIA NO BRASIL.....	79
3.3 MISSÕES CIENTÍFICAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL CENTRAL NO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA FBC/SUDECO.....	87
3.3.1 A pesquisa estrangeira no âmbito da FBC/SUDECO.....	89
3.3.2 O caso da Expedição Xavantina-Cachimbo.....	98
3.3.3 SUDECO – principais convênios de pesquisa.....	105
CONCLUSÃO.....	109
REFERÊNCIAS.....	112

INTRODUÇÃO

A iniciativa de pesquisar sobre o tema aqui apresentado surgiu após trabalhar no programa de iniciação científica (durante a graduação), vinculado ao CNPq, no qual tive a oportunidade de lidar com documentos referentes às instituições: Fundação Brasil Central (FBC); Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE)¹; Superintendência do Desenvolvimento da região Centro-Oeste (SUDECO). As fontes usadas na realização desta pesquisa fazem parte do acervo documental da FBC e da SUDECO, guardados no Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebemos por meio da análise dos documentos, a grande produção de estudos e pesquisas técnicas e científicas direcionadas ao território Brasil Central. Tais estudos e pesquisas foram realizados por indivíduos ou grupos vinculados a instituições nacionais e estrangeiras. Toda essa movimentação de pesquisadores em nosso território foi então fiscalizada pelo CFE, órgão criado em 1933 e que teve sua extinção em 1967. A partir de 1943, o CFE passou a receber apoio logístico da FBC, órgão criado naquele ano com o objetivo de servir de instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Em 1967, juntamente com o CFE, a FBC foi extinta, ficando com a SUDECO a responsabilidade de seguir com os trabalhos da antiga FBC.

Tanto a FBC quanto a SUDECO tinham como objetivo propiciar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, sendo sua área de atuação os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, bem como o então denominado Território Federal de Rondônia (atual Estado de Rondônia) e o Distrito Federal². Estas instituições procuraram orientar investimentos públicos e privados para as áreas em que atuaram, coordenando e distribuindo as atividades econômicas. Desta forma, as medidas tomadas por estes órgãos levavam em consideração as constantes transformações que vinham ocorrendo no país, como por exemplo: transformação da agricultura tradicional em agricultura de mercado; acelerado processo de urbanização e industrialização da região Sudeste; e esgotamento da fronteira agrícola no Sul do Brasil.

Grande parte das pesquisas organizadas pela FBC e SUDECO se configurou como importantes empreendimentos científicos, destinados a conhecer as potencialidades naturais

¹ A documentação do CFE está guardada no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Rio de Janeiro.

² Diante da dificuldade de pontuar precisamente as áreas de atuação da FBC e da SUDECO, tendo em vista que estas instituições atuaram em territórios das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, no decorrer deste estudo utilizaremos o termo 'Brasil Central' para referirmos as áreas em que ambas estas instituições atuaram.

do território do Brasil Central. Muitos destes estudos ocorreram em parceria com instituições de pesquisa nacionais e internacionais. Diante disso, o objetivo da pesquisa é analisar a política imperialista contida nestes estudos e pesquisas propostas por estas instituições, entendendo que tais pesquisas possuíam não apenas a finalidade de abranger questões relacionadas ao conhecimento propriamente dito, mas também possuíam o objetivo de servir de instrumento de dominação territorial nos quadros de um capitalismo dependente e periférico. Para tanto, foi realizada uma análise exaustiva dos documentos primários relativos às missões estrangeiras e aos programas de pesquisa científica que ocorreram sob o domínio destas instituições. Os resultados serão expostos ao longo deste estudo.

A partir da década de 1940, o território do Brasil Central passou a sofrer constantes intervenções de políticas públicas desencadeadas pelo Estado brasileiro. O objetivo principal destas intervenções era o de promover a ocupação econômica desta região. Dentre as várias ações planejadas pelo Estado para consolidar tal ocupação, destaca-se, como exemplo, a criação de instituições destinadas prioritariamente a atender este objetivo, sendo a FBC e a SUDECO os maiores exemplos desse processo.

A respeito das atividades desenvolvidas e monitoradas por estas instituições, uma despertou atenção, como já foi dito, as missões estrangeiras e os programas de pesquisa científica financiados por instituições nacionais e internacionais que foram conduzidos em todo território Brasil Central. A relevância do estudo aqui desenvolvido se manifesta na medida em que pouco ainda se sabe a respeito da presença destas missões e programas de pesquisa científica – principalmente as de iniciativa estrangeira – em território nacional.

A propósito destas informações, consideramos a relevância de situar as instituições que aqui estão sendo estudadas – a FBC e a SUDECO – no contexto de transformação político-econômica em que ambas estiveram submetidas. Guardadas as devidas proporções, estas instituições possuem um ponto em comum – no que diz respeito ao momento histórico em que foram criadas – que revela muito sobre a realidade objetiva de seus projetos. Ou melhor, tanto a FBC quanto a SUDECO surgem numa conjuntura em que a característica elementar do poder político está na articulação entre as classes dominantes e a consumação de um poder autoritário. No caso da primeira, a FBC, o Estado Novo; no caso da segunda, a SUDECO, a Ditadura Militar. As questões relacionadas ao contexto histórico de ambas as instituições serão debatidas no segundo capítulo deste estudo.

É importante salientar que, embora as ações desenvolvidas tanto pela FBC quanto pela SUDECO possuísem forte conteúdo político-econômico, outro elemento relevante não pode ser descartado deste processo: os programas de pesquisa científica que foram realizados

por estas instituições. Nesse sentido, observa-se que a Ciência foi mais um recurso – não menos importante do que os demais – utilizado no processo de dominação e ocupação do interior do território nacional, pois tais pesquisas contribuíram diretamente para o conhecimento acerca das riquezas naturais do Brasil Central, bem como para a sistematização das potencialidades econômicas da região.

Para análise do tema proposto, compartilharemos da perspectiva do materialismo histórico³, o que mais concorreu para o estudo aqui delineado. De acordo com esta concepção, as condições materiais de existência dos homens determinam, em última instância, os demais níveis da vida social. Segundo Marx (2008, p. 45):

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.

Em função disso, nossa discussão abordará algumas questões relativas ao debate sobre o Imperialismo, o Estado, a Ciência, entre outros elementos necessários a compreensão de nosso objeto de pesquisa, e que fazem parte da dinâmica do modo de produção capitalista – modelo que corresponde a uma determinada fase das forças produtivas sociais, e que possui, portanto, uma condição histórica. Engels, nos comentários sobre a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, reforça que:

[...] todas as relações sociais e estatais, todos os sistemas religiosos e jurídicos, todas as ideias teóricas que brotam na história somente podem ser compreendidas quando forem compreendidas as condições materiais de vida da época em questão e quando se conseguir explicar tudo aquilo por essas condições materiais; essa tese foi uma descoberta que revolucionou não apenas a Economia, mas também todas as ciências históricas. (ENGELS apud MARX, 2008, p. 274).

Diante do exposto, nossa reflexão parte da escolha pelo método da economia política para elaborar uma análise teórica sobre o modo de produção da sociedade capitalista, pois entendemos que este método tem como fundamento o materialismo histórico. Partimos do

³ Marx constrói uma dialética materialista em oposição à dialética Hegeliana. O materialismo histórico tem como objeto de reflexão as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção. Desta forma, a concepção marxista contribui diretamente para a formação de um corpo teórico capaz de pensar a ciência da história.

pressuposto de que os elementos analisados neste estudo (Imperialismo, Estado, Ciência, Fronteira, Instituições) compõem uma determinada realidade social. Esta, por sua vez, concebida a partir de contradições e conflitos que acabam por revelar o problema do liame entre o abstrato e o concreto presente nas relações sociais. Desta maneira, a escolha pelo método da economia política – método dialético, portanto – torna-se mais apropriada diante da complexidade histórico-social da realidade.

A questão do Estado é fundamental para a compreensão do estudo aqui delineado. Desta maneira, pensar na origem do Estado a partir da teoria marxista é compreender, antes de qualquer coisa, que seu primórdio está na divisão da sociedade em classes. Sendo assim, o objetivo fulcral do Estado é, enquanto mecanismo de poder, o de garantir a reprodução e a manutenção dos interesses da classe dominante. Deste modo, ao expor o caráter classista do Estado, apresentando-o como um instrumento de poder da classe dominante, Marx abriu as portas para a compreensão de um Estado não apenas em sua dimensão econômica, mas também em sua dimensão política.

É importante destacar a ideia de sociedade no sistema capitalista para entendermos o papel do Estado no processo de reprodução dos meios de produção. Para isso, torna-se necessário esclarecer, a partir da leitura de Marx, que a sociedade capitalista se divide basicamente em duas classes antagônicas: a burguesia, que possui o domínio dos meios de produção, e o proletariado, que por não possuir os meios de produção, necessita vender sua força de trabalho. Contudo, o que marca esta relação é a intensa exploração da força de trabalho imposta pela burguesia ao proletariado. Diante disto, o proletariado passa a se caracterizar como uma espécie de mercadoria. Ainda sobre esta questão, Marx (1974, p. 6-7) nos explica que:

A relação oficial entre o capitalista e o assalariado tem um caráter puramente mercantil. Se o primeiro desempenha o papel de senhor e o outro o de servidor, é graças a um contrato pelo qual este não só se põe ao serviço daquele e, conseqüentemente, sob a sua dependência, mas ainda renunciou a todo e qualquer título de propriedade sobre o seu próprio produto. Mas por que faz o assalariado este negócio? Porque nada possui além de sua força pessoal, trabalho em estado de potência.

Ao longo de nossa análise estes conceitos serão mais bem discutidos. A estrutura desta dissertação está composta por três capítulos que tratarão de questões pontuais a respeito do tema proposto. O capítulo I tratará de questões a respeito do imperialismo, do novo imperialismo e da teoria marxista da dependência, tendo em vista a relevância desta análise para a compreensão de nosso objeto de pesquisa. O capítulo II explanará, além da trajetória

histórica – em síntese – das instituições aqui estudadas (FBC/SUDECO), aspectos relacionados à modernização econômica do Brasil Central. O capítulo III apresentará reflexão sobre o conteúdo das missões científicas realizadas em território nacional, durante o período de atuação da FBC/SUDECO, bem como sobre os interesses das entidades científicas estrangeiras ao desenvolver tais estudos.

Optamos pela abordagem qualitativa, como instrumento basilar para interpretação e compreensão de nosso objeto de pesquisa. O estudo se desenvolve a partir da exploração de documentos primários, além de conter consistente revisão bibliográfica – Estado da arte sobre imperialismo, fronteira, teoria marxista da dependência, atuação da FBC/SUDECO –, abrangendo as áreas das Ciências Sociais, da História Econômica e da Geografia. Por fim, as fontes usadas na realização desta pesquisa fazem parte, como já citado, do acervo documental da FBC e da SUDECO, guardados no Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal.

1. ESTADO, CAPITAL E IMPERIALISMO: O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

O processo de integração econômica da América Latina ao capitalismo mundial passa, fundamentalmente, pela atuação dos Estados que ali se consolidaram após o processo de independência e pela expansão do capital imperialista pelo continente, a partir do século XX. No caso do Brasil, a atuação do Estado foi primordial para que a integração econômica ocorresse tanto no plano interno quanto no plano externo. Para tanto, muitos programas e instituições governamentais foram criados no sentido de propiciar o desenvolvimento econômico do país, sendo a FBC e a SUDECO um exemplo deste esforço. Por outro lado, a integração econômica aqui tratada não se desvincula, também, da iniciativa internacional, pois, sendo a expansão do modo de produção capitalista uma marca deste processo, o Brasil – e a América Latina como um todo – acabou sendo alvo de investimento e exploração das grandes potências econômicas.

A partir desta perspectiva buscaremos compreender o papel da FBC e da SUDECO, neste processo de integração. Dentre as ações desenvolvidas por estas instituições, uma nos chamou a atenção: a organização de programas de pesquisa científica destinadas a ‘desbravar’ o território Brasil Central, bem como conhecer e explorar as riquezas naturais do centro do país. Em análise da documentação destas instituições percebemos o grande fluxo de pesquisadores estrangeiros em território nacional, interessados em identificar as potencialidades naturais do Brasil. Grande parte dos estudos desenvolvidos por estes pesquisadores eram financiados por entidades científicas internacionais, em parceria com a iniciativa nacional e, ao que parece, sob a jurisdição do Estado brasileiro. Vale destacar, como exemplo deste processo, os vínculos que foram estabelecidos entre o governo brasileiro e determinadas embaixadas (Alemanha, França, EUA, Inglaterra) para realização de projetos de desbravamento e colonização em áreas do Brasil Central. Além disso, a presença de instituições científicas estrangeiras durante a atuação da FBC/SUDECO era uma constante – a documentação revela um grande número de empreendimentos científicos financiados, por exemplo, pela *Royal Geographical Society*, destinados à prospecção de minérios.

Diante das questões aqui apontadas este capítulo tem como objetivo debater sobre questões teóricas que contribuem para o entendimento a respeito do processo de integração econômica da América Latina – e conseqüentemente do Brasil – ao contexto capitalista mundial. Desse modo, nossa análise passa pela compreensão acerca do papel do Estado, da

política imperialista, do desenvolvimento econômico e da teoria marxista da dependência. Estas questões são fundamentais para nossa argumentação a respeito de nosso objeto de pesquisa.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPERIALISMO

O processo de integração do território Brasil Central ao contexto da economia nacional e internacional possui algumas implicações. Uma delas é pensar que todo este processo aconteceu pela dinâmica da globalização, o que ameniza em certa medida a condição subalterna do Brasil diante deste processo global. Outra implicação é analisar esta integração a partir da expansão do capital imperialista. Nosso objetivo, com esta pesquisa, não é o de promover o debate teórico entre tais implicações, porém, ambas correspondem a elementos importantes para o entendimento do processo de inserção do Brasil ao contexto da economia mundial.

Entretanto, no que diz respeito a nossa investigação – que analisa, sobretudo, os programas de pesquisa científica voltados para o território Brasil Central, vinculados a instituições estrangeiras, sob a organização da FBC e da SUDECO –, optamos pelo viés de interpretação expresso pela segunda implicação. Isto é, a visão de que o processo de integração do território Brasil Central ao contexto internacional faz parte da expansão do capital imperialista pela América Latina. A opção por esse viés interpretativo passa especificamente pela análise da documentação da FBC/SUDECO, na qual detectamos uma grande quantidade de estudos científicos realizados na região por iniciativa estrangeira. Muitos destes estudos, pesquisas destinadas a fazer um levantamento do potencial da região em termos de riqueza natural (minérios, fauna, flora...).

Diante do exposto, entendemos que as missões científicas estrangeiras e os programas de pesquisa vinculados a FBC e a SUDECO foram criados no bojo de uma política imperialista de domínio territorial. Desta forma, é necessário fazer uma análise geral a respeito do imperialismo, como critério para a compreensão do tema proposto pela pesquisa em questão. Sendo assim, o debate a respeito do imperialismo passará, mesmo que em alguns casos, de forma sucinta, pela compreensão acerca de suas origens, sua expansão pela América Latina, além de refletir sobre o novo imperialismo e a teoria marxista da dependência.

A partir desta ótica, é preciso esclarecer alguns pontos a respeito do capitalismo, pois este sistema possui estreita relação com o imperialismo. Diante disso, depreende-se que o modo de produção capitalista é, por natureza histórica, produtor de um desenvolvimento

desigual. Se, por um lado, alguns países se tornaram grandes potências econômicas a partir do impulso da industrialização, gerando elevado crescimento na produção de mercadorias, além de acumularem grande excedente de capital, por outro lado, conseqüentemente, esse crescimento não encontrou correspondência à realidade de todo o globo, tendo em vista a quantidade de regiões pobres no mundo. Em suma, “o desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista”. (LÊNIN, 1979, p. 60).

Quando Lênin expos a ideia de que o imperialismo correspondia à fase superior do capitalismo, no início do século XX, sua observação faria referências a um contexto de enorme concentração de capital em determinadas potências capitalistas, ao passo que muitos países do mundo ainda se encontravam em estado de absoluto atraso, do ponto de vista deste modelo econômico. Neste sentido, segundo o autor, a exportação de capitais para os chamados países atrasados⁴ foi a estratégia adotada pelas grandes potências para, num novo vulto de dominação, garantir novos padrões de acumulação pelo mundo, isto é, o imperialismo.

A política imperialista inaugurada no final do século XIX e acentuada no início do século XX desvelou, de certo modo, um novo nível de concentração de capital: o da escala mundial. Para tanto, a expansão do capital passou a depender diretamente da expansão territorial das grandes potências capitalistas daquele momento histórico – além das potências europeias, vale destacar neste caso a presença dos Estados Unidos da América e do Japão. Desta forma, é importante observar que, de início, o imperialismo se constituiu a partir da dominação que estas potências passaram a exercer sobre outros territórios do globo. Segundo Bruit (1994, p.5):

Entre 1870 e 1914, a Europa ocidental e os Estados Unidos arquitetaram a conquista política, econômica e cultural da África, Ásia, Oceania e América Latina. Repartiram o mundo entre si e organizaram poderosos impérios coloniais que só tinham em comum o desenvolvimento da acumulação capitalista.

⁴ A exportação de capitais das nações industrializadas da Europa para as regiões economicamente mais pobres da África, Ásia e América Latina marca o início da chamada fase imperialista. Grande parte desses capitais foi investido na forma de empréstimos, em construções de ferrovias e portos, indústrias de base, além de algumas obras de infraestrutura que pudessem facilitar a exploração de matéria prima. O imperialismo do final do século XIX se expandiu, sobretudo, pela ação neocolonialista. Esta expansão resultou na partilha da África e da Ásia, além do estabelecimento de áreas de influência em muitas regiões do globo. “Os países exportadores de capitais partilharam (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si. Mas o capital financeiro conduziu também à partilha direta do globo”. (LÊNIN, 1979, p. 65).

A ação de conquista e domínio de vastas áreas do mundo, desencadeada pelos países mais ricos, acarretou na formação de amplos impérios coloniais. Diante deste contexto, o imperialismo se alicerçou, previamente, a partir da égide do neocolonialismo, isto é, como uma política de dominação territorial caracterizada pela expansão colonial no final do século XIX. No entanto, é pertinente destacar que o imperialismo não se limita apenas à constituição de impérios coloniais, pois, a partir do século XX, esta estrutura de dominação passou a sofrer constantes transformações – assunto que será debatido ao longo deste capítulo.

É significativo salientar, antes de tudo, que a consolidação do capitalismo financeiro – fruto da fusão do capital bancário e o capital industrial – na segunda metade do século XIX (momento da chamada 2ª Revolução Industrial) forneceu as bases para a expansão imperialista na medida em que este novo modelo de capitalismo expos o problema da concentração de capital. Ou melhor, a enorme acumulação de capital advinda com a 2ª Revolução Industrial, controlada sobretudo pelos trustes e cartéis europeus e norte-americanos, encontrou na concentração de capital um obstáculo para o próprio desenvolvimento capitalista. Nesta perspectiva, a saída encontrada pelas nações economicamente mais poderosas foi a de expandir essa riqueza acumulada para regiões do mundo onde o estágio de desenvolvimento capitalista estivesse em atraso.

Ademais, é significativo esclarecer, ainda, que a expressão imperialismo começou a ser difundida nos centros acadêmicos e científicos, a partir do início do século XX. No entanto, ainda continua sendo um conceito atual, além de muito debatido dentro dos estudos marxistas. Se em seus primórdios o imperialismo caracterizou-se como uma etapa do desenvolvimento capitalista – fase em que os monopólios estiveram no alicerce do capitalismo mundial –, no curso do século XX esta estrutura de poder econômico foi se transformando na medida em que o capitalismo se dinamizava. O fato é que o imperialismo, seja enquanto teoria ou enquanto prática, ainda corresponde a um dos elementos essenciais na compreensão do capitalismo contemporâneo.

Os primeiros estudiosos do imperialismo não titubearam em concordar que a grande questão deste sistema era o problema da concentração de capitais. Hobson, por exemplo, postulou em seu livro “Imperialismo, um estudo”, publicado em 1902, que o desafio econômico da Inglaterra em finais do século XIX era o de resolver o problema da concentração de capitais no país. Neste sentido, o autor entendia que a constituição de colônias (neocolonialismo), enquanto política específica do imperialismo, tinha o objetivo de alcançar novos territórios do globo com o intuito de transformá-los em mercados para a

ampliação dos investimentos das nações imperialistas, bem como para a expansão do excedente de capital.

Por outro lado, Hobson (1981) não concebia o imperialismo como uma estrutura intrínseca ao capitalismo – aqui reside o ponto crítico de seu estudo, pois esta interpretação entra em discordância com o pensamento dos teóricos marxistas do imperialismo. Se, por um lado, o autor observou o problema da concentração de capitais na Inglaterra, por outro lado, sua análise não vincula o imperialismo a uma nova etapa da expansão do modo de produção capitalista. Hobson acreditava que, o simples fato de ocorrer uma melhor distribuição de renda global – através de reformas sociais que ocorreriam na dinâmica da expansão imperialista – eliminaria o impulso imperialista das grandes nações europeias. Ao observar que a dominação territorial desencadeada pelas potências europeias, principalmente na África e na Ásia, era fruto da ausência de mercados consumidores na Europa e, também, da forte concentração de renda neste continente, o autor entendia que a elevação da renda da classe trabalhadora europeia resolveria a questão da expansão territorial em outros continentes.

Outra importante intelectual que em seus estudos procurou refletir sobre o imperialismo foi Rosa Luxemburgo. Diferentemente de Hobson, Luxemburgo defendia a premissa de que o imperialismo era uma consequência da necessidade de expansão permanente do capitalismo. Segundo a autora (1970), o imperialismo corresponde ao contexto de expansão do capitalismo, onde as potências capitalistas industrializadas procuram expandir seus mercados por intermédio da dominação territorial (conquista de colônias), isto é, por meio da expansão a mercados externos caracterizados como pré-capitalistas. Contudo, na medida em que o imperialismo fomentasse relações capitalistas em regiões pré-capitalistas do globo, estas últimas, por sua vez, tenderiam a se transformar em capitalistas. Em outras palavras:

Luxemburgo explicava o Imperialismo e, em particular, a conquista de colônias, tipicamente organizadas em bases pré-capitalistas, pelas principais potências industriais da época. E ia além: para que as áreas coloniais – atrasadas, fundadas em relações pré-capitalistas – pudessem atender a essa necessidade das economias capitalistas era preciso que elas próprias se transformassem em economias capitalistas (capazes de absorver as mercadorias que a metrópole não absorvia e, adicionalmente, de produzir matérias-primas e insumos necessários à indústria metropolitana). (SAES; SAES, 2013, p. 301).

A respeito do debate sobre o imperialismo é oportuno lembrar, ainda, que a teoria da concentração e da centralização de capitais⁵ formulada por Marx, em *O Capital*, forneceu as bases teóricas precisas para os interpretes de sua obra, *a posteriori*, entenderem a questão do capital monopolista, bem como o surto imperialista das grandes potências capitalistas a partir do século XIX. Segundo Ferreira (2013, p.15), “o estudo que Marx desenvolveu sobre o processo de acumulação capitalista nos revela que a concentração da produção e do capital em grandes empresas é a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista”.

Para que a concentração de capitais aconteça sem interregnos, a produção capitalista de mais-valia precisa ser garantida. Por mais que as relações de produção no mundo capitalista estejam em constantes processos de renovação, determinadas condições que contribuem diretamente para a manutenção e reprodução deste modelo de produção não se alteram, sendo estas condições: o controle dos meios de produção e de subsistência pela burguesia; e a presença da força de trabalho assalariada.

No que diz respeito ao processo de centralização de capitais, este se consolidou fundamentalmente sob a égide do capital financeiro, no qual as grandes empresas se aliaram aos grandes bancos num processo de fusão de capitais – uma das principais marcas do imperialismo. Sendo assim, na medida em que grandes empresas conseguiam absorver as empresas de médio e pequeno porte, ou na medida em que ocorria uma forte concentração de capitais sob o controle dos sistemas bancários, ocorria, conseqüentemente, a centralização de capitais. Esta nova realidade facilitou o controle de determinados setores da economia pelo sistema de crédito, caracterizando, também, a constituição dos monopólios por intermédio da fusão entre o capital industrial e o capital bancário. Em outras palavras:

A fusão entre os capitais industriais e capitais bancários dava origem ao capital financeiro e a uma oligarquia financeira, sob predomínio do capital bancário, estreitamente ligados aos Estados. Inaugurava-se uma nova função dos bancos, a de centralizar num único organismo os recursos de miríades de capitalistas dispersos, convertendo-os em “capitalistas coletivos”, cujo controle e manipulação do crédito permitia expandir ou estrangular determinados setores da produção. (FONTES, 2010, p.106).

5 A concentração do capital baseia-se no crescimento do volume do capital a partir da transformação em capital de porções de mais-valia. Outro processo que promove a concentração de capitais é a conversão de muitos pequenos capitais em poucos grandes capitais. Uma consequência observada com o processo de concentração de capitais foi a redução (declínio) de empresas individuais ao passo em que crescia o número de grandes empresas alicerçadas em grandes sociedades por ações. No caso da centralização do capital o que ocorre é o aumento do volume do capital a partir da fusão de muitos capitais. Este processo se dá pela constituição de grandes sociedades anônimas e, principalmente, pelo fortalecimento dos sistemas bancários, onde um volume muito forte de capitais são depositados e utilizados pelas empresas sob a forma de crédito.

Lênin já preconizava, em suas reflexões, como se dava a formação de monopólios como umas das bases elementares do imperialismo. Segundo o autor (1979, p. 122-123):

[...] os monopólios desenvolveram-se através dos bancos. Em tempos, modestos intermediários, detêm hoje o monopólio do capital financeiro. Em qualquer que seja dos países capitalistas mais evoluídos, três a cinco bancos alcançaram a “união pessoal” do capital industrial e do capital bancário, e concentraram nas suas mãos bilhões e bilhões que representam a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. Uma oligarquia financeira que sem exceção, envolve, numa apertada rede de relações de dependência, todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa dos nossos dias: tal é a manifestação mais saliente deste monopólio.

Por mais que as ideias de Lênin tenham sido mais bem observadas, em termos práticos, até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, é indispensável reconhecer que suas reflexões sejam de grande relevância para o debate contemporâneo a respeito do imperialismo. Neste sentido, é importante destacar que, mesmo diante das frequentes transformações político-econômicas ocorridas no curso do século XX, determinadas peculiaridades características do imperialismo se perpetuaram. Os monopólios, por exemplo, continuam sendo eixo central da economia capitalista na atualidade. Sendo assim, o debate sobre tais questões ainda é essencial.

1.2 OS PRESSUPOSTOS DO NOVO IMPERIALISMO

As constantes transformações processadas na estrutura capitalista, no curso do século XX, permitiu às Ciências Humanas refletir sobre novos modelos hegemônicos no mundo. Estes novos modelos hegemônicos correspondem a estruturas de poder que, diante da trajetória histórica do modo de produção capitalista, surgem como mais uma estratégia do capitalismo em manter seu objetivo maior – a acumulação de capital. No caso em questão, nosso debate se concentrará, e se sustentará, a partir do argumento de que, dentro das atuais relações de poder globais é possível compactuar da existência de um *novo imperialismo*. Este, por sua vez, passou a corresponder, como já foi dito, como mais uma estratégia de dominação do capital, reforçando a submissão do globo aos interesses das grandes potências. Para o entendimento deste conceito, o de *novo imperialismo*, é de suma importância analisar o livro do geógrafo David Harvey, intitulado ‘O Novo Imperialismo’ (publicado em 2003), pois esta análise contribuirá pontualmente com nossa argumentação.

A partir de uma base teórica caracterizada pelo materialismo histórico-geográfico⁶, Harvey desvenda as condições históricas que tornou possível a estruturação dessa nova condição de poder do capital imperialista no mundo. O objetivo central do autor é averiguar as ações econômicas e políticas dos EUA, principalmente no pós 2ª Guerra Mundial, analisando a dominação exercida por este país no mundo a partir de duas lógicas. Sendo estas, a lógica territorial do poder e a lógica capitalista do poder. Diante destas questões o *novo imperialismo* vai se definindo como mais uma forma estratégica do modo de produção capitalista, em busca do estabelecimento de novos padrões de acumulação do capital.

No entanto, para melhor compreensão acerca do tema, tendo em vista que esta análise é indispensável para o estudo aqui delineado, e também para que não incorramos no erro de utilizar um conceito de forma imprecisa, antes de tudo, é relevante situar a definição de imperialismo empregada por Harvey, sendo que a assimilação desta definição compõe-se como elemento pontual para o entendimento do chamado *novo imperialismo*. Perante o exposto:

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que dele se dê uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos deste território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). (HARVEY, 2014, p. 31).

Sobre esse processo, essa nova prática imperialista não altera a condição de dependência de grande parte do mundo às chamadas potências centrais. Pelo contrário, o *novo imperialismo* acirra mais ainda esta condição subalterna das economias periféricas. Contudo, o que marca essa nova realidade no campo das relações econômicas é a predominância de uma estrutura dialética assinalada pela associação entre o território e o capital, isto é, a dialética entre as escalas geográfica e a produção capitalista. A compreensão desta relação

⁶ Uma das questões elementares do pensamento de Marx é o método dialético. A evolução do materialismo histórico-dialético enquanto método de análise da vida social, dos fenômenos sociais, da própria história, contribuiu diretamente para a compreensão da subjetividade como reflexo da realidade objetiva. Tendo como referência o materialismo histórico-dialético, elaborado por Marx, David Harvey – geógrafo britânico – ampliou o debate a respeito da teoria e do método no campo das ideias marxistas ao elaborar o que ele denominou de materialismo histórico-geográfico. Este, por sua vez, engloba o espaço geográfico como mais um elemento de reflexão na busca pela compreensão das relações sociais. A partir desta nova categoria de pensamento o território passou a compor elemento essencial para o entendimento das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais.

dialética é uma das premissas básicas para o entendimento do atual estágio de reprodução do modo de produção capitalista, bem como do *novo imperialismo*. Com isso, “o fundamental é ver que as lógicas territorial e capitalista do poder diferem entre si. Porém é igualmente inegável que essas duas lógicas se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias”. (HARVEY, 2014, p. 33-4).

Do ponto de vista das relações de poder, ambas as lógicas dizem respeito ao *modus operandi* do modelo capitalista em sua constante busca pela manutenção e reprodução da hegemonia dominante. Neste sentido, de manter as bases do poder inalteradas, as lógicas territorial e capitalista do poder se entrecruzam, tendo em vista que aqueles que possuem território e capital consequentemente também possuem poder. De outro modo, quando se fala da lógica territorial do poder, significa dizer que a exploração capitalista se dá no âmbito dos espaços geográficos, no qual “a riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios” (Ibid., p.35). Ou seja, uma lógica que, em nome da acumulação do capital, contribui para a exploração geográfica desigual, onde territórios (leia-se Estados) com estágio de desenvolvimento avançado se mantêm por meio da exploração de territórios imobilizados. As condições geográficas desiguais, segundo Harvey (2014, p. 35), são “produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca”.

No caso da lógica capitalista do poder, esta se manifesta a partir da superioridade do poder econômico em relação às outras instâncias de poder. Sendo assim, a expansão do capital ocorre de maneira generalizada, ultrapassando até mesmo a supremacia territorial. É o momento da produção capitalista onde o capital se sobrepõe ao poder político-cultural. Desta maneira, mesmo sendo lógicas com definições distintas, ambas contribuem para a expansão e intensificação do imperialismo capitalista.

Outro ponto importante desse debate é desvelar o papel de dois elementos nessa nova conjuntura das relações imperialistas: os papéis do Estado e da hegemonia. Embora os estudos do italiano Antônio Gramsci não tenham se aprofundado a respeito das questões imperialistas, no que concernem as questões relativas ao papel do Estado, bem como o papel da hegemonia, seus escritos são de grande contribuição para a compreensão dos mesmos, sobretudo quanto à importância destes para a manutenção do capitalismo e, consequentemente, para a manutenção das práticas imperialistas. No que concerne ao Estado, Gramsci desenvolveu o conceito de Estado Ampliado. Para o autor, o entendimento sobre o papel do Estado nas sociedades ocidentais passa pela compreensão de duas esferas que existem no interior das

superestruturas: a sociedade política e a sociedade civil. Por outro lado, é preciso esclarecer, antes de tudo, que “os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder estatal)” (COUTINHO, 2011, p.25).

Desta forma, entende-se por sociedade política o conjunto das forças burocráticas de uma sociedade, responsável pela coerção. Ou seja, os aparelhos coercitivos controlados pela classe dominante para manter o monopólio da violência (o governo e o exército, por exemplo). Em contrapartida, a sociedade civil corresponde às instituições responsáveis por formular e transmitir as ideologias (Igrejas, escolas, partidos políticos, entre outros). Em suma, a junção da sociedade política (que possui como função social a dominação pela coerção) e da sociedade civil (que possui como função social a dominação pelo consenso) equivale à ideia de Estado Ampliado para Gramsci. Em outras palavras:

Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção). (GRAMSCI, 1976, p.149).

A respeito da hegemonia, esta se configura a partir do estabelecimento de uma base moral, capaz de manifestar uma nova visão de mundo fundada em elementos não apenas políticos, mas também culturais. Desta maneira, a hegemonia implica numa característica das relações sociopolíticas e culturais, onde o objetivo fulcral de sua existência é controlar o coletivo social pelo consenso. Para tanto, a ação hegemônica depende fundamentalmente de uma base ideológica, pois sendo ela um instrumento de poder no terreno da luta de classes, este poder não se afirma mediante a coerção, mas sim pela coesão. Todavia, é importante realizar uma consideração crítica sobre o conceito de hegemonia, na tentativa de evitar o uso mecânico de tal conceito. Harvey (2014, p.38) advoga da seguinte maneira:

Diante disso, o que constitui, em primeiro lugar, a hegemonia? O próprio uso que Gramsci fez do conceito era suficientemente ambíguo para dar margem a múltiplas interpretações. O termo se refere por vezes somente ao poder político exercido mediante a liderança e o consentimento dos governados, em oposição ao poder político exercido na forma de domínio via coerção. Em outras ocasiões, parece referir-se à combinação específica de coerção e consentimento inerentes ao exercício do poder político.

Em vista disso, é imprescindível refletir, mesmo que de forma resumida, acerca da importância da ideologia neste processo. Na obra ‘A Ideologia Alemã’, Marx expõe uma interpretação no tocante à ideologia, pautada a partir da existência de uma sociedade dividida em classes antagônicas. De acordo com este autor, a consciência, a produção de ideias e representações está rigorosamente conectada à atividade material dos homens (ENGELS; MARX, 2001). A partir deste ponto de vista, a classe que exerce o domínio e o controle dos meios de produção, isto é, o controle da base material, domina conseqüentemente a produção intelectual e moral, ou seja, a ideologia. Contudo, nosso objetivo aqui não é o de esgotar esse debate, haja vista o nível de complexidade em que este se insere. Por outro lado, não se pode desvincular da compreensão acerca das práticas imperialistas, sejam elas quais forem, o entendimento de todo o aparato teórico relativo aos conceitos de Estado, hegemonia e, portanto, de ideologia.

1.2.1 O novo imperialismo como política externa dos EUA

Levando em consideração que alguns pontos conceituais do debate sobre o *novo imperialismo* foram discutidos, busca-se agora compreender a relação entre esta nova estrutura de dominação mundial e a lógica capitalista. Além disso, outro elemento necessário à percepção desta questão é entender o papel exercido pelas grandes potências, sobretudo pelos EUA, nesse novo jogo de poder global. A intenção em refletir sobre os conceitos de Estado e hegemonia, mesmo que de forma sucinta, se fundamenta no fato de que, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se no mundo um tipo de imperialismo capitalista que, ao passo que acirrava a dominação pela coerção, ampliava em grande medida a dominação via consenso.

Neste sentido, é notório perceber que a crítica que alguns teóricos teceram à ideia de Lênin – de que o imperialismo correspondia à fase superior do capitalismo – tem como fundamento, em análise, as constantes metamorfoses sofridas pelo capitalismo ao longo do século XX. O fato é que Lênin não viveu o suficiente para presenciar tais transformações. Sua análise se restringia ao imperialismo emergido no final do século XIX. Como exemplo de crítica, vale destacar o que Hannah Arendt postulou acerca da concepção de Lênin, afirmando que o imperialismo irrompido no final do século XIX foi “antes o primeiro estágio do domínio político da burguesia do que o último estágio do capitalismo”. (ARENDR, 1968, p.18 apud HARVEY, 2014, p.43).

Não é nossa pretensão entrar nesse tipo de debate teórico, tendo em vista que ambos os autores citados anteriormente, assim como Luxemburgo, Hobson, além de vários outros, contribuíram da sua forma para a compreensão acerca do imperialismo. Por outro lado, é importante destacar que, por mais que o imperialismo, desde a sua emergência, tenha se articulado por intermédio de grandes estratégias políticas, econômicas e culturais, o que não se pode anular é que em todos esses processos históricos a burguesia procurou assegurar sua hegemonia. Entre tantos fatores, vale lembrar que, se hoje as grandes potências imperialistas subjagam o mundo com uma coerção camuflada, amparada pela reprodução de uma ideologia dominante que gera consentimento por parte dos subalternos, não podemos nos esquecer de que num passado não tão distante esta dominação se dava explicitamente pela violência, sendo o neocolonialismo do final do século XIX e início do século XX um grande exemplo – em destaque as formas de domínio territorial-militar e os discursos de superioridade racial que foram alavancados pelas potências centrais, e que acabaram contribuindo para a degradação de muitas regiões do globo, sendo a África e a Ásia as maiores vítimas deste processo.

No que tange ao *novo imperialismo*, a lógica capitalista passa a predominar cada vez mais como elemento fundamental para sustentação do poder hegemônico. No entanto, o fator que o diferencia das demais manifestações imperialistas que o antecederam é, especialmente, o deslocamento do eixo do poder mundial da Europa para os Estados Unidos da América. Este deslocamento se dá pela ação dos norte-americanos na Segunda Guerra e, principalmente, pela expansão de seu poder ao longo da Guerra Fria. Com isso, os Estados Unidos passa a ser o porta-voz da ideologia burguesa mundial. Segundo Harvey (2014, p. 52-3):

Nessa esfera, os Estados Unidos eram não só dominantes como hegemônicos, no sentido de sua posição como Estado superimperialista basear-se na liderança em favor das classes proprietárias e das elites dominantes onde quer que existissem. Na verdade, os Estados Unidos estimularam ativamente a formação e a assunção de poder dessas elites e classes por todo o mundo: o país se tornou o principal protagonista da projeção do poder burguês por todo mundo.

Corroborando com o raciocínio de Harvey, Perry Anderson promove uma argumentação que, além de ratificar a ideia exposta acima, expande mais ainda as justificativas que revelam as causas da consolidação do imperialismo estadunidense. O autor afirma que:

O império dos EUA que passou a existir depois de 1945 teve uma longa pré-história. Na América do Norte, de forma singular, as coordenadas originárias do império foram coetâneas da nação. Elas se assentavam na combinação de uma economia de colonização livre de quaisquer resíduos ou impedimentos feudais do Velho Mundo e um território continental protegido por dois oceanos, produzindo a forma mais pura de capitalismo nascente, no maior Estado-nação de toda a Terra. Tal característica se manteve como a duradoura matriz material da ascensão do país no século posterior à Independência. Aos privilégios objetivos de uma economia e geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legados subjetivos, um de cultura, outro de política: a ideia (oriunda da colonização puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; e a crença (oriunda da Guerra da Independência) de que uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna havia surgido no Novo Mundo. A partir desses quatro ingredientes se desenvolveu, muito cedo, o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano que propiciava uma passagem suave e contínua a um imperialismo norte-americano, caracterizado por uma *complexio oppsitorum* de excepcionalismo e universalismo. (ANDERSON, 2015, p. 13).

Nesse sentido, o imperialismo norte-americano aos poucos foi demarcando seu território com sanções econômicas e militares pelo mundo e, sem dúvida, pela estratégia de controle via ideologia. Na concretização deste último, prevaleceu o discurso de país condutor da liberdade e da prosperidade, isto é, o discurso de que, sendo os EUA um exemplo de país livre e próspero, caberia às potências europeias – impactadas pelos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial – compactuar dessa nova hegemonia. Além disso, a afirmação hegemônica dos EUA no pós Segunda Guerra provocou considerável impacto entre as burguesias nacionais dos países periféricos, sobretudo nos países da América Latina. Se até a Segunda Guerra o cenário nacionalista da América Latina era marcado fundamentalmente pela resistência da burguesia ao capital estrangeiro, no pós-guerra já se observava outra realidade, assinalada pela aceitação desta burguesia e de seus respectivos Estados ao capital internacional – principalmente dos EUA.

A rendição das burguesias nacionais da América Latina ao poder hegemônico dos EUA encontrava no desenvolvimentismo o seu respaldo. A partir desta linha de raciocínio, o capital estrangeiro contribuiria para o desenvolvimento econômico dos países do hemisfério sul da América. O que se sabe, na prática, é que o argumento desenvolvimentista foi mais uma forma de escamotear as intenções imperialistas dos EUA nos países de economia periférica. Além disso, vale destacar, também, que a exportação de elementos culturais norte-americanos pelo mundo foi outro elemento importante para a consolidação e afirmação da hegemonia deste país. Sendo assim, a estratégia foi mostrar ao mundo o modo de vida americano, por meio da música, do cinema, de determinados valores morais, entre outros aspectos. Desta maneira, “o imperialismo cultural tornou-se importante arma na luta para afirmar a hegemonia geral”. (HARVEY, 2014, p. 53).

Entretanto, a posição hegemônica dos EUA no globo, alicerçada na reprodução do discurso de liberdade e democracia, trouxe a tona um grande contrassenso. Ao passo que a tese democrática norte-americana se difundia pelo mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, a repressão aos movimentos populares, sobretudo os de caráter socialista ou comunista crescia em larga escala. Ou melhor, a democracia se alinhava ao mundo na medida em que os interesses norte-americanos eram resguardados. “Sempre que havia um conflito entre a democracia, de um lado, e a ordem e a estabilidade assentada nos interesses dos proprietários, do outro, os Estados Unidos sempre optaram por estes últimos”. (HARVEY, 2014, p. 56). Vale lembrar, como exemplo, a quantidade de golpes militares que foram financiados pelos EUA na América Latina. O que se conclui disto? De fato a democracia norte-americana se revelava (e se revela) como antidemocrática, portanto, com forte caráter imperialista.

A partir deste ponto de vista, por exemplo, o apoio dos EUA aos movimentos de independência, ocorridos principalmente na África e na Ásia durante a Guerra Fria, está mais alinhado aos interesses imperialistas deste país nos novos territórios independentes, do que meramente um apoio irrestrito às liberdades democráticas. Dentro desta lógica, é pertinente pensar a descolonização como mais uma etapa da expansão do capital: a expansão geográfica da acumulação do capital (HARVEY, 2014). Além disso, caracterizam-se como outros dois elementos deste processo: o interesse dos EUA em lucrar com o comércio de petróleo no Oriente; e o alastramento de grandes corporações capitalistas (multinacionais e transnacionais) em regiões dos continentes africano e asiático. Em suma, as novas nações independentes passaram a representar novos espaços para a reprodução ampliada do capital.

Por mais que os EUA tenha assumido uma posição hegemônica de proporções globais durante o transcurso do século XX, não se pode interpretar a dinâmica das relações de poder mundiais somente a partir deste enfoque. É importante esclarecer, todavia, que a Europa ainda domina, principalmente através de acordos econômicos, várias regiões do globo. Outra questão que necessita de maiores reflexões é a ascensão econômica de determinadas nações da porção oriental da Terra, sendo o Japão uma potência já consolidada. Desta maneira é possível compreender que, no bojo das relações internacionais de poder, constituem-se estruturas hegemônicas regionais que exercem relativo domínio econômico dentro de determinados espaços geográficos. É o caso, por exemplo, das economias desenvolvidas da Europa e da Ásia. Por outro lado, do ponto de vista global, as hegemonias regionais acabam por se submeter, principalmente na perspectiva político-militar, aos mandos dos EUA. Esta prevalência dos EUA corresponde à característica central do *novo imperialismo*.

O aspecto mais relevante desse processo é entender que as chamadas hegemonias regionais acabam reproduzindo o discurso, bem como os interesses, da hegemonia global. Ou seja, agem como instrumentos de poder regionais a serviço do poder global. Neste sentido, vale destacar que isto só foi possível a partir da segunda metade do século XX, momento de consolidação da hegemonia norte-americana e de reconstrução das nações europeias e do Japão. A esse respeito:

Quando a reconstrução do pós-guerra permitiu vinte anos de rápido crescimento econômico e o aumento dos padrões de vida, a transformação desses países em prósperos protetorados dentro do ecúmeno norte-americano foi alcançada praticamente sem empecilhos. (ANDERSON, 2015, p. 59).

Com efeito, dentre os elementos que garantiram a citada integração econômica mundial, o aspecto militar se revela como ponto central. A manutenção tanto das hegemonias regionais quanto da hegemonia global – esta última, como já se sabe, encabeçada pelos EUA – passa exclusivamente pelo aparato coercitivo. Nesta ótica, a dinâmica do poder se manifesta através de imposições das potências militarmente mais fortes em relação às potências militarmente mais fracas e, principalmente em relação aos países periféricos. A questão essencial é, se se controla por sanções econômicas, pela reprodução de elementos culturais, por acordos políticos, se controla mais ainda pela força militar. No que tange ao *novo imperialismo*, o aparato militar garante a exploração capitalista em vias globais. A partir deste pressuposto é imprescindível entender que:

[...] as intervenções militares são a ponta do *iceberg* imperialista. O poder hegemônico do Estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. É por meio desses recursos que, na prática, se extrai um tributo do resto do mundo. O livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. (HARVEY, 2014, p.147).

Além das questões até aqui apontadas, outro elemento importante a respeito do *novo imperialismo* precisa ser enfatizado: o neoliberalismo. Este, por seu lado, passou a ser difundido a partir da década de 1970, como um novo arcabouço do capital imperialista. Com o advento do neoliberalismo, a hegemonia norte-americana deixou de estar alicerçada somente no campo da produção, pois o elemento central deste poder hegemônico passaria a ter como base de sustentação o capital financeiro. Desta maneira, o neoliberalismo norte-

americano passou a se configurar como uma nova ordem econômica capaz de controlar o mundo pelas finanças.

Logo as grandes potências mundiais, orientadas por essa nova ordem econômica, começaram a utilizar do capital financeiro para se firmarem enquanto potências econômicas. Sem dúvida, a característica marcante do neoliberalismo foi – e continua sendo – a política de privatizações. Neste sentido, a afirmação destas potências dentro da política neoliberal dependeu diretamente da conjuntura político-econômica dos países de economia periférica. Muitos países da América Latina, África e Ásia foram obrigados a se render ao capital estrangeiro como estratégia para resolver os problemas constantes de crise econômica, que assolaram o globo após a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, “empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas americanas, japonesas e europeias”. (HARVEY, 2014, p. 61).

1.3 DESENVOLVIMENTO X SUBDESENVOLVIMENTO: A QUERELA DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Dentre os vários desdobramentos sociopolíticos e econômicos que o imperialismo causou, inclui-se, entre eles, o fato de ele também ter sido o responsável pelas duas guerras mundiais. Neste sentido, defender a ideia de que o domínio colonial e o desejo expresso das potências centrais em controlar outros territórios se esgotaram no pós Primeira Guerra Mundial é, antes de tudo, anular uma das principais causas da Segunda Guerra Mundial. Por mais que o neocolonialismo tenha sido, em teoria, combatido após o desfecho de 1918, na prática, o que se percebeu foi um novo vulto de dominação econômica e territorial encabeçada pelas forças imperialistas vitoriosas na Primeira Guerra. Em outras palavras, “o domínio colonial, [...] continuou a ser praticado e inclusive exacerbaram-se as tentativas de redivisão do mundo”. (SANTOS, 2015, p. 15).

A emersão dos EUA como potência no pós Primeira Guerra deflagrou um novo cenário na realidade hegemônica das nações capitalistas. A partir de então, a prática imperialista assumiu conotações contraditórias, sobretudo pela posição hegemônica dos EUA – país que passou a exercer o controle econômico, político e militar de muitas regiões do mundo, mesmo carregando o passado de ter sido até a segunda metade do século XVIII, uma colônia. No entanto, é evidente que com o fim da Segunda Guerra as nações imperialistas que dominaram o mundo no final do século XIX acabaram entrando em processo de derrocada.

Nações como Alemanha e Japão, por exemplo, perderam vastos territórios coloniais após serem derrotadas neste conflito mundial.

O fim da Segunda Guerra Mundial inaugurou uma nova realidade no âmbito das relações de poder entre os agentes hegemônicos do mundo. A chamada ‘bipolarização’ do mundo, no contexto da guerra fria, gerou um clima de instabilidade política muito grande entre as nações economicamente mais poderosas e, também, entre as nações de economia periférica. De um lado, a URSS com um extenso território alinhado ao regime socialista e, de outro lado, os EUA capitalista. Nessa perspectiva, a Guerra Fria revelou mais uma nova conotação ao imperialismo: a estratégia de dominação norte-americana de consolidar sua hegemonia no mundo recorrendo ao combate ao socialismo soviético. De acordo com Santos (2015, p.16):

Esta era uma estratégia de confrontação global com a URSS e seus possíveis aliados, estabelecida pelos EUA e pela Inglaterra e baseada na doutrina da “contenção” de uma suposta expansão soviética. De fato, a guerra fria foi implantada pelos estadunidenses, para consolidar sua hegemonia sobre o chamado Mundo Ocidental.

Outra questão importante do pós Segunda Guerra foi o processo de descolonização iniciado, principalmente, nos continentes africano e asiático. A independência de muitas colônias situadas nestes continentes revelou não somente a ideia de libertação e busca por autonomia destes povos, mas também revelou que a dominação imperialista não se daria mais aos moldes do domínio colonial. Mesmo estando numa condição soberana do ponto de vista jurídico, os novos Estados independentes da África e Ásia (inclui-se também os Estados independentes da América Latina) continuariam a sofrer com a influência e dominação das grandes potências. Em suma, a dinâmica política da guerra fria evidenciou, com a crise do colonialismo, um novo parâmetro nas relações de poder no mundo. A dominação a partir de então passou a se dar entre nações independentes, isto é, entre as chamadas nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

As transformações na estrutura de dominação do modelo capitalista, advindas da guerra fria, não foram suficientes para frear as aspirações imperialistas das chamadas potências centrais, em ocupar e dominar territórios. Pelo contrário, o imperialismo não se extinguiu, apenas tomou novas configurações. Segundo Virgínia Fontes (2010, p. 111), “Os formatos do controle imperialista sobre territórios foram modificados e, em muitos casos, atuam a partir de sanções econômicas (e não diretamente pela ocupação política), persistindo, porém, a clássica ocupação territorial”. Neste sentido, é importante esclarecer alguns pontos

sobre a teoria da dependência para contribuir com nossa argumentação, tendo em vista que esta teoria nos auxiliará na compreensão deste novo formato de imperialismo. No entanto, antes de refletir sobre esta teoria, algumas ponderações serão feitas sobre a teoria do desenvolvimento, com o objetivo de esclarecer determinados conceitos que envolvem ambas as teorias.

1.3.1 Desenvolvimento e Dependência: questões teóricas

Ao clima de instabilidade política provocado pela Segunda Guerra Mundial, principalmente com a crise do colonialismo, acrescentou-se uma nova preocupação no campo das relações sociopolíticas e econômicas mundiais: o subdesenvolvimento. Desta maneira, os países considerados subdesenvolvidos – antigas colônias que conquistaram sua independência ao longo dos séculos XIX e XX – se orientaram no sentido de resolver os entraves políticos, econômicos e até mesmo culturais que obstaculizavam a consolidação de seu desenvolvimento. Vale destacar, como exemplo, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da América Latina. Além disso, no campo das ciências humanas, sobretudo no âmbito das ciências sociais, irromperam várias reflexões acerca de um possível desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Destas reflexões despontou a chamada teoria do desenvolvimento. Theotonio Dos Santos nos explica o surgimento da teoria do desenvolvimento da seguinte forma:

A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional. (SANTOS, 2015, p.18).

Nessa lógica, os crentes na teoria do desenvolvimento acreditavam que o subdesenvolvimento era parte de um processo evolutivo que culminaria no desenvolvimento. Este desenvolvimento, por sua vez, identificado a partir da consolidação da chamada sociedade moderna, alinhada aos preceitos da racionalidade burguesa, ao modelo econômico capitalista, ao rompimento com os valores e as práticas tidas como tradicionais. Por este ângulo, a teoria do desenvolvimento passou a representar, enquanto método para vencer o subdesenvolvimento, um instrumento político para se alcançar um tipo de sociedade padrão.

Em termos práticos, muitas nações utilizaram desta teoria para impor um modelo de Estado desenvolvimentista, pois, segundo esta teoria, “o *atraso* dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização”. (SANTOS, 2015, p. 24).

A teoria da dependência nasce não somente enquanto contestação à teoria do desenvolvimento, mas, também, para expressar uma nova realidade no campo das reflexões acerca do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo a respeito das características deste desenvolvimento na América Latina. Elucidada na década de 1960, a teoria da dependência demonstrou, em sua análise, que o sistema capitalista era capaz de produzir, simultaneamente, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (SANTOS, 2015). Em outras palavras:

Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização. (SANTOS, 2015, p. 26).

Dentre as correntes marxistas que ao longo do século XX se expandiram pela América Latina destaca-se, em particular, a corrente neomarxista do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO), tendo sido bastante influenciada pelos escritos de André Gunder Frank sobre o subdesenvolvimento⁷. Os teóricos do CESO buscaram refletir, de forma mais coesa, acerca das condições históricas da evolução política e econômica da América Latina, propondo uma análise destas condições identificada com a realidade prática desta região. Neste sentido, a teoria da dependência preconizada pela CESO procurou romper, no que concerne ao terreno do pensamento social, com os aspectos metodológicos e científicos trazidos das potências centrais (SANTOS, 2015). De acordo com esta corrente de pensamento, a expansão do capital internacional pela América Latina conduzia os países da região a um tipo de desenvolvimento (ou ilusão de desenvolvimento) dependente, sendo o marco deste processo, o momento histórico dos golpes militares financiados pelos EUA, durante a guerra fria.

⁷ André Gunder Frank vai postular a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento. O autor contesta a ideia de um desenvolvimento independente nos países de economia periférica. Frank defendia a concepção de que o subdesenvolvimento é gerado, assim como o desenvolvimento, não por processos históricos distintos, mas pelo mesmo processo histórico que promove o desenvolvimento do capitalismo. Em suma, o capitalismo, segundo o autor, é capaz de produzir desenvolvimento e subdesenvolvimento simultaneamente.

O crescimento econômico da América Latina, iniciado a partir da década de 1930, sob o molde capitalista, encontrou na iniciativa à industrialização sob a égide do modelo de substituição de importações a saída para a crise econômica, que se expandiu pelo mundo a partir da crise de 1929. Naquele momento, as burguesias nacionais dos países latino-americanos se propuseram a pensar um modelo de desenvolvimento para a região, fundamentado em ideias de caráter nacionalista. Vale lembrar, como exemplo, o traço nacionalista da economia brasileira, sobretudo durante os governos de Getúlio Vargas.

No entanto, o modelo de substituição de importações encontrou muitos obstáculos diante das condições para sua implementação. O que se percebeu, na prática, é que essa postura nacionalista demonstrou-se mais como um entrave e menos como solução, ao desenvolvimento econômico da América Latina. A respeito disso, Tavares (1983, p. 39) afirma que:

Em primeiro lugar, porque o processo de substituição não visa diminuir o quantum de importação global; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição.

A ascensão do processo de industrialização carecia de um mercado interno estável, a fim de que pudesse sustentar, pela demanda, o crescimento econômico. Ou seja, que a dinâmica anteriormente voltada ao exterior passasse a ser paulatinamente internalizada, tendo o investimento como principal variável. A substituição de importações fora, até certo ponto, bem sucedida, no entanto, limites estruturais inerentes à economia brasileira significaram o seu colapso.

Diante dessa questão, a proposta de desenvolvimento vislumbrada pelos governos nacionalistas da América Latina, entre os anos de 1930 e 1960, e alicerçada no modelo de substituição de importações, não foi capaz de suportar as pressões impostas pelo capital internacional. Desta maneira, couberam às burguesias nacionais da América Latina lançar mão de seus ideais nacionalistas, ao passo que se transformavam em interlocutoras entre os interesses do capital estrangeiro e os anseios internos de seus países. No entanto, é preciso entender que o vínculo entre as burguesias latino-americanas e o capital internacional, sobretudo a partir da década de 1960, não representou autonomia plena para estas burguesias e tampouco significou o desenvolvimento real da América Latina. Vale destacar, como

exemplo, o processo de industrialização dos países latino-americanos que, além de acontecer sob os moldes de uma modernização tardia, as indústrias montadas na região carregavam o peso de uma tecnologia obsoleta. Segundo Santos (2015, p.37), “a expansão industrial da América Latina não resultou na sua passagem para o campo dos países industriais desenvolvidos”. Deveu-se a isto, todavia, o alto nível de desigualdade social na região, o que comprova que a riqueza gerada com a modernização não foi convertida em melhores condições de vida para a população latino-americana.

Em síntese, a teoria da dependência expõe que o desenvolvimento econômico não acontece por intermédio de etapas (como, por exemplo, a tese de que o subdesenvolvimento seria uma fase em direção ao desenvolvimento), mas, ao contrário, induz que o desenvolvimento dos países centrais depende da existência do subdesenvolvimento dos chamados países periféricos. Desta forma, compreender esta teoria corresponde um dos elementos fundamentais para o entendimento de nosso objeto de pesquisa – os estudos técnicos e as pesquisas científicas desenvolvidas por instituições estrangeiras em território brasileiro, sob a “supervisão” da FBC e, posteriormente, da SUDECO.

Além das questões até aqui apontadas, é importante ressaltar que o amadurecimento da teoria da dependência na América Latina está intimamente ligado ao contexto de luta e resistência da região em relação ao domínio imperialista das potências centrais, sobretudo em relação a forte influência dos EUA nos países latino-americanos. Neste sentido, a teoria da dependência revela seu caráter revolucionário, pois, além de evidenciar o problema do subdesenvolvimento, da posição da América Latina (e do chamado Terceiro Mundo) na divisão internacional do trabalho, mostrou-se também, capaz de construir todo um universo crítico identificado com a luta de classes.

Esse comprometimento revolucionário engendrado por alguns teóricos da teoria da dependência – Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, por exemplo – exterioriza a necessidade de romper com a dependência para vencer a barreira do subdesenvolvimento. A partir desse raciocínio, a condição subalterna dos países periféricos só será superada com a interrupção da dominação imperialista. Assim sendo, fica claro o nível de complexidade da teoria da dependência quando esta passa a negar o desenvolvimento econômico mundial pela via da modernização e da industrialização, isto é, pela via capitalista. Diante dessa complexidade, a questão da dependência tem sido fortemente debatida por críticos políticos e intelectuais da América Latina, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, especialmente pelos grupos de esquerda. Na visão de Ianni (1974, p.116):

Por essas razões, convém examinar a problemática da dependência de um ponto de vista crítico. É necessário, por exemplo, analisar questões tais como as seguintes: A noção de dependência não substitui a de imperialismo; ao contrário, uma se desdobra na outra, integrando-se ambas tanto empírica como teoricamente. Além disso, a discussão das estruturas de dependência pode elucidar o caráter das contradições entre as classes sociais nos países da América Latina.

A respeito do Brasil, a noção de que a expansão das relações capitalistas pelo país se deu sob a égide da dependência encontra respaldo, acima de tudo, pelo modo de integração deste país ao mercado mundial, bem como pela posição que este assumiu na escala da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, é preciso compreender que o Brasil se insere ao contexto da economia mundial a partir de sua estreita relação com o capital internacional. Depreendem-se dessa análise as seguintes características: enquanto colônia, o Brasil esteve condicionado à posição de fornecedor de matéria-prima à Europa; após sua independência, sobretudo durante o século XIX, além de manter a característica de país exportador de produtos primários, esteve conectado ao mercado mundial com a entrada de manufaturas inglesas; já no século XX, pela própria dinâmica da divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento da economia nacional processou-se a partir da exportação de bens primários às nações com estágio de desenvolvimento mais avançado, sobretudo àquelas onde a industrialização se encontrava em escala ampliada (MARINI, 2000).

O enquadramento do Brasil nas relações capitalistas internacionais, verificado por sua atual posição na divisão internacional do trabalho, revela o ponto central de sua condição dependente. O atributo de país exportador de produtos primários – elemento colonial que permanece após sua independência – representou, ao mesmo tempo, o desestorvo e o entrave ao seu processo de inserção à economia mundial. Ou melhor, ao passo que a capacidade produtiva do setor agrícola brasileiro o integrava a dinâmica capitalista internacional, esta, por sua vez, o amarrava apenas nesta condição, tornando-o um país capaz de produzir riqueza, mas de desenvolvimento dependente.

A respeito disto podemos citar a questão da modernização agrícola que aqui ocorreu. Uma modernização tecnológica interna sob premissas externas, ou seja, financiada por capital estrangeiro para atender demandas internacionais que acabou, por seu turno, reelaborando e endossando a posição subalterna da economia brasileira diante das economias capitalistas classificadas como avançadas. Sendo assim:

Em outras palavras, é a partir desse momento [dessas características] que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações

subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2000, p.109, Grifos do autor).

Outra questão relevante é perceber como a dependência se consolida internamente nos países subalternos. Dentre vários aspectos, vale ressaltar, pela própria reflexão histórica acerca do tema, o aspecto relacionado à exploração do trabalhador. O fato é que a integração da América Latina ao desenvolvimento capitalista mundial intensificou, ainda mais, o grau de exploração do trabalho. Desta maneira, incide sobre as nações subdesenvolvidas, de debilitado processo de industrialização, o peso de uma modernização tardia voltada para atender as demandas dos países industrializados. Isto é, na medida em que a exploração do trabalho nos países dependentes garante o abastecimento dos países desenvolvidos (principalmente o abastecimento de produtos primários, de subsistência), as nações industrializadas, desenvolvidas, usam os países dependentes como receptáculo de seus produtos. Esta é mais uma via de integração entre nações economicamente díspares no contexto da economia mundial. Segundo Marini (2000), esta integração pode ser caracterizada como um “Intercâmbio desigual”.

Além disso, é importante esclarecer, mesmo que de forma condensada, que esta exploração do trabalho nos países dependentes se dá, também, pela dominação ideológica. Ou seja, no interior das relações de produção capitalista o discurso hegemônico das grandes potências se converte em instrumento de controle ideológico, do qual as instituições da sociedade civil utilizarão para frear a resistência do trabalhador, frente à exploração em que este está sendo submetido. Desta forma, mesmo estando em condição subalterna, as classes dominantes das nações dependentes procuram reproduzir, em consonância com o poder do Estado, as relações econômicas que garantem a exploração, bem como o controle do trabalhador.

Segundo Gramsci (2011), o Estado, ao representar os interesses das classes dominantes, usa da coerção e do consenso, ou seja, da violência e da ideologia, para garantir a reprodução das relações de poder que, numa sociedade capitalista, caracteriza-se como relação de exploração. Neste contexto Gramsci explora o conceito de hegemonia. De acordo com ele, o Estado não domina apenas pelo aparato político-militar, mas usa como instrumento de dominação de classe os mecanismos do convencimento, da persuasão, do consentimento. Isto é, a classe dominante usa da ideologia para reproduzir sua hegemonia sobre o conjunto dos indivíduos. Diante disto, Gramsci pondera sobre a hegemonia e a ideologia afirmando que:

A proposição contida na introdução à *Crítica da economia política*, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. [...] A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. (GRAMSCI, 2011, p. 194-195).

Já Althusser, ao definir o Estado enquanto instrumento de classe, compartilha da reflexão de que “o Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia” (ALTHUSSER, 1985, p.62). Outro ponto importante da teoria desenvolvida por este autor está na argumentação sobre a existência e o papel dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Sendo estes, segundo o autor, “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (Ibid., p.68). As instituições nas quais o autor faz menção são as igrejas, os partidos políticos, as escolas, os jornais, a família, etc.. Em outras palavras, instituições da sociedade civil que correspondem ao lugar do domínio ideológico, como também ao lugar da luta de classes.

A partir da perspectiva de Gramsci e Althusser podemos concluir que, no próprio curso da reprodução das relações capitalistas, os elementos que procuram subordinar o trabalhador, tal como as nações dependentes, ao contexto da produção, não se resumem exclusivamente ao uso da repressão política e militar – muito embora este tipo de repressão ainda se apresente como uma realidade. Como afirma Marini (2000, p.119):

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações fracas se torna supérfluo e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e ampliam o atraso e a debilidade dessas nações. [...] O uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que passam a operar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação.

Refletir sobre a influência da dominação imperialista no Brasil não significa, antes de tudo, compartilhar da ideia de um Brasil completamente imobilizado pelos interesses estrangeiros. No entanto, é inegável que estes interesses estejam diretamente ligados ao contexto de integração do Brasil na dinâmica sociopolítica mundial, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. A própria relação de interdependência entre os países do mundo revela a grande influência das potências centrais em regiões com níveis de desenvolvimento inferior. Ou seja, por mais que os países periféricos tenham sua “autonomia” jurídica consolidada, aí envolvendo também uma questão de soberania nacional, estes não se

blindaram o bastante para evitar as imposições imperialistas sobre seu território, principalmente as imposições de caráter econômico.

Nesse sentido é importante analisar o caso do Brasil, no contexto político que antecede o golpe de 1964. Naquele momento, o país sentia os reflexos de uma política nacionalista – iniciada por Vargas na primeira etapa de seu governo (1930-1945) e reforçada durante sua segunda passagem pela presidência (1951-1954) –, que havia consolidado no âmbito das classes sociais, uma forte burguesia nacional alinhada aos projetos desenvolvimentistas preconizados pela ideia de nacionalismo econômico. Por outro lado, crescia no Brasil os movimentos sindicais e de lutas operárias como resultado do avanço na legislação trabalhista, também iniciada na Era Vargas. No entanto, por mais que essa realidade venha denotar mudança durante o Governo Juscelino Kubitschek, com a abertura do Brasil ao capital estrangeiro e a completa rendição da burguesia brasileira a este capital, nada imperou mais para esta rendição, que o temor da elite nacional diante das reformas populares⁸ propostas por João Goulart.

A expansão da influência estrangeira no Brasil, principalmente a partir do Governo JK, como já citado, fez com que a burguesia nacional se associasse aos interesses dos grupos econômicos internacionais. Nesta perspectiva, esta associação se dava, entre outros elementos, pela ideia de controle das massas trabalhadoras, tendo em vista o crescimento dos movimentos sociais no país, especialmente com a proposta reformista de João Goulart. Desta maneira, uma reforma na legislação trabalhista atingiria diretamente – e negativamente – os interesses econômicos tanto da burguesia nacional quanto dos grupos imperialistas, interessados no controle da economia brasileira. Como afirmou Marx (1974, p.43), “a legislação sobre o trabalho assalariado, marcada desde a origem com o selo da exploração do trabalhador e desde sempre dirigida contra ele”. Eis o cenário histórico do golpe de 1964. Sobre este fato, Santos (2015, p.34) afirma que “o golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial”.

O golpe de 1964, como já se sabe, inaugurou no Brasil uma estrutura política marcada pelo domínio político dos militares, caracterizada, sobretudo, pela ausência absoluta de liberdades democráticas, pelo consentimento da burguesia nacional, e pela forte influência do capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos da América. Esta influência, todavia,

⁸ As chamadas Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart propunham uma série de transformações sociais e econômicas, objetivando mudanças radicais nos setores educacional, trabalhista e agrário do país.

sinalizava a intervenção estadunidense nos assuntos políticos e militares do Brasil, situação que já vinha sendo uma constante desde a década de 1950, através de acordos militares entre os dois países. Vale lembrar, como exemplo, a consolidação do ‘Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América’, assinado em março de 1952. Este acordo, por sua vez, estabelecia um vínculo entre estes dois países, no qual coube aos EUA fornecer materiais – tecnologia militar – para o Exército brasileiro, enquanto o Brasil, em troca, forneceria matéria-prima (recursos minerais) à indústria norte-americana.

No entanto, é necessário salientar que a interpretação sobre o robustecimento da Ditadura Militar no Brasil não pode ser atribuída somente ao resultado de uma estratégia externa, isto é, tão somente arquitetada pela iniciativa imperialista norte-americana. É preciso refletir sobre o apoio que os militares receberam de vários setores da sociedade brasileira, particularmente dos grupos pequeno-burgueses e, sem dúvida, das classes dominantes, ambos os setores temerosos diante de uma suposta guinada do Brasil ao comunismo. Apesar disso, mesmo levando em consideração esse apoio interno destes grupos brasileiros, permanece a argumentação de que a intervenção norte-americana no contexto do golpe de 1964 reforça o papel subalterno do Brasil, perante as ações imperialistas das potências centrais.

Sob tal enfoque, a política externa brasileira sofreu notável mudança a partir de 1964. Desde então, o objetivo essencial desta política “parece ser obter uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos”. (MARINI, 2014, p.109). Contudo, por mais que esta adequação não resultou numa integração igualitária entre os países desenvolvidos e os países de economia periférica, a integração do Brasil à dinâmica capitalista mundial, através do vínculo com os EUA, fez com que o Brasil se tornasse porta-voz dos interesses norte-americanos na América Latina. Isto é, mesmo exercendo relativo domínio econômico e político sobre os demais países da América Latina, o Brasil seguiu – e segue – preso aos mandos imperialistas dos EUA. Sobre essa questão, e como reforço a nossa argumentação, é significativo observar que:

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave. (MARINI, 2014, p. 127).

Do ponto de vista de Marini (2014), a submissão das classes dominantes brasileiras – burguesia e latifundiários – ao processo de integração imperialista conduziu o Brasil ao contexto da modernização tecnológica. Por outro lado, esse avanço no campo tecnológico se deu através da absorção, pelo Brasil, de tecnologia obsoleta dos EUA, o que reforça a ideia de desenvolvimento dependente. A modernização da agricultura brasileira, por exemplo, ocorreu a partir desta absorção, ou seja, sob os padrões de uma integração imperialista que, na escala da divisão internacional do trabalho, amarrou o Brasil na condição de exportador de matérias-primas aos países desenvolvidos.

Em contrapartida, mesmo a partir da absorção de tecnologias obsoletas é preciso compreender que a evolução de determinados setores da indústria nacional, bem como a modernização que ocorre no campo, principalmente a partir da década de 1960, propiciou ao Brasil o status de economia dominante no que tange ao contexto da América Latina. Segundo Marini (2014), esta realidade revela o papel do Brasil na prática imperialista: o de exercer, na conjuntura político-econômica da América Latina, um tipo de subimperialismo. Neste sentido, este autor esclarece que:

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense). Essa tentativa de integrar a América Latina econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo estadunidense e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje uma intenção. (Ibid., p. 130).

Pelo exposto, percebe-se que o projeto desenvolvimentista de caráter nacionalista empreendido por Vargas nos anos 1930, não suportou as investidas imperialistas por muito tempo. Ironicamente, este projeto de política econômica acabou vivenciando uma de suas primeiras rupturas na segunda passagem de Vargas pelo governo – já nos anos 1950 –, momento pelo qual as tentativas de arranjo político entre o governo e as massas operárias fracassaram, sobretudo pelas ações do ministro do trabalho, João Goulart, que buscou atrelar os movimentos operários ao governo através da concessão de aumento no salário mínimo. Após forte pressão interna – burguesia nacional – e externa – forças imperialistas – Vargas optou pela demissão de Goulart (MARINI, 2014).

Outro ponto conflitante sobre o enfraquecimento dessa política econômica nacionalista foi, segundo Marini (2014), a chamada ‘Instrução 113’. Esta, por seu lado, assinada durante o governo de Café Filho e preservada pelo governo de Juscelino Kubitschek, representava a direta aliança entre a burguesia brasileira e os grupos econômicos estrangeiros a partir da

penetração de capitais imperialistas, particularmente dos grupos norte-americanos. Dentro desta ótica, o derradeiro elemento que selou o domínio imperialista no Brasil, como já citado, foi a consolidação da ditadura militar, em 1964. De acordo com Marini (2014, p. 147):

Essa penetração da capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se, quase em sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; deu-se sob a forma da introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos; e realizou-se em grande medida através da associação de companhias estadunidenses a empresas brasileiras.

A integração brasileira ao imperialismo exteriorizou, mais ainda, o aspecto contraditório do desenvolvimento capitalista em nações dependentes. Entre os elementos que reforçam esta ideia, dois em particular merecem destaque: o primeiro diz respeito à condição subimperialista do Brasil, pois, por mais que o país desempenhe relativo domínio em relação aos países da América Latina – exportando excedentes de sua produção –, este domínio não garantiu melhorias internas que o coloque no mesmo patamar das nações imperialistas; o segundo, por sua vez, revela a real participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, isto é, o de país exportador de produtos primários. Este último elemento, no que lhe concerne, se comprova pela modernização conservadora imposta ao setor agrícola brasileiro a partir dos anos 1950. “O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou a vida do velho sistema semicolonial de exportação no Brasil. [...] No lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o ainda mais”. (Ibid. p. 158).

A propósito destas informações é necessário fazer uma análise consistente sobre a integração do território do Brasil Central ao contexto da economia nacional e internacional, a partir da atuação das instituições aqui estudadas – FBC e SUDECO. Desta maneira, é importante refletir sobre os projetos de ocupação do Brasil Central, enfatizando os aspectos mais relevantes a respeito da modernização agrícola e a questão da fronteira, bem como do papel do Estado neste processo.

2. O PROJETO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASIL CENTRAL: DA FBC A SUDECO

Pensar o Centro-Oeste brasileiro numa perspectiva socioeconômica e política é refletir sobre um dos elementos da questão agrária do país. Antes de tratar do processo de ocupação da fronteira do Brasil Central, faremos uma breve exposição, sobre os antecedentes históricos deste processo. Entendemos que a evolução da estrutura agrária é o principal elemento da história desta região e, conseqüentemente, componente fundamental para a compreensão do tema proposto.

2.1 O CENTRO-OESTE NO QUADRO ECONÔMICO DE EXPANSÃO DA FRONTEIRA: SÍNTESE HISTÓRICA

A agricultura tradicional foi tida, por um longo período de tempo, como uma das principais características do Centro-Oeste brasileiro. Suas particularidades assumiam um caráter diferenciado, em relação a outras regiões brasileiras, transformando-se numa barreira ao rápido desenvolvimento econômico desta região. Isto se deveu, principalmente, a partir da decadência da exploração aurífera, devido ao esgotamento das jazidas, tendo como resultado um considerável aumento do processo de exploração rural, embora este tivesse apenas caráter de subsistência. Aos poucos, os espaços antes vazios de atividade produtiva foram sendo ocupados.

No contexto do século XIX, agricultura e pecuária não podem ser vistas como atividades separadas, visto que, em geral, as propriedades rurais dedicavam-se a ambas essas atividades. Neste período, a agricultura era caracterizada ainda pelo trabalho familiar, sendo a utilização de insumos quase nula. Nas fazendas, havia uma pecuária extensiva em concomitância com uma agricultura de subsistência, ambas desenvolvendo-se complementarmente. A estrutura agrária no Centro-Oeste, aos poucos, foi se definindo de forma mais concentrada, pois o controle das terras ficou em mãos de poucas famílias. Grande parte das terras era de posse ilegal, isto devido ao alto custo para legalizar as mesmas.

A partir de 1930, a economia brasileira começou a sofrer um forte processo de transformação. A expansão do complexo cafeeiro de São Paulo contribuiu para a expansão da fronteira agrícola rumo a outros Estados do Brasil, principalmente aos da região Centro-Oeste. Deveu-se a isto, a integração capitalista das economias regionais, o que contribuiu para

formação de um novo mercado interno, condição indispensável para o desenvolvimento do setor industrial da economia brasileira. Neste contexto, o Centro-Oeste aparece como opção de fronteira a ser expandida.

Além disso, configurou-se no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, um tipo de desenvolvimento capitalista alicerçado na indústria de substituição de importações⁹. Esse modelo de desenvolvimento estava sob a proteção do Estado, sendo o objetivo inaugurar um conjunto de relações Inter setoriais que, posteriormente, resultaria na transferência de excedentes econômicos para o setor urbano-industrial.

Nessa perspectiva, fica claro o intuito do Estado em promover, naquele momento histórico, e de maneira mais intensa, o desenvolvimento do setor urbano-industrial brasileiro. Contudo, o setor agrário também passou a ser visto como componente necessário para o crescimento econômico do país. Sobre isto, Barsanufio Gomides Borges (2000, p.17) afirma que no Brasil “foi o progresso da indústria que abriu caminho, comandou a evolução e estabeleceu a lei geral do progresso da agricultura”.

Desta maneira, no que tange ao setor da agricultura, a estratégia do Estado visava promover este setor em benefício do desenvolvimento industrial. O intuito era que as indústrias voltadas para a transformação de produtos agrícolas fossem instaladas em várias regiões do país. Isto foi possível a partir de vários programas especiais criados pelo governo federal. Os investimentos públicos destinados à agricultura levavam em consideração as constantes transformações que vinham ocorrendo no país, como por exemplo: transformação da agricultura tradicional em agricultura de mercado; acelerado processo de urbanização e industrialização da região Sudeste; esgotamento da fronteira agrícola no Sul do Brasil.

Com o advento do Estado Novo, em 1937, as políticas de expansão da fronteira ganharam novo alento. Este regime político ditatorial, amparado por forças militares, logo tratou de colocar em prática o desejo de nacionalizar definitivamente as fronteiras do país. Para tanto, foi lançada ainda no ano de 1937, a campanha da Marcha para o Oeste, com o objetivo de promover o povoamento e o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. Esta campanha engendrou uma série de iniciativas marcadas pela intervenção direta do Estado sobre o território. Vale destacar, como exemplos de ações organizadas no âmbito da Marcha, a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, o estabelecimento da Expedição Roncador-Xingu, e a criação da Fundação Brasil Central (FBC). A FBC atuaria até dezembro de 1967,

⁹ Tavares (1983) alerta sobre a amplitude do termo “substituição de importações”, pois esta prática extrapola o simples objetivo de eliminar importações. Segundo a autora, na medida em que alguns bens são substituídos aparecem outros que a indústria nacional não produz, resultando assim, numa maior dependência do exterior.

quando esta, por iniciativa do governo federal, seria substituída pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) – extinta em 1991, durante o governo Collor. A história destas duas instituições (FBC e SUDECO) será analisada logo adiante.

Nos primeiros anos da década de 1950, durante o segundo governo de Vargas, a atuação do poder público continuou promovendo o processo de industrialização. Coube ao setor agrário, neste período, apenas o papel de atividade subalterna no processo de crescimento econômico. O crescimento deste setor se dava apenas pela abertura de novas áreas de fronteira.

No governo de Juscelino Kubitchek, o que se percebeu foi que a agricultura continuou numa situação secundária, pois no plano de desenvolvimento econômico daquele momento, nenhuma política agrícola bem estruturada direcionava-se para a modernização do setor agrícola. Além disso, na medida em que a dinâmica de incorporação de novas terras se tornou inviável, a agricultura transformou-se em um problema para o crescimento capitalista brasileiro. A solução para esse problema consistia no implemento de métodos para o aumento da produção em áreas já ocupadas. A respeito disto, Borges (2000, p.21) relata que:

Apenas quando a fronteira tende a fechar-se e as modalidades tradicionais de ocupação do solo se esgotam ou tornam-se relativamente mais difíceis é que o desenvolvimento capitalista no campo começa a se fazer de modo a intensificar a produção nas áreas já ocupadas.

A partir disto a modernização agrícola tornou-se a alternativa do Estado em promover a aproximação econômica entre o urbano e o rural, pois, no período anterior à modernização no campo, as atividades econômicas na zona rural eram diretamente ligadas à agricultura e à criação de animais. A maioria dos habitantes do campo se dedicava a esses ramos. Além disso, o agricultor se subordinava ao desempenho da natureza, ou seja, aos ciclos naturais que regiam o calendário e o ritmo da produção. Com a modernização do setor agrícola, esse estado de coisas passou a sofrer grandes mudanças, pois a modernização tecnológica diminuiu, de certa forma, a dependência do homem em relação aos ciclos da natureza. Desde então, o processo produtivo obedece mais o ritmo do planejamento humano.

A evolução da ciência e da tecnologia, bem como sua relação com o desenvolvimento econômico dos países industrializados, passou a ser componente fundamental para a consolidação da modernização da agricultura no Brasil. Segundo Tamás Szmrecsányi (2001) é preciso definir o papel do progresso técnico, distinguindo as descobertas e invenções das inovações tecnológicas propriamente ditas, pois, apenas estas últimas compõem o processo de desenvolvimento econômico. Tais inovações tecnológicas passam a fazer parte deste

processo, “[...] através dos mecanismos de indução e de difusão do progresso técnico”. (SZMRECSÁNYI, 2001, p.156).

Quanto ao progresso do conhecimento (progresso científico), este é acelerado pelo progresso técnico a partir das exigências do sistema econômico. Assim, as atividades de pesquisa tendem a se expandir ocasionando uma maior interação entre ciência e tecnologia, tendo como resultado, o crescimento dos processos de produção e de inovações tecnológicas. Desta forma, é possível constatar que a modernização agrícola no Centro-Oeste se encaixa como um exemplo de progresso técnico, que ocorreu como resposta ao desenvolvimento econômico nacional e internacional e, que por sua vez, atendeu as exigências do estágio contemporâneo do modo de produção capitalista. Além disso, os efeitos das inovações tecnológicas trazidas para esta região tiveram resultados concretos em suas aplicações práticas.

Sobre a relação entre o setor agrário e o setor urbano-industrial no Brasil, e principalmente no caso do Centro-Oeste, uma situação que incomodava o Estado brasileiro era que ambos os setores andavam em descompasso. Tal fato se concretizou como o grande desafio para o Estado durante o período militar. O objetivo era integrar estes setores, complementarmente, no processo de desenvolvimento econômico do país¹⁰.

No Brasil, durante o período militar, o Estado começou a fomentar ações no intuito de dar segurança ao abastecimento de produtos agrícolas nas cidades. Estas ações foram antecedidas por uma crise de abastecimento, que causava variações na oferta de produtos agrícolas, afetando de forma negativa o consumidor urbano. Dessa forma, o Estado brasileiro atuou na redução dos preços dos produtos, além de manter sua oferta estável. Na redução dos custos de produção, a ação governamental no Brasil abrangeu atividades de pesquisa e extensão rural, bem como investimentos em infraestruturas econômicas, tais como, por exemplo, estradas de rodagem, redes de armazenagem, sistemas de irrigação, eletrificação rural, entre outras.

A política agrícola levada a efeito no Brasil durante a ditadura militar teve como objetivo possibilitar o desenvolvimento da agricultura, com aumento da produção e da produtividade, além de promover o crescimento da renda de todos que se vinculavam às atividades rurais. Diferentemente disto, entretanto, na prática os trabalhadores e os produtores de baixa renda acabaram sendo excluídos destes objetivos.

¹⁰ No âmbito internacional, a integração do Brasil ao mercado mundial está diretamente relacionada à sua função na esfera da divisão internacional do trabalho. Isto é, a de fornecer aos países industrializados (desenvolvidos) os produtos primários (alimentos) necessários ao abastecimento destas nações.

Entre 1964 e 1969 o governo brasileiro adotou vários programas para o desenvolvimento do país. Todos sustentavam a ideia de que era preciso promover alterações no setor agrícola, para que o mesmo se desenvolvesse. Dentre esses programas, destacam-se: Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966); Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973); I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social – 1963-1965 –, organizado pelo então Ministro Celso Furtado, enfatizava a importância de se criar meios para promover o desenvolvimento da economia brasileira. No campo da agricultura, o plano reconhecia que a deficiência da estrutura agrária brasileira residia na ausência de modernas técnicas de produção, o que retardava o conjunto da economia. O plano tinha como objetivos: o aumento na produção de alimentos; melhorias para o setor de produção agrícola e exportação de seus produtos; estímulo à produção de matérias-primas para o mercado interno. Tendo em vista a concretização desses objetivos, uma série de pesquisas científicas e técnicas referiam-se ao meio rural.

Na medida em que a sociedade brasileira foi se urbanizando, o impulso a industrialização foi adquirindo papel de destaque no cenário econômico, social e político brasileiro. Neste processo, ainda permanecia a ideia de que a tarefa da agricultura seria a de fornecer matérias-primas ao setor industrial. Isto, porque a baixa produtividade da agricultura constituía um sério obstáculo ao desenvolvimento industrial, causando um distanciamento entre os setores rural e industrial.

Dessa maneira, nos primeiros anos da década de 1960, o Estado admitia a deficiência na estrutura agrária do país. Nesse sentido, o Plano Trienal deveria atuar na correção dos problemas existentes na agricultura. Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 124-125):

[...] as consequências desta deficiente estrutura agrária são assim elencadas: cerca de 75% das propriedades agrícolas não dispõem de terras suficientes para uma exploração racional de cultivo e conservação do solo, o que só pode ser alterado pela modificação na referida estrutura agrária; a população rural tende a se concentrar nestas pequenas propriedades; por outro lado, o tamanho excessivo das grandes propriedades promove a ociosidade de metade das terras formalmente incorporadas à economia de mercado; esta mesma estrutura dificulta, também, a introdução de novas técnicas e relações de trabalho, comprometendo o desenvolvimento futuro da agricultura.

Em 1964, no governo do Marechal Castelo Branco, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Este, por sua vez, se configurou como o primeiro plano da

ditadura militar, no que concerne aos objetivos econômicos e de desenvolvimento do país. Assim como o Plano Trienal, o PAEG apresentava a agricultura como um entrave ao desenvolvimento econômico do país – em razão da baixa produtividade. Entre os objetivos básicos do PAEG, como no Plano Trienal, um se destacava: fornecer alimentos e matérias-primas ao mercado urbano-industrial brasileiro.

A intervenção do Estado na agricultura – por intermédio de planos governamentais –, encontrou no avanço tecnológico a saída para os problemas relativos à agricultura brasileira. Neste sentido, a pesquisa agrícola no Brasil foi condição fundamental para modernização agrícola, principalmente no caso dos Cerrados do Brasil Central.

O PAEG atuou basicamente no sentido de promover investimentos em mecanização, em pesquisa e no melhoramento das técnicas de produção. Para tanto, a expansão do crédito agrícola se mostrou um veículo forte para modernização da agricultura, pois foi através dele que os produtores – grandes proprietários de terra – puderam aperfeiçoar as técnicas de produção na propriedade rural. Segundo Bernardo Sorj (1980, p.89):

[...] o crédito agrícola se transformou sem dúvida no maior impulsionador do processo de modernização das forças produtivas, em particular da mecanização, chegando por vezes a subsidiar praticamente mais da metade do valor da maquinaria agrícola.

Na administração de Costa e Silva, elaborou-se o Programa Estratégico de Desenvolvimento que, por sua vez, ajudou a compor o Plano Trienal de 1968. No que diz respeito ao setor agrícola, o que se percebe é que neste Programa os objetivos básicos para o setor permaneceram semelhantes aos objetivos dos planos dos governos anteriores: aumentar a produtividade agrícola e romper com os obstáculos do abastecimento.

No Programa Estratégico de Desenvolvimento, o discurso de promover a revolução tecnológica na agricultura adquiriu ainda mais ênfase. O incentivo à industrialização do meio rural se tornou a grande preocupação dos formuladores do Programa, que vai se basear no fortalecimento do crédito rural como norteador da estratégia de desenvolvimento e modernização do setor agrícola.

Em 1970 foi elaborado o plano Metas e Bases para a Ação de Governo, sob a responsabilidade do ministro João Paulo dos Reis Veloso. Na Presidência da República se encontrava o então General Emílio Garrastazu Médici. No que tange às metas acerca da agricultura, a ocupação de espaços vazios no Centro-Oeste – na zona dos Cerrados – foi tida como o grande objetivo, no sentido de promover a chamada “Revolução na Agricultura e

Abastecimento”. Em resumo, as pretensões básicas do plano não diferiam dos demais, antes implantados.

O discurso de promover o desenvolvimento tecnológico no setor agrícola permaneceu no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), de 1972. No entanto, havia uma distinção entre o I PND e os anteriores, no que diz respeito aos interesses relacionados à agricultura. Esta distinção fica bem exposta por Gonçalves Neto (1997, p. 132) na seguinte colocação:

Embora admitindo que o processo de desenvolvimento seja acionado pelos setores diretamente produtivos, indústria e agricultura, e que desníveis de crescimento entre os dois possam ocasionar problemas ao processo como um todo, este é o primeiro plano a não acusar problemas estruturais na agricultura, nem apontar seu caráter retardatário [...]. Fale-se em modernizar, dinamizar setores, mas não os apresenta como gargalos ao processo de desenvolvimento.

A estratégia adotada no I PND orientava-se no sentido de modernizar a agricultura do Centro- Sul e do Nordeste brasileiro, estabelecendo como critério básico a racionalização da estrutura agrária, bem como a introdução de novas tecnologias, como, por exemplo, o implemento de um sistema avançado de irrigação nas propriedades.

Em 1975, foi editado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Em resumo, o II PND manteve as propostas do I PND, no sentido de oferecer condições para modernização agrícola em áreas já ocupadas. De modo geral, coube ao II PND – na parte das estratégias para a agricultura – estabelecer o emprego de modernas técnicas no setor agrícola, visando uma maior produtividade e, com isso, fazer com que às demandas do mercado interno fossem atendidas, além de aumentar o volume de exportações e fornecer estímulos à agroindústria.

A região brasileira que mais se beneficiou das ações destes programas foi o Centro-Oeste. Esta região, cujo bioma característico é o Cerrado, por muito tempo foi classificada como imprópria para a agricultura em grande escala, em razão de seu solo pouco produtivo. Diante disso, a ação desenvolvida pelo Estado se orientou no sentido de promover inovações tecnológicas que transformassem as áreas de Cerrado em espaços aptos a produção agrícola em grande escala. Segundo Santos e Silveira (2001) os investimentos em pesquisa e tecnologia promoveram a cientificização da agricultura e sua consequente modernização. Assim, culturas como a soja e o algodão da região Centro-Oeste passaram a atingir altos índices de produtividade. É neste contexto que “a região Centro-Oeste inicia uma produção de caráter capitalista” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 86).

Como foi dito, a partir de 1960 uma série de medidas político-econômicas voltaram-se para o setor agrícola brasileiro. Tais medidas preconizavam o uso de insumos modernos nas

propriedades. Todos os planos que foram adotados buscavam melhorias para a agricultura, sendo o principal objetivo destes, aumentar a produção agrícola voltada para o mercado externo.

Além dos programas já citados, a partir da década de 1970, diversos outros programas foram implantados, dentre eles, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), que criava vários incentivos aos investimentos nesta região e o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), este, com vistas a viabilizar técnica e economicamente a ocupação agrícola dos Cerrados. Além disso, o II PND compreendia novos programas com o objetivo de beneficiar espaços regionais definidos. Assim surgiram: o POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia); o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados); o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados).

A evolução do setor agrícola no Centro-Oeste é marcada pela forte presença do capital monopolista, a industrialização da agricultura e a integração dos capitais agrícola, comercial, industrial e financeiro. Desta maneira, o Centro-Oeste respondeu bem àqueles programas, pois culturas como a soja, algodão, cana-de-açúcar e laranja atingiram bons níveis de produção, após os investimentos feitos em modernização agrícola.

Em suma, foi a partir da segunda metade do século XX que o centro de poder econômico e político no Brasil deslocou-se para as grandes metrópoles. Deveu-se a isto, uma série de políticas públicas que promoveram a intervenção do Estado sobre o território, bem como um acelerado processo de industrialização iniciado, como já citado, em 1930. A modernização brasileira desde então envolvia, também, uma aproximação mais forte entre o rural e o urbano. Esta aproximação, entretanto, entre a cidade e o mundo rural no Brasil, já ganhara destaque desde o final do século XIX, momento da implantação das primeiras redes ferroviárias. No entanto, a ocupação da fronteira a partir dos projetos de integração territorial desencadeados pelo Estado a partir do século XX que consolidou, de forma clara, esta aproximação.

Na medida em que os avanços advindos dos grandes centros urbanos alcançam o espaço rural, este se subordina aos interesses econômicos da cidade. Por outro lado, Garcia e Palmeira (2001, p.44) explicam-nos que “a empresa industrial subordina as unidades agrícolas às suas exigências, mas não concentra o processo de trabalho agrícola em suas mãos”. Desta forma, é possível perceber que, embora exista um processo de subordinação do campo em relação à cidade, principalmente do ponto de vista econômico, este não é suficiente para compreender as relações sociais de trabalho existentes nas grandes propriedades rurais.

As relações sociais vivenciadas no interior das grandes propriedades rurais brasileiras são fruto de uma sociabilidade particular. Se analisarmos a historiografia brasileira chegaremos a muitos exemplos a respeito da vida social e cultural presentes no cotidiano rural. Dentre os exemplos vale destacar o processo de mestiçagem exposto nas obras de Gilberto Freyre, o Homem Cordial caracterizado por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra “Raízes do Brasil”, a formação de currais eleitorais desde os tempos da colonização, entre outros.

As práticas de dominação constituídas na zona rural ao longo da história do Brasil só reforçam uma estrutura de poder caracterizada, ainda hoje, pela dicotomia donos de terra e destituídos de terra. Ou seja, uma estrutura marcada pela presença da exploração da força de trabalho imposta pelos grandes proprietários de terra aos que, por não possuírem terra, vendem sua força de trabalho. E é nesta condição que uma análise mais profunda e concisa sobre a fronteira se faz necessária, pois o desenvolvimento do Brasil Central está diretamente associado ao processo de ocupação de sua fronteira.

2.2 O BRASIL CENTRAL E A FRONTEIRA: O PAPEL INTERVENCIONISTA DO ESTADO SOBRE O TERRITÓRIO

Desde os anos 1930 o Estado brasileiro se esforçou em desenvolver políticas de ocupação da fronteira. Naquele momento, o território Brasil Central foi tido como o grande espaço geográfico a ser desbravado, devido às suas potencialidades econômicas. Este fenômeno de ocupação da fronteira, através da ação estatal, caracterizava uma das etapas do processo de expansão do modo de produção capitalista pelo Brasil – o da integração territorial.

Outra questão importante sobre o trabalho de ocupação da fronteira é que este não esteve submetido somente ao Estado. Isto é, o Estado aparece principalmente enquanto agente fomentador de políticas públicas que, em última instância, estabelecem a montagem de infraestruturas que favorecem, predominantemente, a apropriação da terra por empresas privadas. Vale destacar aqui, como exemplo, o grande número de fazendas-empresas que foram instaladas no Centro-Oeste do Brasil, através de ações estatais.

Por outro lado, quando tratamos de fronteira, o discurso sobre sua realidade não deve se concentrar apenas nas ações dos agentes hegemônicos. Em outras palavras, é necessário enfatizar a participação de outros elementos sociais neste processo de ocupação territorial. Ou seja, a fronteira como palco das classes subalternas, sendo o trabalhador rural um exemplo

destas. Diante desta questão depreende-se que a fronteira é um espaço diverso, heterogêneo, em constante construção. De acordo com Bertha Becher (1981, p. 3):

A fronteira é, portanto, complexa e multifacetada, e por isso difícil de ser generalizada; embora contendo um traço estrutural, não é homogênea em todos os lugares. As generalizações macroeconômicas não conseguem captar a diversidade contida na unidade; a partir de estudos a nível de grupos, torna-se difícil extrapolar as situações para o conjunto da fronteira. A dificuldade de compreensão da fronteira pode, pois, decorrer do fato de não se ter encontrado a escala adequada à sua análise, e a perspectiva espacial da Geografia pode contribuir para a análise da questão mostrando a diversidade contida na unidade, a coexistência da tendência nuclear com a diversificação dos fatos.

A fronteira é um espaço dialético. Ela constituiu uma determinada realidade social, que revela as contradições e os conflitos típicos do avanço do modo de produção dominante pelo território. Desse modo, por mais que o Estado se apresente como um agente conciliador de conflitos no espaço da fronteira, este se mostrou incapaz diante da complexidade das relações sociais que ali são estabelecidas. Suas ações, portanto, tendem a privilegiar a reprodução e a manutenção do poder da classe dominante, através de mecanismos de coerção e coesão. Sendo assim, a fronteira é, ao mesmo tempo, produto e produtora de relações sociais (LIPIETZ apud BECKER, 1981).

Diante dessa questão percebemos que os projetos de ocupação territorial transformam a fronteira num espaço de constantes conflitos. De um lado, o chamado “progresso capitalista” que, em busca de ampliação, esgota a fronteira através de uma dominação marcada pela violência. Do outro lado, os vários grupos étnicos e sociais que, diante da expansão capitalista, tentam resistir a este processo de integração coercitivo. Desse modo, é relevante salientar o caráter plural da fronteira, pois a partir desta situação conflituosa observamos sua multiplicidade (MARTINS, 1997). Segundo Martins (1997, p. 13) “a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”.

Uma característica interessante dos estudos desenvolvidos por José de Souza Martins sobre a fronteira foi a de romper com a historiografia tradicional que, em suas defesas, colocava a fronteira como espaço de inovação e progresso. Este autor, por seu lado, refuta esta tese apresentando outra faceta sobre a fronteira: o de ser um território marcado pela violência. Ou seja, um espaço de contato entre diferentes povos, onde os mais fracos – em grande medida indígenas e camponeses – estão submetidos à repressão imposta pelos mais fortes – latifundiários, principalmente.

O deslocamento de massas demográficas em direção à fronteira, especialmente os movimentos de expansão demográfica alavancados pelo Estado, revelam o verdadeiro caráter da dialética territorial do poder. Neste contexto, as frentes de expansão e a frente pioneira, típicas do processo de ocupação da fronteira, desvelam o modo pelo qual o capitalismo se reproduz em sua variante territorial.

Nesse processo, faz-se necessário distinguir as noções de frente de expansão e frente pioneira, pois, como se sabe, a existência de tais frentes está intimamente ligada a questão da fronteira no Brasil e, conseqüentemente, ligada a questão agrária do país. Vale lembrar que ambas as concepções expressam formas distintas de compreender a fronteira que, em último caso, revelam a ideia de fronteira da civilização, isto é, as diferentes formas de um mesmo processo: a expansão territorial dos “civilizados”. De acordo com Martins (1997, p. 152):

A designação de frentes de expansão [...] expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.

É difícil estabelecer uma definição precisa para as chamadas frentes de expansão, pois esta concepção ainda é centro de muitos estudos polêmicos no campo da História, da Antropologia e da Geografia. Em suma, a frente de expansão corresponde ao processo de ocupação territorial em que a “sociedade branca¹¹” amplia seus domínios sobre territórios tribais (MARTINS, 1982). Contudo, Martins (1997) destaca a querela que esta concepção promove em meio aos debates sobre o tema afirmando que:

Para uns, a frente de expansão aparece como sendo expansão da sociedade nacional; para outros como expansão do capitalismo e para outros, até, como expansão do modo capitalista de produção. Originalmente, era expansão da fronteira da civilização. (MARTINS, 1997, p. 154-155).

Diante dessa questão fica notório que as frentes de expansão acabam promovendo um ambiente de conflito na fronteira. Se por um lado este conflito revela as assimetrias da dominação branca na fronteira, marcada sobretudo pela imposição de um modelo cultural considerado “civilizado”. Por outro lado é inegável que esse choque cultural tenha promovido

¹¹ Para a definição de frente de expansão a utilização do termo sociedade branca se refere, principalmente, ao deslocamento de posseiros em direção às regiões de fronteira. Neste caso, estes posseiros ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas e terras de comunidades indígenas. Ou seja, “através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão”. (MARTINS, 1982, p. 75).

uma nova estrutura sociocultural na fronteira, caracterizada fundamentalmente pela mestiçagem.

No que diz respeito à frente pioneira, esta apresentou outra realidade sobre o modo de enxergar a questão da fronteira no Brasil. A designação de frente pioneira estrutura-se numa base que permite analisar a fronteira do ponto de vista da modernização econômica. Em outras palavras, a fronteira é pensada como um espaço apto a receber as inovações da expansão capitalista. Nesta perspectiva, as populações pobres, os mestiços, os pequenos agricultores, além de uma série de tribos indígenas, também habitantes da fronteira, são colocadas à margem deste processo de modernização. Conforme Martins (1997, p. 153):

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social.

A dificuldade em pensar a questão da fronteira no Brasil indica que, não só a fronteira em si se compõe como um espaço diverso, mas também os estudos e interpretações acerca dela evidenciam pontos de vista discordantes. Esta constatação pode ser explicada pela própria polêmica que cerca as concepções de frente de expansão e frente pioneira.

Segundo Martins (1997), no campo acadêmico a geografia e a antropologia, por exemplo, pensaram distintamente a questão da fronteira. Em análise, os geógrafos anteviram, antes de tudo, uma fronteira do ponto de vista econômico enquanto os antropólogos consideraram uma fronteira demográfica. Nesta lógica, a distinção entre essas noções sobre a fronteira corresponde à maneira em que cada uma destas áreas do conhecimento deu significado ao papel das frentes de ocupação territorial. Por este ângulo, Martins (1997, p. 156-157) relata que:

[...] quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria [...]. Quando os antropólogos falavam originalmente da frente de expansão, estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente.

Nesse contexto, as frentes de expansão não se caracterizam como resultado do avanço do modo de produção capitalista sobre o território. Ou seja, por mais que as relações sociais

estejam estruturadas num contexto de ocupação de terras, a frente de expansão não consiste em organização de caráter econômico capitalista. Em todo caso existe o uso privado da terra – predominantemente terras devolutas –, mas nesta situação a terra não corresponde a uma mercadoria. Assim, as relações socioeconômicas se resumem às trocas de excedentes entre pequenos agricultores (ocupantes e posseiros), elementos centrais na dinâmica das relações de poder nas frentes de expansão.

Com o avanço do modelo capitalista de produção sua expansão atingiu novos territórios. Portanto, as terras ocupadas pela frente de expansão passaram a sofrer mais uma forma de intervenção, caracterizada pela frente pioneira. Esta, por sua vez, motivada pelos grandes empreendimentos capitalistas preocupados em estruturar novos padrões de acumulação sobre o território, isto é, na fronteira. Percebe-se, a partir desta análise, a dependência que o capitalismo possui de expandir-se com o propósito de criar novos mecanismos de geração de lucro. Neste sentido, a frente pioneira foi a estratégia deste sistema para atingir tal objetivo. De acordo com Wood (2000, p. 14):

Esse sistema único de dependência do mercado implicou a existência de algumas “leis do movimento” muito especiais, compulsões e exigências sistêmicas específicas que nenhum outro modo de produção exigiu: os imperativos da competição, acumulação e maximização do lucro. E esses imperativos, por sua vez, significam que o capitalismo pode e deve constantemente se expandir de maneiras e em graus que outras formas sociais desconheciam – permanentemente acumulando, buscando novos mercados, impondo seus imperativos em novos territórios e em novas esferas da vida, em seres humanos e sobre o meio ambiente.

No Brasil, a existência de uma fronteira pioneira está diretamente relacionada com o desenvolvimento técnico-produtivo típico do modo de produção capitalista. Neste caso, o setor urbano-industrial apoiou-se numa base que contemplou a expansão de seus investimentos às áreas de fronteira. Sendo o Brasil um país de economia dependente, a expansão deste modelo de produção pelo território demonstra a necessidade de se vincular a fronteira ao fenômeno da urbanização e da industrialização. É neste contexto que a modernização no campo aparece como um fenômeno da fronteira, ou seja, a modernização como processo de apropriação da terra pelo capital. Nessa perspectiva, Lavinhas e Ribeiro (1991, p.73) destacam que “a fronteira é, pois, a transição, no tempo e no espaço, da terra valor de uso para a terra valor de troca mediada pelo capital”.

Essa transformação social da terra promovida pelo avanço e domínio do capital transformou o espaço da fronteira num espaço de mercadorias, sendo a terra a principal delas. Desta maneira, a terra passou a compor elemento necessário ao circuito produtivo capitalista

e, conseqüentemente, o uso produtivo e lucrativo da terra implicou diretamente na mudança da estrutura fundiária, ocorrendo a formação de latifúndios nas zonas de fronteira. Este latifúndio, por seu lado, com produção voltada para o setor urbano-industrial. O que ocorre, segundo Lavinias e Ribeiro (1991, p.81) é uma “*re-criação* do fenômeno da fronteira”. De acordo com estes autores:

No campo, a terra é transformada em mercadoria pela ação do capital agroindustrial, seja submetendo a sua valorização à lógica financeira, seja criando “novas” áreas através da incorporação do progresso técnico, seja, ainda, pela submissão da forma de produzir camponesa à nova racionalidade econômica e mercantil. (LAVINAS e RIBEIRO, 1991, p. 81).

Do ponto de vista capitalista, sobretudo a partir da campanha imperialista alavancada pelas nações europeias no final do século XIX, e pelos EUA no pós Primeira Guerra, a fronteira passou a constituir-se como um espaço mundial, pois nela se concentram os recursos naturais indispensáveis ao avanço deste modelo de produção. É sob esta premissa que ocorre a expansão territorial. Outro aspecto é o papel que a fronteira passa a exercer no contexto da divisão internacional do trabalho, sendo, em grande medida, o de produzir e fornecer matérias-primas as nações industrializadas.

A integração da América Latina ao eixo capitalista mundial está intimamente ligada ao processo de ocupação de suas fronteiras. No caso do Brasil, a partir da década de 1930 o Estado se preocupou em promover a ocupação das regiões do país consideradas como “espaços vazios”. No entanto, é no pós II Guerra Mundial que esta ocupação se intensificou, pois, o fato de o Brasil possuir um vasto território alimentava os interesses das nações imperialistas em expandir seus domínios pela fronteira brasileira.

A integração das regiões periféricas do Brasil ao ciclo de desenvolvimento e expansão do capitalismo está diretamente associada às estratégias do Estado brasileiro, em transformar a fronteira numa área de investimentos urbano-industriais. No entanto, é relevante esclarecer que esta realidade não corresponde a uma ação autônoma do Estado Nacional, visto que todo este processo de integração é resultado da pressão exercida pelo capital externo.

Neste sentido, no que se refere a fronteira, as políticas públicas organizadas no âmbito do Estado brasileiro dialogam diretamente com as estratégias de dominação territoriais expressas pela política imperialista das grandes potências capitalistas. É nesse momento que as fronteiras dos países periféricos – no caso específico desta análise, a fronteira brasileira – deixam de serem apenas fronteiras nacionais e se tornam do ponto de vista do capital,

fronteiras mundiais. Com este raciocínio, as terras da fronteira passam a obter valor tanto para as grandes empresas nacionais quanto para as empresas multinacionais.

O contexto internacional do pós II Guerra apresentava um panorama de crise econômica mundial, sobretudo no que diz respeito ao abastecimento de produtos primários. A partir disto, uma das saídas encontradas pelas forças capitalistas internacionais foi a de incentivar a expansão da fronteira agrícola, no intuito de aumentar os índices de produtividade no campo. Para tanto, a modernização da agricultura mostrou-se como alternativa deste processo, uma vez que a modernização deste setor significava, também, a ampliação de investimentos em tecnologia agrícola.

Dentro desta ótica, o avanço tecnológico passou a compor também um dos elementos de ocupação da fronteira – tanto em áreas já ocupadas pela atividade agrícola quanto em áreas não ocupadas do território nacional. Nesta perspectiva, o grande potencial territorial do Brasil o colocava na mira dos investimentos das grandes potências estrangeiras, pois expandir a atividade agrícola em direção à fronteira sugeria uma solução para a crise de abastecimento no mundo. Foi com este pretexto que a chamada Revolução Verde¹² se expandiu pela América Latina; o de aumentar a produção de alimentos para sanar o problema da fome. Neste contexto, ocorreu a montagem de grandes fazendas-empresas nas regiões de fronteira sob os moldes de um capitalismo tecnológico e com vistas à exportação de produtos primários.

De outro ponto de vista, a penetração do capital nestas regiões revela facetas bem mais complexas que a simples justificativa de resolver o problema da falta de alimentos. Em outras palavras, a expansão do capital imperialista pela fronteira só demonstra mais um dos processos de transformação nos padrões de acumulação da riqueza. Ou seja, os constantes investimentos financeiros promovidos pelas grandes potências em regiões emergentes simbolizam não só a mobilidade do capital, mas também, a tentativa destas potências em promover novas formas de acumulação. Sendo assim, o potencial de uma região não se encontra somente no fato de possuir uma fronteira em expansão, mas, similarmente, na capacidade desta região em responder positivamente aos investimentos do capital estrangeiro.

¹² Programa idealizado após o fim da II Guerra Mundial, sendo financiado pelo grupo norte americano Rockefeller. Surgiu com o objetivo de aumentar a produção agrícola no mundo – sob o pretexto de resolver o problema da fome – através de investimentos em pesquisa agrícola, do incentivo ao uso de insumos industriais (agrotóxicos, fertilizantes, sementes geneticamente modificadas, etc.), além de promover um forte processo de mecanização no campo.

Nesse sentido, coube ao Estado brasileiro, diante desse quadro de integração territorial capitalista, o papel de articulador entre as forças internacionais e a fronteira nacional. Segundo Becker (1981,p.11):

Se na escala internacional se forjam as determinantes estruturais da fronteira, é na escala nacional que são elaboradas as estratégias para articulação das forças internacionais com o espaço nacional. É ainda nessa escala que, em função da estratégia global estabelecida, são percebidos e selecionados os espaços de operacionalização do nível nacional; determinam-se então as estratégias e táticas específicas para sua apropriação, que resultam na elaboração das regiões.

A respeito disto, a função do Estado brasileiro, principalmente a partir da década de 1960, foi a de promover intervenções que asseguravam a consolidação das forças capitalistas nas áreas de fronteira. Desta forma, a formação do latifúndio nestas áreas, bem como o processo de modernização no campo, reflete diretamente a real dinâmica desta intervenção. Em suma, o Estado se apresenta como agente mediador-facilitador do avanço do poder hegemônico exterior em território nacional.

É importante salientar também, que a presença das forças capitalistas nas regiões de fronteira tende a gerar um ambiente de conflito, caracterizado, principalmente, pela disputa por terra. Isto é, a montagem de uma estrutura agrária alicerçada no latifúndio coloca o trabalhador rural e o pequeno produtor numa condição subalterna, na medida em que este processo de expansão do capital beneficia somente uma minoria detentora do poder econômico.

A modernização agrícola, por exemplo, acaba por substituir as formas tradicionais de exploração da força de trabalho rural pelas formas de produção capitalistas – trabalho assalariado. Outra situação é que o pequeno produtor passa a ser marginalizado, pois a modernização agrícola privilegiará apenas o grande produtor. Tal situação resulta num conflito de classes, no qual segundo Bernardo Sorj (1980, p. 76):

A questão central que se coloca para a burguesia é a geração de novos mecanismos de controle político dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. A deterioração dos mecanismos tradicionais de dominação no campo, [...] colocou frente à burguesia a tarefa de renovar a estrutura de dominação no campo, a partir de um papel ativo do Estado.

Segundo José Graziano da Silva (1982), as análises sobre fronteira no Brasil não podem estar desassociadas do processo de desenvolvimento da agricultura, pois a ampliação da produção agrícola no país se deu, sobretudo, pela incorporação de novas terras. De acordo com ele, “não se deve, pois, pensar que a fronteira é algo externo ao ‘modelo agrícola’

brasileiro [...]. Pelo contrário, a fronteira é simultaneamente condicionante e resultado da nossa ‘modernização dolorosa’ no campo”. (SILVA, 1982, p. 115). A modernização dolorosa na qual o autor se refere está relacionada às contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura – um modelo alicerçado numa estrutura agrária fundada na grande propriedade rural, na marginalização do pequeno produtor e do trabalhador rural, e no Estado enquanto agente dinamizador das estruturas de dominação no campo. Ainda sobre esta questão Silva (1982, p. 119) destaca que:

A expansão da fronteira tem sido a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto político que, além de manter a estrutura agrária existente nas regiões de colonização mais antiga, impediu qualquer medida destinada a democratizar o acesso à posse da terra nas regiões mais novas.

A respeito disso, percebe-se que a política agrícola colocada em prática pelo governo brasileiro – no período que estamos estudando – buscou manter inalteradas as formas de acumulação dominantes na sociedade. Ou seja, o Estado impulsiona a modernização da agricultura para que ocorra um aumento da produção e da produtividade sem, no entanto, desestruturar os padrões de acumulação.

Quanto às funções econômicas do Estado, este “deve continuar a tomar resoluções absolutamente essenciais então para a reprodução do capital, mesmo quando isso cria graves problemas para sua hegemonia.” (POULANTZAS apud GONÇALVES NETO, 1997, p.118). No entanto, sua atuação deve aparentar uma falsa neutralidade, para que suas decisões sejam efetivadas e, portanto, a ordem do sistema seja mantida. Tal neutralidade faz com que ele seja, aparentemente, mediador dos interesses das classes sociais em conflito, camuflando assim suas decisões em favor de apenas uma delas, a burguesia. Para isso, o Estado é apresentado como um aparelho repressivo, no caso em questão, Estado burguês – ou seja, defende os interesses da burguesia, enquanto classe social. Desta forma, prevalece o princípio de que o Estado é um mecanismo de poder e de decisão, que na história contemporânea sempre zela pela ordem capitalista, ou seja, pelo interesse de uma minoria burguesa.

Ainda sobre essa questão, outro ponto de destaque sobre a presença do Estado no processo de ocupação e modernização da fronteira é o planejamento econômico. O objetivo principal do planejamento era o de corrigir as falhas do setor agrícola, para assim integrá-lo ao processo de desenvolvimento econômico. Vale lembrar que as decisões dessa política de planejamento tendiam a beneficiar principalmente os setores com maior poder econômico e político.

Portanto, podemos concluir que, do ponto de vista capitalista a modernização da agricultura teve resultados positivos. Por outro lado, esta modernização marginalizou uma série de pequenos produtores e trabalhadores rurais. De acordo com esse pensamento, a ação do Estado, principalmente no pós II Guerra, contemplava apenas os interesses da classe hegemônica. Charles C. Mueller (1983, p. 338) afirma que “as principais atribuições do Estado eram as de manter a ordem civil e financeira do país, garantir a liberdade de iniciativa e atuar na remoção de obstáculos à expansão da atividade econômica”.

Na medida em que a agricultura passa a integrar o processo produtivo típico do desenvolvimento do capitalismo, os interesses do setor agrário devem se interligar aos interesses do setor urbano industrial. Neste sentido, a década de 1960 apresentou um grande desafio ao Estado brasileiro: o de “conciliar os interesses do capital no campo e na cidade” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 116). Sendo assim, a montagem de grandes fazendas-empresas na fronteira, aliada a um forte processo de modernização no campo, propunham a estruturação de um complexo agroindustrial, no qual a expansão da fronteira passou a ser parte integrante da crescente expansão deste complexo.

2.3 DA FBC A SUDECO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ATUAÇÃO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL CENTRAL

No que diz respeito ao território, o Brasil ainda é um país de recente história. Por mais que, enquanto colônia, o Brasil tenha sofrido constantes processos de conquista de sua hinterlândia, sobretudo a partir das expedições das Bandeiras e das Entradas, é no século XX, como país independente, que a integração territorial brasileira se efetivará.

2.3.1 Integração territorial: da Marcha para o Oeste à consolidação da FBC

O principal programa de expansão territorial organizado pelo governo brasileiro durante o século XX foi a Marcha para o Oeste. Esta, por sua vez, desencadeada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, representava uma iniciativa do Estado em promover a ocupação do território Brasil Central, sendo o objetivo fulcral deste programa, o de ocupar e desenvolver os chamados “espaços vazios” do Centro-Oeste do país. Para tanto, o governo organizou uma série de políticas de migrações no intuito de deslocar massas demográficas para estes espaços, na tentativa de resolver o problema do desequilíbrio existente entre as demais regiões do país.

A ocupação do Centro-Oeste significava também uma fase precedente do projeto de ocupação da Amazônia, sendo a conquista do interior brasileiro fundamental para o plano progressista do governo Vargas de integração nacional. Diante do exposto, a estratégia da Marcha para o Oeste, no que concerne a materialização de seu objetivo, correspondia ao estabelecimento de colônias agrícolas, a construção de estradas, incentivo à produção agrícola, além de estabelecer, como já foi dito, políticas de migrações para o Brasil Central.

A estrutura de Estado-Nação consolidada pela Revolução de 1930 procurou se firmar em discursos caracterizados pela defesa da integridade territorial do país. Esta conduta, portanto, implicava numa busca constante pela legitimação do poder estatal nas regiões de fronteira. Isto é, a conquista e ocupação do território Brasil Central através da ação estatal significava, também, a expansão do poder e da autoridade do Estado brasileiro.

Por outro lado, o processo de regulação estatal sobre o território não pode ser atribuído, de forma inaugural, ao momento pós Revolução de 1930. Segundo Maia (2012), no início da Primeira República o Estado já vinha se esforçando em promover ações de domínio territorial em regiões do centro do país. Como exemplo disto, é importante destacar a criação do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (Maic), durante o governo de Nilo Peçanha (1909-1910), a política de investimentos agrícolas desencadeada no auge da chamada “Política do café com leite” e, se atentarmos para o final do século XIX, às expedições científicas e militares lideradas pelo Marechal Rondon no interior do país. Todas estas ações marcam estratégias do Estado em expandir seu domínio pela fronteira.

Ainda sobre essa questão, é oportuno expor que, antes da idealização da Marcha para o Oeste, o Brasil Central já era frequentado também por pesquisadores estrangeiros. No final do século XIX a expedição do alemão Karl Von Den Steinen passou pela região do Alto Xingu (FERREIRA, 1997). Esta expedição possuía rigor científico e, pelo contexto internacional da época, é possível que tenha sido de caráter imperialista. Já na década de 1920 o explorador inglês Percy Fawcett também esteve na região do Alto Xingu motivado a encontrar minas de ouro e civilizações perdidas (MAIA, 2012). Fawcett desapareceu na região, provavelmente assassinado por índios do Alto Xingu.

A Marcha para o Oeste contou com uma forte propaganda veiculada pela imprensa da época. Sobre isto, destaca-se o papel desempenhado, principalmente, pelas revistas *Novas Diretrizes* e *Cultura Política* e pelo jornal *A Manhã*. Estas mídias apresentavam em suas publicações várias reportagens abordando a questão da importância da Marcha para o Oeste para o Estado brasileiro. É importante observar, todavia, que a propaganda produzida por agentes da mídia não se concentrava apenas nos grandes centros urbanos do país (o caso da

revista *Nova Diretriz*, por exemplo, publicada no Rio de Janeiro), pois era possível perceber essa campanha em revistas de pouca expressão a nível nacional. Cita-se aqui, como exemplo, o caso da revista *Oeste*, publicada na cidade de Goiânia entre os anos de 1942 e 1944.

No campo intelectual, algumas obras foram produzidas simultaneamente ao momento de consolidação da Marcha para o Oeste. Sobre esta questão, destaca-se o livro de Cassiano Ricardo, intitulado *A Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação política e social do Brasil*, publicado em 1940. Cassiano trabalhou no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão criado durante o Estado Novo, cujo objetivo era controlar (censurar) os meios de comunicação – desempenhando a função de censor. Assim sendo, seu livro possuía um forte caráter ideológico, pois apresentava a Marcha como um elemento fundamental para a constituição do Estado brasileiro.

Ainda sobre a publicidade promovida pelo Estado em torno da Marcha para o Oeste, ressalta-se o caso de Goiânia, cidade planejada para ser a nova capital do Estado de Goiás. Embora sua construção não seja resultado das ações da Marcha – sua construção antecede este projeto –, isto não impediu que o governo Estadonovista usasse Goiânia como símbolo do processo de integração nacional. O que se percebe, com este fato, é uma tentativa do Estado em atrelar a construção da nova capital de Goiás ao projeto de expansão da fronteira, desencadeado pelo Estado Novo e expresso na Marcha para o Oeste.

Em junho de 1943 foi organizada a Expedição Roncador-Xingu, como parte do programa da Marcha para o Oeste. A Expedição, assinada pelo Coordenador da Mobilização Econômica, o Ministro João Alberto Lins de Barros, tinha como objetivo estabelecer uma via de comunicação entre a região Sudeste e a Amazônia, através do Centro-Oeste brasileiro. Isto é, promover a integração da Amazônia às demais regiões do país a partir do processo de ocupação do chamado Brasil Central.

O contexto internacional no momento da criação da Expedição Roncador-Xingu apresentava um panorama marcado pela II Guerra Mundial. Desta maneira, garantir a segurança das fronteiras era fundamental, pois a guerra ameaçava a integridade territorial do país. Vale lembrar, neste caso, a forte difusão da ideia de “espaço vital” entre os países militarmente mais poderosos. Acreditava-se, com esta ideia, que as nações mais desenvolvidas deveriam ocupar territórios de nações onde o estágio de desenvolvimento se encontrava estagnado. Deste modo, o estabelecimento da Marcha para o Oeste, com a consequente organização da Expedição Roncador-Xingu, se enquadrava, também, na tentativa do Estado Brasileiro de garantir a soberania nacional através da integração territorial do país, visto que eram vastas as regiões brasileiras consideradas como “espaços vazios”.

É notório que a iniciativa do Estado brasileiro em desbravar o interior do país marca um dos processos de avanço da globalização. Por outro lado, tal iniciativa foi motivada também, pelo temor do governo brasileiro de sofrer intervenções de caráter imperialista por parte das potências capitalistas envolvidas na II Guerra Mundial. Um fato que comprova esta ideia reside no grande movimento de pesquisadores estrangeiros em terras brasileiras, sobretudo em regiões consideradas pelas autoridades da época como “espaços vazios”. Estes espaços, portanto, eram considerados como atrasados do ponto de vista do progresso técnico-científico. Segundo Maciel (2005, p.150):

Havia na época da guerra, em meios pensantes da Europa e mesmo da parte de certas autoridades, a ideia de que o caráter imperialista do conflito devia-se, em grande parte, à situação de superpovoamento daquele Continente. Assim, a solução para este conflito, bem como para a prevenção de outros, seria uma distribuição mais uniforme da população mundial, mediante o deslocamento de contingentes populacionais de regiões e localidades excessivamente povoadas (neste caso, falava-se das grandes cidades, referindo-se, principalmente, a suas legiões de desocupados), para as vastas áreas vazias do planeta, aí considerados, naturalmente, os territórios idealmente mais propícios à habitabilidade como, por exemplo, o Planalto Central brasileiro, quiçá a Amazônia.

Outra questão significativa sobre o envolvimento do Brasil ao contexto internacional naquele momento foi sua aliança aos Estados Unidos em 1941, expressa nos “Acordos de Washington”. O acordo propunha, entre outros objetivos, um vínculo entre estas nações baseado no compromisso do Brasil em fornecer minérios à indústria bélica americana. Coube aos EUA, em função do acordo, contribuir para a modernização brasileira – tanto do setor urbano-industrial quanto do setor agrícola – a partir de empréstimos altíssimos.

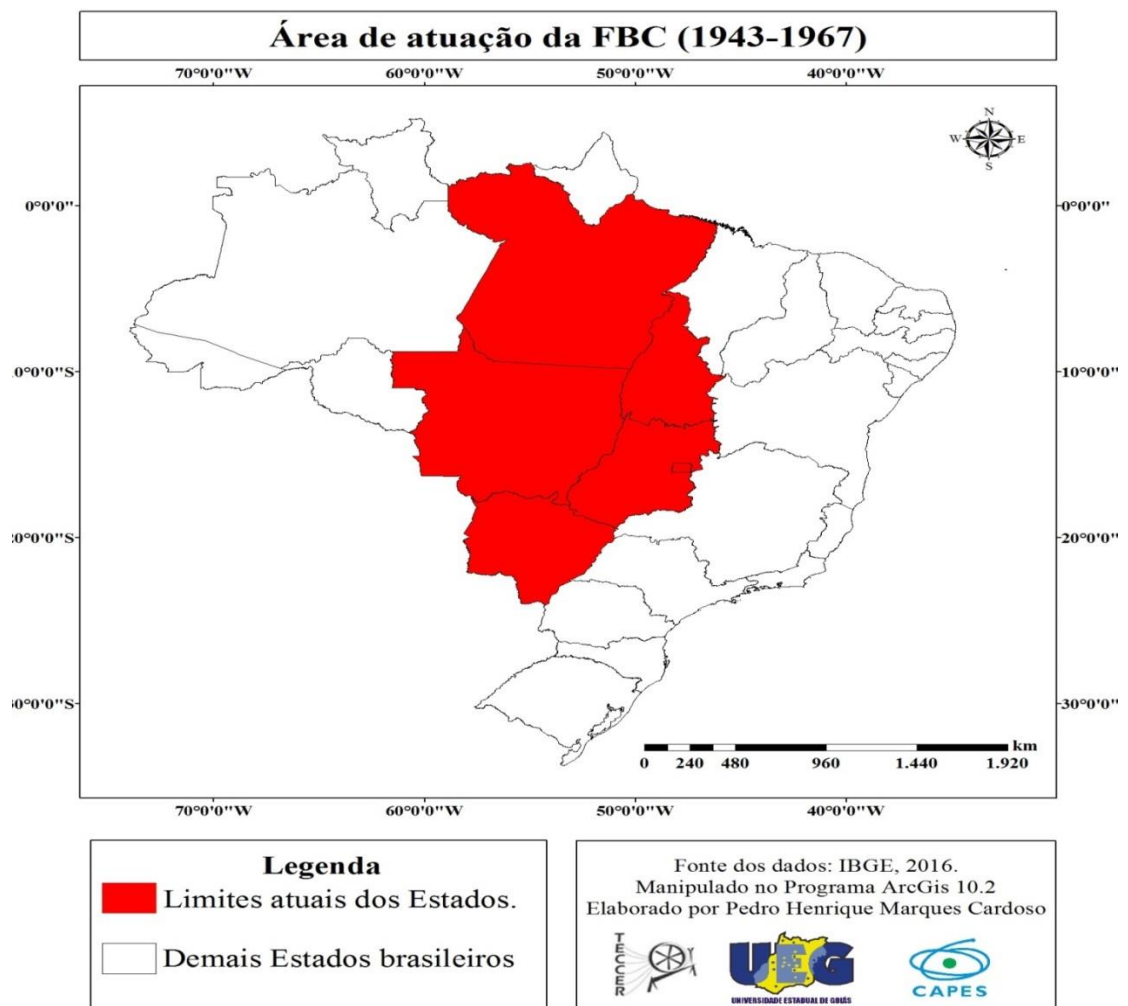
O grande potencial territorial brasileiro o colocava numa situação de risco diante das políticas imperialistas das nações envolvidas na II Guerra Mundial. Posto isto, a Expedição Roncador-Xingu oficializou-se em setembro de 1943, por Decreto-Lei, como uma expedição de cunho militar, mobilizando através do discurso governamental de integração nacional, vários recursos estatais e privados. Manuel Rodrigues Ferreira (1997, p.16) relata que:

A Expedição Roncador-Xingu seria composta por 40 homens, tendo como chefe o Cel. Flaviano de Matos Vanique e subchefe Francisco Brasileiro. Ficou decidido que essa Bandeira partiria da cidade de São Paulo, numa homenagem à Terra das Bandeiras. Na capital paulista a indústria e o comércio fizeram vultuosas doações de matérias e alimentos à Expedição.

Ainda em 1943, o Estado brasileiro intensificou seu projeto de integração territorial do país – expresso na Marcha para o Oeste – com a criação da Fundação Brasil Central (FBC).

Esta, uma instituição que teve como objetivo realizar a colonização de regiões do centro do país, estando diretamente vinculada à presidência da República. A FBC, portanto, se revelou como um instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Neste sentido, de intervenção e ocupação da região, sua atuação abrangeu as áreas dos “territórios do estado de Goiás, do Distrito Federal (quadrilátero inserido no território do primeiro) e dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará.” (MACIEL, 2005, p. 149) – **Mapa I**¹³. Em dezembro de 1967 a FBC foi extinta.

Mapa I



Com a criação da FBC, o governo federal tomou como medida submeter a esta instituição a Expedição Roncador-Xingu, além de designar ao Ministro João Alberto Lins de

¹³ O Mapa apresenta toda a extensão territorial dos respectivos Estados em que a FBC atuou. No entanto, a atuação desta instituição não se deu de maneira uniforme, abrangendo, durante sua existência, apenas algumas regiões destes Estados.

Barros a responsabilidade de assumir a presidência da FBC. Segundo Maciel (2015, p. 248-249), a incumbência mais urgente da FBC seria, então, “a de absorver a Expedição Roncador-Xingu, aí compreendidos tanto sua missão, quanto os recursos materiais de que fora dotada e o pessoal recrutado para nela atuar”.

O desbravamento do território Brasil Central proposto pela Marcha para o Oeste se deu através de duas frentes de trabalho: o serviço de vanguarda¹⁴ e a introdução de infraestruturas. A primeira ficou sob a responsabilidade da Expedição Roncador-Xingu e a segunda a cargo da FBC, respectivamente. O Marco Zero deste projeto de integração territorial, onde as atividades se iniciaram, localizava-se à margem direita do Rio Araguaia na altura da barra do Rio das Garças – corresponde, hoje, a atual cidade de Aragarças, em Goiás. De acordo com Ferreira (1997, p. 18):

No dia 10 de Setembro de 1943, às 10 horas da manhã, depois de rezada missa em ação de graças, pelo Vigário Padre Vitório Lovato, italiano, capelão-de-guerra, salesiano, sediado em Araguaiana, foi inaugurada a cruz de madeira no início da jornada, o Marco Zero. Surgia assim, a futura cidade de Aragarças, distante dois quilômetros da corruptela Barra Goiana. (Aragarças é contração de Araguaia e Garças).

Na medida em que a Expedição Roncador-Xingu avançava, novos postos de apoio eram estabelecidos. Vale destacar, além de Aragarças, o posto de Xavantina, nas proximidades do Rio das Mortes, e o posto do Jacaré no Rio Coluene, já na região do Alto Xingu. A montagem da infraestrutura nas regiões exploradas pela frente de vanguarda ficou a cargo, como já foi dito, da FBC. Dentre as principais atividades de infraestrutura que eram promovidas por esta instituição, destacam-se: a construção de campos de pouso, de rodovias, de pequenas indústrias, a instalação de serviço de correios, etc.. Ou seja, elementos necessários para a fundação de núcleos urbanos.

O avanço em direção ao centro do país revelou outra questão característica das frentes de expansão: o contato com os povos autóctones. Neste sentido, a Marcha para o Oeste extrapolava a condição de mero projeto que, em última instância, buscava a expansão da fronteira geográfica. Isto é, a expansão passava, também, pela mediação entre o chamado “homem branco” e os indígenas. Sobre esta questão Martins (1997, p. 13) adverte que a “fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização [...], fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias [...]”.

¹⁴ Equipe responsável pelo avanço mata adentro, abrindo trilhas e criando condições para o estabelecimento de postos de trabalho.

Diante da necessidade de estabelecer comunicação com as populações indígenas, outro órgão estatal atuou em parceria com as instituições supracitadas, a saber, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910. Em resumo, enquanto o trabalho da FBC estava direcionado a colonização das áreas desbravadas pela Expedição Roncador-Xingu, ao SPI cabia à responsabilidade de instituir uma política indigenista nas regiões ocupadas. No entanto, é importante destacar que, em relação ao trato com os indígenas, o SPI já havia estabelecido, anteriormente, relativo contato com determinadas tribos da região através das expedições chefiadas pelo Marechal Rondon. De acordo com Maia (2012, p.38):

Ao longo da Primeira República, as missões militares chefiadas por Rondon transformaram-se em peça fundamental da expansão dos poderes estatais sobre o território brasileiro, seja por meio de suas produções materiais – postes, estações e postos indígenas controlados pelo Exército, demarcações de fronteiras –, seja por sua produção imagética, como os filmes apresentados nos grandes centros brasileiros.

Além do Marechal Rondon, destaca-se entre os pioneiros no processo de “pacificação” dos índios do Centro-Oeste do país, o sertanista e indigenista Francisco Furtado Soares Meireles. Este, por seu lado, era funcionário do SPI e ainda em 1945 já havia entrado em contato com os índios Xavantes. Contudo, foram os irmãos Villas Boas (Orlando, Leonardo e Cláudio) que se sobressaíram neste processo.

Os irmãos Villas Boas foram admitidos no quadro de pessoal da FBC no final de 1943, e logo assumiram funções de responsabilidade na Expedição Roncador-Xingu. Com um discurso em defesa das tribos indígenas do Brasil Central, estes sertanistas conquistaram renome internacional no que diz respeito ao processo de “pacificação” dos índios desta região. É importante salientar que a criação do Parque Nacional Indígena do Xingu, em 1961, teve contribuição direta da atividade desenvolvida por estes irmãos naquela região.

Além do status conquistado através do trabalho desenvolvido com os indígenas, a história dos irmãos Villas Boas está diretamente ligada ao contexto de expansão da fronteira, pois estes irmãos participaram ativamente das ações da FBC. Orlando Villas Boas, por exemplo, foi correspondente do jornal ‘A Gazeta’, além de assumir a liderança da Expedição Roncador-Xingu em 1948, após o afastamento do Cel. Vanique. Em 1994, em coautoria com seu irmão Cláudio, Orlando publicou uma de suas mais importantes obras, sendo esta, o livro *A Marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu* – obra baseada na experiência destes irmãos na trajetória da Expedição Roncador-Xingu. Segundo Darcy Ribeiro (apud MAIA, 2012, p. 91) os irmãos Villas Boas foram “pequeno-burgueses

paulistas, condenados a vidinhas burocráticas medíocres, saltaram delas para aventuras tão ousadas e generosas que seriam impensáveis, se eles não a tivessem vivido”.

Como enfatizamos, desde a sua criação em outubro de 1943, a FBC assumiu a responsabilidade central no processo de ocupação do Brasil Central. Para isto, esta instituição contava com um quadro de pessoal amplo. Além disso, foram muitos os casos de pessoas que se colocavam a disposição da FBC, de maneira voluntária e aventureira, para compor as equipes de vanguarda da Expedição Roncador-Xingu. Esta atitude, portanto, pode ser explicada pelo discurso nacionalista reproduzido pelo governo brasileiro da época – O Estado Novo. A exemplo disto podemos citar o caso dos irmãos Villas Boas que, numa atitude quase romântica, abandonaram seus empregos em São Paulo e partiram rumo ao sertão do Centro-Oeste brasileiro.

Ao longo de sua trajetória, a FBC conseguiu promover através de sua política de desenvolvimento, um acentuado processo de modernização econômica e social, principalmente na região que compreende aos Estados de Goiás e Mato Grosso. Atribui-se a isto, todavia, a grande aceitabilidade da região Centro-Oeste às transformações advindas com o processo de urbanização. Através dos investimentos promovidos pela FBC, o Centro-Oeste pode receber uma infraestrutura alicerçada em padrões modernos do ponto de vista capitalista. Goiás, por exemplo, entre os anos de 1950 e 1960, conheceu um acentuado crescimento econômico e populacional, por intermédio de vários estímulos governamentais. Segundo Galindo e Santos (1995, p. 159), isto deveu-se:

[de um lado] a presença de grandes propriedades agrícolas, e de outro, a consolidação econômica do sul e centro de Goiás, tanto pelas possibilidades abertas pela agropecuária e agroindústria, quanto pela consolidação das cidades de Brasília (DF) e Goiânia (GO), como importantes núcleos urbanos, e de Anápolis (GO), como entreposto agrícola.

O avanço de infraestruturas pela fronteira caracteriza, também, segundo Santos e Silveira (2001) uma das marcas da geografia da globalização. De acordo com estes autores o Centro-Oeste respondeu mais rapidamente aos efeitos da globalização porque seu território correspondia, até 1950, a um grande vazio demográfico. Ou seja, em regiões menos populosas e relativamente mais atrasadas do ponto de vista técnico-produtivo, as inovações técnico-científicas não encontram grandes obstáculos (tradições culturais, por exemplo) para se firmarem. Desta maneira, o Centro-Oeste se apresentou no contexto de sua modernização, como um meio técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Isto é, um meio geográfico que diante do estágio de desenvolvimento do país, mostrou-se mais

receptível aos avanços técnico-científicos. Por outro lado, este avanço não se reproduz de forma homogênea. Tal contrapartida é elucidada por Santos e Silveira (2001, p. 104):

O meio técnico-científico-informacional não se impõe igualmente sobre o território. Vejamos os casos do Centro-Oeste, do Nordeste e da Amazônia. Representando cerca de 20% da área total cultivada no Brasil, 25% da produção de grãos e 43% do rebanho nacional, os cerrados aparecem como a mais produtiva das regiões brasileiras para a produção agropecuária capitalista. O meio técnico precedente era parcamente presente e a enormidade dos vazios diminuiu as resistências à inovação, permitindo a chegada brutal da nova tecnosfera e da nova racionalidade econômica. Já no Nordeste, o peso das heranças materiais e culturais é muito forte, agindo como freio e resistência. Assim, as novas técnicas e as novas formas de fazer apenas ocupam os interstícios de um trabalho vivo e de um trabalho morto próprios de épocas anteriores. Na Amazônia, são sobretudo formas “externas”, como satélites e radares do SIVAM, que buscam cientificar a natureza, certamente depois de conhecê-la. Como se torna um espaço informado para os agentes hegemônicos, as ações são pontuais, precisas e pragmáticas, utilizando estradas, hidrovias e sistemas de informação, enquanto a maior parte da sociedade continua a viver em tempos mais lentos.

Outro importante aspecto do exercício da FBC está relacionado ao controle que esta instituição exerceu sobre determinadas empresas. Entre elas, destacam-se: a Usina Central Sul-Goiana S.A., em Santa Helena, município localizado no Estado de Goiás; a Usina Fronteira S.A., localizada no município de Frutal, em Minas Gerais; a firma Entrepostos Comerciais FBC Ltda, com sede em São Paulo e filiais em Minas Gerais, Goiás e Pará; a Transportadora Amazonas Ltda, em Belém, no Estado do Pará; a Estrada de Ferro Tocantins (EFT), localizada no Pará. Destas, a última foi conferida à FBC por decisão governamental (MACIEL, 2005).

No campo da ciência a FBC – mais tarde a SUDECO – organizou uma série de pesquisas científicas e estudos técnicos no Centro-Oeste. A FBC desenvolveu muitas pesquisas por iniciativa particular, além de ter “monitorado”, durante sua existência, várias pesquisas financiadas por instituições estrangeiras, interessadas nas riquezas naturais do Brasil. O conteúdo destes estudos técnico-científicos, bem como as intenções destas instituições e os desdobramentos da interferência estrangeira no Brasil Central compõem parte de nosso objeto de pesquisa. Assunto que será tratado no próximo capítulo.

Como já foi dito, a produção de estudos e pesquisas técnicas e científicas direcionadas ao Brasil Central foi intensa, principalmente durante o período de atuação das instituições analisadas aqui (FBC/SUDECO). Tais estudos e pesquisas foram realizados por indivíduos ou grupos vinculados a instituições nacionais e estrangeiras, sendo a movimentação destes pesquisadores em nosso território fiscalizada, pioneiramente, pelo Conselho de Fiscalização

das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE), órgão criado em 1933 e que teve sua extinção em 1967. Segundo Grupioni (1998, p.45):

Instituído com o objetivo de normatizar a realização de expedições em território brasileiro, fiscalizando-as, e de proteger o patrimônio científico e cultural nacional, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil foi palco de muitas disputas, envolvendo órgãos do governo, instituições acadêmicas e figuras importantes do campo intelectual brasileiro. Seu campo de ação ia desde as expedições que entravam na secretaria do Conselho, com um pedido formal de licença, até expedições que, desavisadas quanto à legislação existente e tendo sido noticiadas pela imprensa da Capital Federal, eram interpeladas pelo Conselho ou por outros órgãos acionados por ele, e obrigadas a interromper suas atividades até que sua situação fosse regularizada.

A partir de 1943, o CFE passou a receber apoio logístico da FBC, órgão criado naquele ano com o objetivo de servir de instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Em 1967, juntamente com o CFE, a FBC foi extinta, ficando com a SUDECO a responsabilidade de seguir com os trabalhos da antiga FBC.

Com sede no Rio de Janeiro até 1960, a FBC contava com um aparato administrativo amplo, distribuído pelos territórios em que atuou. Em contrapartida, o avultoso domínio de atividades controladas por esta instituição não significou diligência na administração das mesmas, haja vista o alto índice de recursos financeiros e materiais que foram desperdiçados ao longo de sua história¹⁵. Ainda assim, a FBC contribuiu com o desenvolvimento econômico das áreas em que atuou, sobretudo na constituição de uma herança material que acabou sendo absorvida pela população destas áreas (MACIEL, 2005).

2.3.2 SUDECO: gênese e atuação

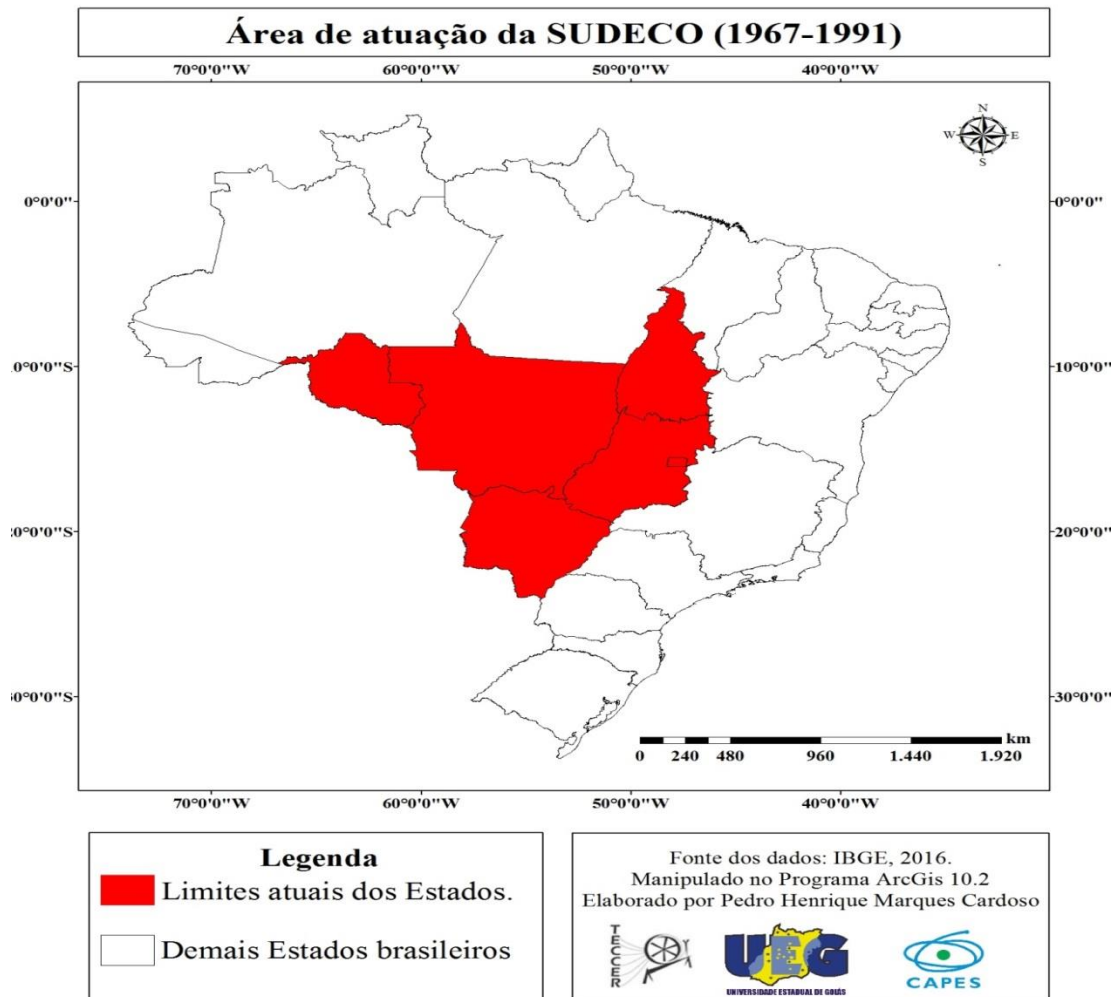
Conforme já citado, em 1967 a FBC foi extinta, criando-se, em seu lugar, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) – Lei Nº 5.365, de 01/12/1967¹⁶. Este órgão, por sua vez, estava vinculado ao Ministério do Interior e seu principal objetivo era propiciar o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste. A área de atuação da SUDECO correspondia aos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

¹⁵ Durante nosso trabalho de levantamento documental no Arquivo Nacional, na Coordenação Regional no Distrito Federal, encontramos muitos documentos nos arquivos da FBC que tratavam de inquéritos relacionados a desvios de verba, obras inacabadas, processos administrativos, entre outros.

¹⁶ A SUDECO foi criada como entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior. A Lei Nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, foi assinada pelo então presidente da República Arthur da Costa e Silva, pelo Ministro do Interior Afonso Augusto de Albuquerque Lima e Ministro interino da Fazenda Fernando Ribeiro do Val. Ofício sobre a criação da SUDECO. Acervo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal.

Goiás, bem como o então denominado Território Federal de Rondônia (atual Estado de Rondônia) e o Distrito Federal – **Mapa II**¹⁷.

Mapa II



A SUDECO procurou orientar investimentos públicos e privados para o Centro-Oeste, coordenando e distribuindo as atividades econômicas. Desta forma, as medidas tomadas por este órgão levavam em consideração as constantes transformações que vinham ocorrendo no país, como por exemplo: a modernização da agricultura; acelerado processo de urbanização e industrialização, principalmente no Sudeste; esgotamento da fronteira agrícola no Sul do Brasil.

A princípio, a missão primordial desta instituição era a de desenvolver estudos e pesquisas a respeito das potencialidades da região que abrangia a sua atuação. O

¹⁷ Assim como o Mapa da FBC, o Mapa da SUDECO apresenta toda a extensão territorial dos Estados em que esta instituição atuou. No entanto, da mesma forma, a abrangência da atuação desta instituição se deu em apenas algumas regiões destes Estados.

desenvolvimento destes estudos, por sua vez, tinha como propósito estabelecer as áreas do Brasil Central que apresentavam maior potencial econômico, cabendo ao Governo Federal à responsabilidade de oferecer maiores investimentos – introdução de infraestruturas, atividades de planejamento e pesquisa, programas de assistência técnica e financeira – nestas áreas.

A SUDECO esteve sob o domínio dos governos militares em quase todo o tempo de sua existência (1967-1991). Neste plano, a atuação deste órgão atendia diretamente os interesses da burguesia nacional que, naquele contexto, buscava ampliar seus domínios em todas as regiões do território brasileiro. Além disso, é importante salientar que todo este processo de avanço do capital, alicerçado na intervenção do Estado e na ampliação do poder econômico burguês, se alinhava ao contexto da expansão do capital internacional na América Latina.

Nesse sentido, a SUDECO foi um órgão que, através do planejamento regional, direcionou investimentos ao território Brasil Central com vistas a atender as demandas da expansão do capital internacional no Brasil, promovendo desta maneira, a continuação da integração territorial desigual do país¹⁸, iniciada anteriormente pela FBC. Por este ângulo, a SUDECO fez parte de um projeto nacional que havia sido inaugurado ainda na década de 1950, durante o período dos governos populistas no Brasil. Vale destacar, neste caso, a criação de duas superintendências pregressas a esta, a saber: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966. Ambas estas instituições com objetivos de promover o desenvolvimento regional e que serviram de modelo para a criação da SUDECO.

O setor agrícola foi o mais beneficiado com as ações da SUDECO. A estratégia desta instituição visava promover este setor em benefício do desenvolvimento industrial. O intuito era que as indústrias voltadas para a transformação de produtos agrícolas fossem instaladas na região. Isto foi possível a partir de vários programas especiais criados pelo governo federal, coordenados pela SUDECO.

Para consecução de suas atividades, a SUDECO contava com cinco departamentos setoriais: Recursos naturais; Recursos humanos; Serviços básicos; Desenvolvimento local; Setores produtivos. Este último atuava na elaboração de projetos agrícolas, na realização de estudos de viabilidade técnica, além de ceder apoio financeiro na implantação de distritos industriais. Sendo assim, o desenvolvimento da agroindústria foi colocado pela SUDECO

¹⁸ Vide Francisco de Oliveira em “A Economia da Dependência Imperfeita”.

como um dos principais fatores para o desenvolvimento do Centro-Oeste. Para tanto, este órgão agiu, por intermédio da propaganda governamental, na conscientização de empresários no sentido de mostrar as possibilidades de negócios existentes nesta região.

Durante o período de sua existência a SUDECO coordenou vários programas do governo federal destinados ao Centro-Oeste. Entre eles destacam-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA).

O POLOCENTRO foi criado em 1975 com o objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste, ocupando, de forma racional, algumas áreas com características de Cerrado. A partir disto, a SUDECO ficou com a responsabilidade de coordenar a implementação deste Programa. O Estado de Goiás foi o que mais se beneficiou com as atividades do POLOCENTRO, recebendo investimentos em cinco áreas-programas: Gurupi, entre as localidades de Gurupi e Porangatu; Paranã, entre o rio Paraim e a cidade de Posse; Pirineus, entre a divisa do Distrito Federal em Goiás e o rio das Almas; Piranhas, entre as cidades de Piranhas e Aragarças; Rio Verde, entre os rios Verde Grande e Claro.

No período de 1975 a 1982, os investimentos programados para as áreas de abrangência da SUDECO, através do POLOCENTRO, visavam apoiar diretamente a agricultura, oferecendo assistência técnica e extensão rural, financiando a construção de armazéns, além de incentivar a pesquisa agropecuária e proporcionar o crédito rural. Do total de recursos financeiros destinados ao programa, neste período, 50% foi direcionado para modernização do setor agrícola. De acordo com Osmil Galindo e Valdeci M. dos Santos (1995, p.162-163):

A agropecuária do cerrado se tornou moderna e produtiva graças à geração e difusão de novas técnicas, originárias da pesquisa e experimentação fomentadas pelo POLOCENTRO, que chegou a aprovar para a região, entre 1975 e 1982, cerca de 2.400 projetos [...] O Estado de Goiás foi o maior beneficiário regional do programa, responsabilizando-se por 42,3% da área total incorporada contra 30,5% do Mato Grosso do Sul e apenas 21,3% do Mato Grosso.

Embora o POLOCENTRO tenha sido o principal Programa voltado para o Centro-Oeste, outro programa também contribuiu para o desenvolvimento desta região; trata-se do POLAMAZÔNIA. Este foi criado anteriormente ao POLOCENTRO, em 1974, e atuou na integração das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas

da chamada “Amazônia legal”¹⁹. No Centro-Oeste, o POLAMAZÔNIA insidia principalmente sobre a grande região do Araguaia/Tocantins²⁰. Com o apoio da SUDECO, as ações deste programa foram planejadas no sentido de dar condições para gerar impulsos ao desenvolvimento econômico e social dessa região.

Atualmente os territórios que abarcam o Brasil Central, principalmente o Centro-oeste, apresentam um alto nível de desenvolvimento econômico. Caracteriza-se como componente importante deste processo, a grande transformação que a região sofreu fruto dos projetos de integração territorial desencadeados pelo Estado iniciados ainda na década de 1940. A atuação de órgãos como a FBC e a SUDECO contribuíram diretamente para a integração socioeconômica do Centro-Oeste às demais regiões do Brasil e, principalmente, ao mercado mundial. Além disso, a grande quantidade de estudos e pesquisas técnicas e científicas coordenadas por estes órgãos revelaram novas visões a respeito do território nacional. Na medida em que a realidade do homem e da natureza do centro do país foi sendo exposta por estas pesquisas, percebia-se, também, o grande interesse estrangeiro em nosso território.

¹⁹ A Amazônia legal era constituída pelo Amazonas, Pará, Acre, parte de Mato Grosso, de Goiás, do Maranhão e pelos antigos territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia – os três últimos, atualmente já elevados à condição de estados da federação.

²⁰ Região que corresponde à Bacia Hidrográfica Araguaia/Tocantins. É uma das principais Bacias hidrográficas do Brasil abrangendo partes do território dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Pará e Maranhão.

3. IMPERIALISMO E MISSÕES CIENTÍFICAS NO BRASIL CENTRAL: A ATUAÇÃO DA FBC/SUDECO

O modo de produção capitalista, em sua busca constante por elevar seus lucros, não descansa em procurar formas para revolucionar os meios de produção. O século XX, especialmente, sinalizou de modo mais claro que a revolução dos meios de produção dependeria exclusivamente da revolução científico-técnica. Desde então, a Ciência passou a ser vista como elemento fundamental para a manutenção do modelo capitalista de produção, isto é, o conhecimento científico acabou se convertendo em atividade mercadológica. Em outras palavras, “a atividade científica passa a se constituir em parte integrante e essencial da acumulação do capital” (SANTOS, 1983, p. 61).

3.1 A ATIVIDADE CIENTÍFICA E O CAPITAL MONOPOLISTA

A Ciência enquanto investimento contribui diretamente com o crescimento do capitalismo. Em curto prazo, por exemplo, o capitalista que consegue inovar a produção a partir de investimentos em Ciência e Tecnologia poderá, com isso, aumentar sua taxa de lucros. Em contrapartida, com o passar do tempo, quando os frutos da produção científica e tecnológica se generalizam, a maioria das empresas passam a desfrutar das inovações, causando, como consequência, uma equiparação dos lucros. Neste caso, o monopólio da produção do conhecimento científico e tecnológico se revela como importante estratégia, pois na medida em que a acumulação capitalista passa a depender mais intensamente das transformações tecnológicas, as empresas precisarão se adequar a estas transformações mais rapidamente para se manterem no mercado. Uma empresa que não consegue absorver tecnologia logo será dominada por outra ou entrará em falência. Vale lembrar que a monopolização do conhecimento científico-técnico é, também, uma característica do imperialismo. Ou seja, tende a privilegiar principalmente as grandes empresas dos países desenvolvidos.

A respeito da relação entre o desenvolvimento da ciência e a produção de novas tecnologias é importante observar que a segunda está subordinada a primeira. Isto é, as novas tecnologias surgem na medida em que ocorre o desenvolvimento da ciência. Neste sentido, monopolizar a produção do conhecimento científico é um trabalho que necessita da confluência entre os interesses da iniciativa privada e do Estado. Desta maneira, os grandes

centros econômicos do mundo conseguem constituir seus monopólios, pois possuem maior poder econômico e político para promover investimentos em Ciência e Tecnologia. De acordo com Santos (1983, p. 63):

A atividade científica passa a ser assim uma atividade fundamental para as corporações privadas. Controlá-la, monopolizá-la, assegurar através dela informações sobre os recursos nacionais e internacionais disponíveis, assim como suas formas de exploração, estas são as metas que nenhuma companhia ou grupo econômico pode deixar de estabelecer. A intervenção do Estado como programador, organizador, financiador e formador de pessoal científico constitui-se numa necessidade fundamental, imposta pela lógica da acumulação do capital [...].

Diante das questões até aqui expostas podemos perceber que a revolução científico-técnica está intimamente associada ao capitalismo monopolista. O monopólio do conhecimento científico e tecnológico por parte das grandes potências passa a ser condição para a manutenção da hegemonia do Estado burguês, pois sendo a atividade científica um elemento da acumulação de capital, quem a domina passa a controlar os investimentos em pesquisa, regulando a introdução das inovações no mercado, além de agregar os resultados desta atividade ao processo produtivo.

Dessa maneira, o longo do século XX, a atividade científica deflagrou-se como importante elemento do capitalismo monopolista, caracterizando, assim, mais uma forma de dominação imperialista. Após a Segunda Guerra Mundial, particularmente, a atividade científica passa a ser objeto de cobiça dos grandes centros econômicos do mundo. “A luta pela apropriação dos resultados do trabalho científico converteu-se num campo de ação cada vez mais decisivo para o êxito econômico das empresas; e a espionagem tecnológica [...] converteu-se numa atividade regular” (SANTOS, 1983, p. 62).

De outro ponto de vista, é preciso fazer um adendo à relação entre a atividade científica e o capital monopolista. Ou melhor, é importante ressaltar que a atividade científica, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, passa a compor parte do processo de acumulação do capital, porém, todavia, esta não é exclusividade dos Estados capitalistas. Lembremo-nos que a URSS, durante a Guerra Fria, investiu maciçamente em centros de pesquisa científica, além de elevar consideravelmente a quantidade de pesquisadores em seu território. Em resumo, o que queremos expor com este esclarecimento é que a atividade científica, em termos gerais, integra-se diretamente a contemporaneidade. A contrapartida desta questão, como já exposto acima, é que as nações capitalistas usarão a Ciência e a Tecnologia como instrumentos do poder imperialista.

O imperialismo acontece também pela via do conhecimento. As grandes potências investem densamente em pesquisa científica, ao passo que os países subdesenvolvidos não dispõem de muitos recursos para investirem neste setor. De fato, o pouco investimento em atividades científicas produzido pelos países subdesenvolvidos relaciona-se, precisamente, com a condição subalterna em que estes estão submetidos. O capitalismo monopolista, como marca de um imperialismo que ainda persiste, retarda bruscamente o desenvolvimento científico autônomo nas regiões mais pobres do mundo.

No entanto, é pertinente destacar que o contexto da Guerra Fria fez com que muitos lugares do globo experimentassem os frutos da evolução da Ciência e da Tecnologia. As nações socialistas, por exemplo, pela própria dinâmica conflituosa de sua existência, e na tentativa de se firmarem enquanto Estados soberanos, elevaram notavelmente seus investimentos em atividades científicas. O investimento em pesquisa científica e educação nestas nações superavam, e muito, os investimentos feitos pelas nações capitalistas subdesenvolvidas.

Além das questões até aqui apontadas, o desenvolvimento da Ciência trouxe como consequência uma série de transformações na sociedade contemporânea, entre elas: o aprimoramento dos sistemas educacionais; a criação de novos centros de pesquisa e universidades; o crescimento do número de cientistas; e uma melhor compreensão acerca do homem e da natureza. A respeito desta última, particularmente, é importante destacar que:

A existência social da ciência como atividade humana nova, como desenvolvimento de novas capacidades humanas e como fator novo na produção e reprodução da sociedade deu origem a uma crescente literatura sobre o tema tanto do ponto de vista filosófico, o qual busca encontrar as dimensões metodológicas, sociais e culturais que são abertas por esta nova realidade, como do ponto de vista econômico e sociológico, o qual procura dimensionar o seu impacto na produção e na reprodução das formações sociais concretas; e por fim também dos pontos de vista estético, moral, etc., que especulam sobre os efeitos da ciência na arte, nos valores sociais, etc. (SANTOS, 1983, p. 93).

Outro ponto interessante que pode ser explorado a respeito da evolução da Ciência e consequentemente de seu desenvolvimento é o fato de, por se apresentar também como uma atividade humana, possui caráter dialético. Isto é, as contradições evidenciadas pela própria evolução da ciência sugerem novos domínios do conhecimento a serem explorados. A ramificação do conhecimento científico em várias especialidades é um exemplo disto, pois indica a grande abrangência da revolução científico-técnica. Theotônio dos Santos, em seu livro *Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo*, sustenta esta ideia remetendo-se aos estudos de Marx e Engels. Segundo este autor (1983, p. 97), “de fato, Marx

e Engels concebiam a evolução da ciência dentro de um parâmetro infinito, acumulativo e dialético e suas concepções sobre a natureza e a ciência ainda são profundamente atuais”.

A partir da argumentação apresentada, é essencial retornarmos ao debate a respeito da relação entre o desenvolvimento da ciência e o capital monopolista. Continuando, constata-se que a Ciência e a Tecnologia se desenvolvem segundo as exigências da acumulação capitalista. Desta maneira, o conhecimento científico passa a fazer parte das bases do modelo de produção, pois os frutos do avanço científico-técnico são logo introduzidos na produção das grandes empresas capitalistas monopolistas.

Nesse processo, instituições como o Estado, a empresa e a universidade assumem relevante papel, pois são essenciais ao desenvolvimento da ciência. As universidades, por exemplo, desenvolvem pesquisas que são, por sua vez, patrocinadas pelo Estado e pela iniciativa privada. Além disso, existem os centros de pesquisa autônomos (privados) voltados para a produção científica, com objetivos de atender demandas do mercado, bem como da produção. Por último, ainda existem os centros de pesquisa do Estado, organizados para desenvolver pesquisas relacionadas às questões de interesse coletivo.

As grandes empresas monopolistas produzem tecnologia, a partir da pesquisa científica, e de forma bem dinâmica já a incorporam ao sistema produtivo e ao mercado. No entanto, os monopólios também podem atuar no controle – e até mesmo no retardo – da introdução destas transformações tecnológicas no mercado. As razões que motivam esta conduta são complexas, mas quase sempre são derivadas das leis econômicas do mercado, ou seja, da situação em que a economia se encontra no momento, de modo que seu movimento garanta o aumento dos lucros a partir da difusão destas inovações tecnológicas.

O contrassenso deste processo reside na seguinte questão: o avanço tecnológico pautado apenas em forças econômicas acaba retardando o progresso técnico. Em outras palavras, o capital monopolista – materializado pelas grandes empresas – submete todo o processo de evolução da Ciência e da Tecnologia aos interesses de poucos conglomerados econômicos. Desta maneira, os resultados da revolução científico-técnica acabam se restringindo às empresas monopolistas, de modo que a disseminação destes resultados passa a depender diretamente das necessidades econômicas destas mesmas empresas.

Partimos agora para outra questão que necessita de reflexão, que é a relação entre o desenvolvimento da ciência e o Estado. Numa sociedade capitalista, o Estado se apresenta como um aparato de poder defensor dos interesses da burguesia, isto é, enquanto instituição sua missão é zelar pela manutenção e reprodução da burguesia, enquanto classe social. Disto deriva sua condição de Estado a serviço de uma classe, pois este se revela como instrumento

de poder de uma classe específica. Em resumo, estas características exteriorizam, aos olhos da crítica marxista, o chamado Estado burguês.

Nesse sentido, o papel do Estado no processo de desenvolvimento da ciência é converter um grande volume de seus recursos ao setor de pesquisa científica. A grande controvérsia desta questão – dos investimentos estatais em pesquisa e desenvolvimento – é que, por mais que os investimentos sejam maiores por parte do Estado, este, por sua vez, pouco usufrui dos resultados destas pesquisas. Além do financiamento de pesquisas desenvolvidas por centros de pesquisa estatais, o Estado também fornece recursos financeiros para as empresas privadas desenvolverem pesquisa. Ao investir tanto, o Estado assume os riscos que as empresas privadas não assumem. A questão que se apresenta pode ser explicada da seguinte maneira:

Estamos aqui diante de uma manifestação importante do capitalismo monopolista de Estado. Do mesmo modo que em outros aspectos da vida econômica, no campo científico e tecnológico – que representa o núcleo do processo de acumulação capitalista atual – as despesas estatais, isto é, a expressão mais elevada da centralização dos recursos nacionais, convertem-se em elementos essenciais, em partes constitutivas desta faceta da acumulação. A necessidade de intervenção estatal explica-se pelo grau de concentração e centralização dos investimentos e recursos financeiros necessários para a pesquisa e desenvolvimento, os quais na fase atual da revolução científico-técnica reduzem os níveis de concentração e centralização atingidos pelo capital corporativo, grupos econômicos ou associações mais amplas de capital privado; estes finalmente não conseguem reunir por conta própria os recursos suficientes para financiar a pesquisa e desenvolvimento. Por outro lado, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, como vimos, implicam em riscos e custos não retribuídos, sobre os quais a empresa não quer assumir a responsabilidade e que por isso deverão ser assumidos por um órgão coletivo que não tenha fins lucrativos, como o Estado. (SANTOS, 1983, p. 143-144).

Ainda sobre a evolução científico-técnica, após a 2ª Guerra Mundial, a pesquisa científica nos países industrializados adquiriu nova orientação em relação a sua finalidade. Passou a ser destinada, especialmente, para a produção e aumento do poder bélico, como também para aligeirar o crescimento econômico destes países. O projeto Manhattan²¹, organizado e desenvolvido entre os anos de 1939 e 1946, por exemplo, resumia bem os novos preceitos da ciência naquele momento histórico; designada sobretudo ao fortalecimento político-militar de alguns Estados da Europa e da América do Norte.

A guerra fria fez com que a preocupação com a soberania político-militar se transformasse numa constante entre os Estados independentes do mundo. Na medida em que

²¹ Projeto de pesquisa e desenvolvimento organizado pelos Estados Unidos que produziu as primeiras bombas atômicas durante a Segunda Guerra Mundial. O Projeto Manhattan durou cerca de cinco anos, entre 1942 e 1947, e foi resultado da mobilização militar e científica não só dos EUA, mas também de alguns de seus aliados, como, por exemplo, o Reino Unido.

as tensões militares entre as nações beligerantes se intensificavam, os investimentos em pesquisa para a produção de energia nuclear também se acentuava. Neste sentido, as nações subdesenvolvidas também passaram a investir em ciência e tecnologia, tendo em vista a emergência de uma consciência interna a respeito da correlação entre o desenvolvimento científico-técnico e o desenvolvimento político, econômico e militar. No entanto, os centros de pesquisa organizados nos países subalternos, de economia frágil, se restringiam a pequenos núcleos de investigação de pouca eficiência.

3.2 OBSERVAÇÕES SOBRE A CIÊNCIA NO BRASIL

No Brasil, em particular, a consciência da necessidade de se implantar uma política de desenvolvimento científico ganhou mais força nos últimos anos da década de 1940, durante o governo do General Eurico Gaspar Dutra. Nesta época, a elite nacional, não alheia ao contexto político-militar da guerra fria, passou a compartilhar da crença de que a atividade científica era condição para o florescimento do país. De acordo com Andrade (1999, p. 107-108), “a produção de conhecimentos científicos e de energia nuclear eram tidos como as soluções para superar o atraso crônico da nação e como forma de ostentar a grandeza cultural e o poder político-militar”.

No final da década de 1940, ainda no governo Dutra, foi proposto ao Congresso Nacional o projeto nº 260/49, cuja finalidade era a de criar o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Esta iniciativa partiu da soma de esforços de alguns cientistas brasileiros e de membros da Marinha e do Exército; grande parte deles estudiosos da Física, da Biologia e da Química. Entre os nomes que se destacaram neste contexto, vale lembrar os de Álvaro Alberto e César Lattes²²; importantes personalidades da ciência brasileira e que deixaram como legado uma série de contribuições no campo do conhecimento científico, sobretudo na Física.

Álvaro Alberto foi um dos pioneiros na luta pelo estabelecimento, no Brasil, de uma política científica autônoma. Seguiu carreira militar, chegando ao posto de vice-almirante da Marinha. Além disso, fundou a Sociedade Brasileira de Química em 1922 e atuou como professor de Química dos explosivos na Escola Naval entre os anos 20 e 30. Entre 1935 e 1937, Álvaro Alberto dedicou-se ao ensino de química industrial na Escola Técnica do

²² César Lattes foi o físico brasileiro que participou da descoberta do *méson pi*. Além disso, foi sócio da Academia Brasileira de Ciências (ABC), sendo também fundador e diretor científico do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

Exército. Em 1942 assumiu a chefia do Departamento de Ciências Físicas da Escola Naval, sendo, também, duas vezes presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC). No entanto, a grande contribuição de Álvaro Alberto para a ciência brasileira diz respeito a sua atuação na criação de duas instituições, a saber: o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), fundado em 1949; e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), fundado em 1951 (GARCIA, 2000).

O projeto de criação do CNPq tramitou no Congresso por quase dois anos, antes de ser aprovado. A atuação de determinados setores da sociedade foi fundamental para que a lei de criação desta instituição fosse sancionada, dentre eles, membros da Escola Superior de Guerra e do CBPF. A partir de 1974, o CNPq passou a se chamar Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no entanto a sigla foi mantida. Sobre sua criação, sabe-se que:

Poucos dias antes de o general Eurico Dutra deixar o governo, a Lei n. 1310/51 foi sancionada. A exemplo da Atomic Energy Commission²³, o Conselho Nacional de Pesquisas era uma autarquia vinculada diretamente à Presidência da República, com autonomia técnico-científica, administrativa e financeira. Isto lhe conferia destaque no organograma do Governo, além de facilidades para negociar reivindicações, com finalidade de estimular o desenvolvimento da pesquisa em qualquer domínio do conhecimento e, ainda, a atribuição, em nome do Estado, de controlar todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia nuclear (ANDRADE, 1999, p.113).

O CNPq foi criado durante um contexto demasiadamente agitado do ponto de vista político. Imperava no Brasil, naquele momento, o dualismo de ideias marcado pelas agitações políticas entre aqueles que se diziam nacionalistas e aqueles que defendiam vínculos mais profundos com o exterior. Logo o CNPq se tornaria palco destes conflitos, pois sendo uma instituição promotora do desenvolvimento científico, sua atuação interligava-se aos interesses econômicos nacionais e, sem dúvida, internacionais.

Da presidência ao Conselho Deliberativo, o ponto fulcral dos conflitos internos no CNPq era a questão ideológica de seus membros, pois, como já citado, havia uma aversão entre nacionalistas e não nacionalistas. Outro ponto que causava divergências internas era a pesquisa. Por ser um órgão formado por membros de várias áreas do conhecimento – Físicos, Químicos, Biólogos, entre outros –, os desacordos acabavam sendo uma constante, sobretudo no aspecto relacionado aos investimentos em pesquisa. Entretanto, mesmo com estes atritos

²³ Criada logo após a Segunda Guerra Mundial, a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos (AEC) foi o órgão responsável pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia atômica nos EUA até a década de 1970, quando foi abolida.

internos, aos poucos o CNPq foi se estruturando de acordo com sua finalidade incipiente; que era a de promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país, além de contribuir com o avanço nos estudos em energia atômica. Este último, como se sabe, vinculava a evolução da ciência ao contexto político-militar de luta pela soberania nacional.

Em síntese, o CNPq desempenhou – e ainda desempenha – um importante papel no campo da atividade científica no Brasil. Desde sua criação, este órgão vem contribuindo com o aperfeiçoamento da produção científica, cooperando com o fomento à pesquisa, com bolsas de iniciação científica e com a formação de novos pesquisadores no país. Nessa sequência, vale lembrar que também em 1951, durante o segundo governo de Vargas, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES). Ainda em atividade, a CAPES foi fundada com o objetivo de garantir a formação de pessoal especializado nas várias áreas do conhecimento científico e tecnológico.

Além dos órgãos de pesquisa nacionais até aqui citados, é pertinente ressaltar que também atuava no Brasil alguns órgãos estrangeiros de fomento a pesquisa. Uns atuavam através de investimentos diretos em auxílio à pesquisa, como a Fundação Rockefeller, enquanto outros atuavam por intermédio de acordos econômicos, como a *Atomic Energy Commission* (AEC). O ponto em comum entre estas instituições, e que evidencia uma das facetas da dependência, é que estes investimentos tinham como garantia a extração de recursos minerais do Brasil. Vale destacar, como exemplo disto, o Acordo dos Minerais Estratégicos Brasil/EUA, assinado em 1952. Com este acordo o Brasil passou a fornecer minerais aos EUA em troca de apoio militar e investimentos financeiros.

Sobre a questão do interesse externo, sobretudo dos EUA, em investir na estruturação de uma política científica e tecnológica nos países subalternos, permitindo, em alguns casos, a instalação de laboratórios e a formação de cientistas qualificados, é importante compreender que estes investimentos não resultaram na autonomia científico-técnica destes países. Pelo contrário, o vínculo com os países desenvolvidos só acentua a dependência dos subalternos. É importante perceber que esta relação demarca uma das fronteiras do imperialismo, principalmente do imperialismo norte-americano. A respeito disto, Andrade (1999, p.185) explica-nos que:

Historicamente, a negociação em torno do acesso à tecnologia que permite a montagem de sofisticado laboratório de pesquisa deve ser vista como uma estratégia de política externa americana, de busca e consolidação de hegemonia, na qual importa “auxiliar” para controlar ao máximo e “ajudar ao desenvolvimento” para emprestar, financiar e manter, por meio de empréstimos externos, os laços da dependência.

Continuando, é importante insistir que entre os principais elementos do desenvolvimento econômico no século XX está a evolução da Ciência e da Tecnologia. É inegável que ambas assumem, sobretudo a partir da 2ª Guerra Mundial, um papel de extrema importância no que diz respeito ao processo de manutenção e reprodução do capitalismo contemporâneo. Neste contexto, é importante perceber, também, que a Ciência e a Tecnologia passam a ser utilizadas como instrumentos de poder, evidenciando mais uma forma de hierarquização das relações sociais no globo.

A partir deste raciocínio, a pesquisa com perspectivas a produzir Ciência e Tecnologia passou a corresponder a um dos objetivos primordiais dos países de economia avançada, especialmente, como já citado, a partir da segunda metade do século XX – contexto marcado pela chamada Guerra Fria. Sendo assim, o desenvolvimento do arcabouço científico converteu-se em elemento fundamental para o crescimento econômico das grandes potências, além de se caracterizar como mais um componente da política externa dos países desenvolvidos.

No que tange a Ciência e a Tecnologia, a política externa alavancada pelos países desenvolvidos buscou atender as necessidades e as aspirações de âmbito nacional. Desta forma, as pesquisas de caráter científico desenvolvidas por estes países, em várias regiões do mundo, visavam fortalecer a política científica e tecnológica com o objetivo de intensificar o desenvolvimento econômico. No entanto, não podemos deixar de pontuar que essa expansão da política científica pelo mundo, dirigida essencialmente pelas nações economicamente mais fortes, caracteriza-se também como uma forma de dominação imperialista, na qual as atividades científicas e tecnológicas assumiram relevante papel.

A expansão dos estudos em Ciência e Tecnologia constituiu, de fato, um dos principais aspectos do desenvolvimento econômico ao longo do século XX. Esta evolução representou em grande medida um vultoso florescimento sociocultural de muitas regiões do mundo. Por outro lado, do ponto de vista político-econômico, assegurou a hegemonia científica e tecnológica das grandes potências imperialistas. A respeito disto, é importante lembrar que esta hegemonia era garantida sobretudo pela exportação de Ciência e Tecnologia para os países subdesenvolvidos.

No curso do século XX, o grande obstáculo ao desenvolvimento científico e tecnológico dos países subdesenvolvidos residia elementarmente no fato de estarem presos às importações de Ciência e Tecnologia dos países desenvolvidos. Esta prática freava o desenvolvimento em pesquisa nos países subdesenvolvidos ao passo que fortalecia mais ainda

as nações desenvolvidas. No entanto, a partir dos anos 50, com a explosão tecnológica advinda da Guerra Fria, a evolução da Ciência e da Tecnologia passou a ser entendida pelos países subdesenvolvidos como elemento essencial ao desenvolvimento interno.

Entretanto, mesmo sendo um aspecto do desenvolvimento capitalista contemporâneo que atingiu a maioria das regiões do globo, a evolução da ciência e da tecnologia acabou privilegiando as nações mais ricas, economicamente capazes de investir em política científica. Sendo assim, o grande entrave encontrado pelas nações subdesenvolvidas no que diz respeito ao desenvolvimento de uma política científica interna e autônoma, era justamente a dependência que estes possuíam em relação aos países desenvolvidos, que através de sanções econômicas reprimiam a revolução científico-técnica dos países subdesenvolvidos.

Esta realidade já incomodava muitos institutos de pesquisa, universidades e pesquisadores pelo mundo, principalmente as instituições de pesquisa localizadas nos países economicamente subalternos. Em 1971, por exemplo, durante o Simpósio sobre Política Científica ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em comemoração aos 25 anos do Instituto de Biofísica, o grande alerta exposto pelos pesquisadores envolvidos no Simpósio era rigorosamente sobre a existência de um *colonialismo tecnológico* encabeçado pelas nações imperialistas (SOUZA; ALMEIDA; RIBEIRO, 1972).

O chamado *colonialismo tecnológico* expressa mais um traço marcante da dependência, pois grande parte da pesquisa desenvolvida pelos países desenvolvidos não são aplicadas nas nações consideradas como subdesenvolvidas. Vale lembrar que esta realidade foi mais constante principalmente no contexto da Guerra Fria. Outro ponto agravante, e que ressalta mais ainda o aspecto da dependência e conseqüentemente do imperialismo, é que grande parte das pesquisas científicas e técnicas fomentadas pelos países desenvolvidos em territórios subalternos buscavam tão somente a extração de recursos – em sua maioria recursos naturais – destes territórios.

A política científica estabelecida nos países desenvolvidos buscavam atender, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a demandas específicas sendo as principais as de cunho militar e econômico. Para tanto, grandes foram os investimentos direcionados aos centros de pesquisa, às universidades, ao sistema educacional, na formação de cientistas, etc.. Desta maneira, os esforços das grandes potências, no que diz respeito a produzir ciência e tecnologia, convergiam no sentido de manter sua hegemonia diante do globo, tendo em vista os claros objetivos destas potências em criar mais um viés de acumulação de capital, além de seus objetivos de fortalecimento militar com a produção de novas armas.

Em contrapartida, os países subdesenvolvidos, estando na condição de países dependentes, encontravam na falta de recursos econômicos o grande obstáculo ao amadurecimento de sua revolução científico-técnica. De acordo com Almeida, Ribeiro e Souza (1972, p. 35-36):

Essa simples colocação do problema traz à consciência a presença de um dilema nos países subdesenvolvidos: para romper o subdesenvolvimento necessitam de uma revolução científica e tecnológica a qual exige recursos financeiros que, por escassos ou inexistentes, não são de molde a promover-la.

Outro ponto interessante de ser observado sobre o desenvolvimento científico nas grandes potências está na capacidade que estas possuem de atrair para seu território, cientistas de outras regiões do mundo. Como normalmente seus países de origem as condições para a produção científica são precárias, muitos destes cientistas se deslocam para os países onde a revolução científico-técnica está em curso. Esta prática acaba privilegiando, ainda mais, a atividade científica das nações desenvolvidas, ao passo que retarda, conseqüentemente, o desenvolvimento científico e tecnológico dos países subalternos. Sobre esta questão:

Vale a pena observar que a grande riqueza de ‘cérebros’, disponível nos Estados Unidos foi, e continua sendo, alcançada através das correntes imigratórias de ‘sábios’ originários de várias partes do globo. A política norte-americana, nesse sentido, é perfeitamente clara, pois que lá são recebidos como imigrantes homens qualificados, qualquer que seja a sua origem, enquanto é recusada a entrada no país a trabalhadores sem diferenciação, sejam quais forem suas pátrias. (SOUZA; ALMEIDA; RIBEIRO, 1972, p.37).

A Ciência, enquanto campo destinado a perquirir os preceitos da realidade, se constitui de fato como uma atividade humana de grande relevância. Sendo a Ciência, portanto, um domínio da racionalidade, sua dimensão transpassa qualquer limite de caráter político ou cultural. Já do ponto de vista econômico, quando a Ciência é aplicada para fins produtivos, gerando conseqüentemente a produção de tecnologia, o desenvolvimento da atividade científica se limita às exigências emergidas dos ciclos produtivos do mercado. Em ambos os limites expostos, nota-se que tanto a ciência quanto a tecnologia são domínios humanos que atingem o mundo em sua completude. Por outro lado, nem todas as regiões do globo desfrutam, da mesma maneira, dos benefícios da evolução científico-técnica, pois enquanto em algumas áreas ocorre forte concentração da produção científico-técnica, as demais áreas são convergidas “em periferias condenadas a absorver a tecnologia central” (JAGUARIBE, 1977, p.54).

Por mais que o pensamento nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe tenha sido contraditado por muitos teóricos que analisaram o espectro da dependência na América Latina, sua conclusão a respeito da condição periférica de muitos países do mundo, no que concerne a produção tecnológica, faz sentido. Vale lembrar, que grande parte dos estudos desenvolvidos por este autor foram realizados durante o contexto da Guerra Fria. Período este, marcado por constantes debates a respeito da evolução da ciência e da tecnologia, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos.

Recorda-se, com isto, o *Seminário de Ciência, Tecnologia e Estratégia para a Independência*, organizado pela UNICAMP em dezembro de 1977, cujo propósito foi o de debater e refletir sobre os avanços da ciência e da tecnologia, bem como a relação destes avanços com a conjuntura político-econômica daquele momento histórico. Nas palavras de Severo Gomes (1977, p. 19):

A ideia da realização desse Seminário surgiu há apenas quatro meses. Tratava-se de reunir intelectuais, empresários e políticos da América Latina para a reavaliação dos conhecimentos sobre as relações internacionais, nas áreas da ciência e da tecnologia, nesta época em que a profundidade da crise desnudou aos olhos de amplas camadas da sociedade a natureza da atual ordem econômica e sua força de dominação tecnológica, comercial e financeira, que subjuga as nações mais fracas, alcança as suas riquezas e o fruto de seu trabalho e desmoraliza a sua cultura.

O Seminário reuniu importantes nomes da comunidade acadêmica brasileira e estrangeira, estando, entre eles, nomes como o de Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe, Jorge Sabato, entre tantos outros. Os resultados do Seminário em questão foram reunidos e publicados na forma de livro impresso, com o título *Ciência, Tecnologia e Independência*. Isto posto, entre os vários debates que se sucederam naquele dezembro de 1977, o que mais concorreu para o interesse de nossa análise – o que mais dialoga com o estudo aqui delineado – foi o debate intitulado *Ciência, Tecnologia e Relações Internacionais*, coordenado pelo professor Hélio Jaguaribe, cujos debatedores foram Fernando Henrique Cardoso e o argentino Jorge Sabato.

Tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Jorge Sabato, em suas exposições durante o Seminário, concordavam que o ‘atraso’ tecnológico da América Latina se devia ao problema do subdesenvolvimento. Ou seja, o problema que causava a dependência desta região do globo em relação às chamadas potências centrais, economicamente capazes de produzir e exportar ciência e tecnologia. O debate se concentrou, portanto, na discussão a respeito de uma política de desenvolvimento tecnológico autônoma na América Latina, reconhecendo que uma política de independência tecnológica seria um dos caminhos para romper com o

subdesenvolvimento. Por outro lado, ambos os autores, contraditoriamente, se pautavam no argumento de que o desenvolvimento científico-técnico, assim como o desenvolvimento econômico da América Latina, poderia ser alcançado sem romper drasticamente com as alianças com as potências centrais, isto é, com os laços da dependência.

A discussão a respeito do desenvolvimento econômico, do subdesenvolvimento e consequentemente da dependência foi apresentada no capítulo anterior. No entanto, não nos custa revisitar o equívoco de Fernando Henrique Cardoso ao interpretar a questão da dependência na América Latina. No que concerne a esta questão, o argumento deste autor era o de que a América Latina – particularmente o Brasil –, apesar de dependente, alcançaria um tipo de desenvolvimento por meio de acordos entre as elites locais e as elites estrangeiras. Isto é, o pacto entre estas elites permitiria a ascensão econômica dos países subalternos. Ao apresentar tal interpretação Cardoso colocava a dependência mais como uma questão política do que como uma questão econômica. Daí o caráter pouco revolucionário de suas ideias.

Outro ponto importante abordado pelo Seminário foi a relação das multinacionais com a produção científica e tecnológica. Ambos os autores apresentaram a ideia de que uma das características fundamentais das economias capitalistas contemporâneas, sobretudo das grandes potências, é o desenvolvimento científico-técnico dirigido pelas grandes empresas multinacionais. Segundo Sabato (1977, p.71):

La aplicación de la ciencia y sobretudo del método científico, convirtió la producción de tecnología en *manufactura*, es decir, en un proceso organizado y diferenciado (con características propias) en donde un conjunto de personas adecuadamente organizadas y dirigidas tiene por función específica producir tecnología. Este proceso especializado se ha extendido notablemente en los países desarrollados durante las últimas décadas, dando origen a la formación de unidades diferenciadas, especializadas en la producción de tecnología y que son verdaderas empresas o fábricas de tecnología, aunque se las conoce con el nombre de “departamentos o laboratorios de investigación y desarrollo”, como es el caso de los *Research and Development Departments o Centers* de todas las grandes corporaciones. En los países centrales estas empresas constituyen las mayores y más eficientes unidades productoras de tecnología y uno de los elementos fundamentales del poder de las corporaciones transnacionales²⁴.

²⁴ Trad. A aplicação da ciência e, acima de tudo, o método científico, transformou a produção de tecnologia em fabricação, isto é, em um processo organizado e diferenciado (com suas próprias características) em que um grupo de pessoas adequadamente organizadas e dirigidas tem a função específica de produzir tecnologia. Este processo especializado expandiu-se significativamente nos países desenvolvidos nas últimas décadas, dando origem à formação de unidades diferenciadas, especializadas na produção de tecnologia e que são empresas reais ou fábricas de tecnologia, embora sejam conhecidas como "departamentos ou laboratórios de pesquisa e desenvolvimento", como é o caso dos *Departamentos ou Centros de Pesquisa e Desenvolvimento* de todas as grandes corporações. Nos países centrais, essas empresas são as maiores e mais eficientes unidades de produção de tecnologia e um dos elementos fundamentais do poder das corporações transnacionais.

A atividade científica das multinacionais corresponde a mais uma forma de expansão do capital imperialista. Toda esta atividade é parte da estratégia das grandes corporações de assegurar o poder e, simultaneamente, expandir seus mercados pelo mundo. As multinacionais conquistam o poder através do controle das riquezas e procuram legitimar seu domínio por meio de discursos que defendem o avanço do progresso, da tecnologia e da Ciência. Diante disto, a expansão das grandes corporações multinacionais pelo mundo, sobretudo pelos países de economia periférica, intensifica ainda mais os laços de dependência econômica dos países subalternos em relação aos países desenvolvidos.

3.3 MISSÕES CIENTÍFICAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL CENTRAL NO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA FBC E SUDECO

Não é mistério que o interesse estrangeiro nas riquezas naturais do Brasil tem sido constante desde os tempos da colônia. Muitas foram as expedições que percorreram o território brasileiro, organizadas em grande parte pelos Estados europeus, nas quais se destinavam a recolher informações sobre os recursos naturais do território brasileiro. Mesmo com a independência política, o Brasil ainda continuou sendo alvo de cientistas de toda ordem, empenhados não só em investigar as riquezas de nossa fauna e flora, mas também interessados em extraí-las.

A partir do século XX, sobretudo com o avanço dos ideais nacionalistas no país, as pressões para o estabelecimento de uma política que visasse proteger as fronteiras nacionais das investidas de cientistas estrangeiros começaram a ganhar folego. Diante disso, em 1933, durante a chamada Era Vargas, foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE). No capítulo anterior já apresentamos, de forma sumária, alguns elementos históricos a respeito do CFE. No entanto, retomaremos um pouco de sua história, pois grande parte das missões científicas estrangeiras que a FBC ofereceu apoio passaram pela fiscalização do CFE.

Em primeiro lugar, foi através da análise dos documentos da FBC que chegamos ao CFE, ou melhor, à consciência da existência deste órgão. Como a trajetória histórica deste órgão se entrelaça à história da FBC, é de suma importância entender a relação destas duas instituições com a atividade científica estrangeira no Brasil. Sendo assim, sabe-se que:

O Decreto Nº 22.698, de 11 de maio de 1933, do Governo Provisório, regulamentava o exercício de controle do Estado sobre as expedições científicas e

artísticas em território brasileiro, tanto as estrangeiras como as nacionais privadas, ao mesmo tempo em que determinava a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFE. O novo órgão localizar-se-ia no âmbito do Ministério da Agricultura, subordinado à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, instância à qual já antes se vinculavam diversas instituições voltadas para a pesquisa, em vários campos de conhecimento, frequentemente, com a colaboração de pesquisadores estrangeiros²⁵.

Isto posto, o CFE passou a ser o órgão brasileiro responsável por analisar e deliberar os pedidos de licença realizados por pesquisadores, fossem eles vinculados a instituições de pesquisa nacionais ou internacionais, que possuíssem interesse em empreender algum tipo de expedição científica em território nacional. Vários eram os objetivos destas expedições, destacando-se, entre elas, àquelas que tinham como propósito explorar a fauna e a flora brasileiras, e principalmente aquelas destinadas a coletar dados sobre o potencial mineralógico das terras brasileiras.

Segundo Grupioni (1998, p. 48), “as regiões Norte e Centro-Oeste atraíram mais da metade dos expedicionários que se embrenharam pelo território brasileiro durante os anos de vigência do Conselho”. É neste ponto que o CFE se conecta a FBC, pois a atuação desta última correspondia justamente ao território Brasil Central – abarcando aí o Centro-Oeste brasileiro e algumas localidades da região Norte. Com a criação da FBC, em 1943, o CFE passou a receber apoio logístico desta instituição. Ambos foram extintos em dezembro de 1967. Além disso, outro ponto relevante sobre a trajetória do CFE que vale a pena destacar é que, em 1951, foi subordinado ao CNPq – entidade que assumiu grande parte das funções do CFE após sua extinção.

Como já citado anteriormente, ocorreram no âmbito da FBC uma série de estudos e pesquisas destinados a recolher informações sobre os recursos naturais do Brasil Central. O CFE, por seu lado, possuía a responsabilidade de fiscalizar estes estudos e pesquisas, sobretudo aqueles organizados pelos expedicionários estrangeiros. É importante observar que ambas estas instituições integram o projeto político em voga naquele momento histórico, alicerçado na ideologia nacionalista. Esta particularidade nos permite inferir que tanto o CFE quanto a FBC resultam de uma política que, primordialmente, buscava defender a integridade territorial do Brasil.

A fiscalização empreendida pelo CFE incidia principalmente sobre as expedições estrangeiras e as nacionais empreendidas pelo capital privado. De fato, havia certo temor por parte do Estado brasileiro de o setor privado nacional atuar como instrumento dos interesses

²⁵ MACIEL, Dulce Portilho. Pesquisa científica rumo ao Oeste (1933-1968): pioneirismo sob vigilância. Anápolis: UEG, 2006. (Relatório final de atividades do Projeto de Pesquisa). p. 11. Mimeo.

internacionais. Desta questão compreende-se a suposta rigorosidade do CFE em liberar os pedidos de licença para pesquisa. Em vista disso, é inegável que durante sua existência (1933-1967), o CFE foi a principal referência na tentativa de controlar as expedições científicas na hinterlândia brasileira.

Em contrapartida, a atuação do CFE não pode ser vista de forma ingênua, a ponto de incorrerem no erro de acreditar que sua atuação garantiu, de forma irrestrita, a defesa de nossos recursos, tanto almejados pelos estrangeiros em suas expedições. A existência de um órgão fiscalizador destas expedições não garantiu que, por intermédio de acordos e sanções, o Brasil não tenha sido alvo de investidas imperialistas sob o pretexto do desenvolvimento da ciência. A maioria dos expedicionários que vinham para o Brasil era de nacionalidades de grandes potências europeias (França, Inglaterra e Alemanha, principalmente), como também dos Estados Unidos. De acordo com Grupioni (1998, p. 49) foram “os países para os quais mais material foi exportado com autorização do Conselho de Fiscalização”.

3.3.1 A Pesquisa estrangeira no âmbito da FBC/SUDECO

A documentação da FBC e da SUDECO é bem vasta. Como nossa análise se restringe apenas aos estudos e pesquisas que ocorreram no âmbito destas instituições, a documentação selecionada abarca, principalmente, os estudos e pesquisas sobre os grupos indígenas, recursos minerais e a fauna e flora do Brasil Central. O acervo da FBC, neste aspecto, é mais volumoso. Ou seja, contém muitos documentos a respeito dos estudos e pesquisas que foram realizados sob seu domínio, durante seus 24 anos de existência. No caso da SUDECO, a documentação selecionada a respeito de pesquisas que ocorreram sob sua jurisdição é menor, porém não menos importante.

Das pesquisas realizadas no bojo destas instituições, destacam-se aquelas realizadas pela iniciativa de entidades de pesquisa estrangeiras. A documentação revela uma grande quantidade de pesquisas desenvolvidas por indivíduos vinculados a universidades e empresas de outros países. Estas pesquisas ocorriam na forma de grandes “expedições científicas” destinadas a coletar amostras de minerais, de espécimes de animais e vegetais, além de objetos produzidos pelos grupos indígenas que habitavam as regiões visitadas. “A expressão expedição científica era usada para designar o deslocamento de equipes para uma determinada

área geográfica, com vistas a [...] realizar pesquisa e obter dados e conhecimentos científicos”²⁶.

O interior do Brasil, sobretudo as regiões que correspondem à Amazônia e o Brasil Central, sempre foi alvo dos interesses estrangeiros, desde os tempos da colônia. A partir do século XIX, por exemplo, a presença de pesquisadores estrangeiros de várias nacionalidades, em território brasileiro, foi constante. Grande parte destes pesquisadores naturalistas interessados nas riquezas naturais do Brasil. Reis (1968, p. 99) questiona o interesse destes pesquisadores a partir das seguintes indagações: “Faziam ciência pela ciência? Procuravam descobrir pelo prazer da aventura científica, sob a sensação das façanhas com que se notabilizariam? Ou na verdade estavam trabalhando para seus governos e estes visando a alguma coisa mais?”.

É inegável que as missões científicas estrangeiras empreendidas em território brasileiro tenham causado certo incômodo ao Estado brasileiro. A criação de órgãos de fiscalização, como o CFE, é um exemplo disto. Também não pode ser desconsiderado que, desta preocupação, muitas instituições com vistas à produção científica foram fundadas em território nacional, sendo o CBPF e o CNPq, também exemplos. Segundo Azevedo (1994, p. 41) “é uma época que se inaugura de inquietação intelectual, penetração, difusão e organização do pensamento científico, com que se abrem à cultura no país novas direções e as mais amplas perspectivas”. No entanto, se atentarmos para as indagações de Reis, o próprio curso histórico do século XX, marcado pelas investidas do capital imperialista, confirma que a ciência foi tida como um grande negócio. Nas palavras do próprio Reis:

As expedições científicas que percorreram a Amazônia, de princípios do século XIX ao século XX, integradas principalmente por europeus realmente de alto nível realizaram uma obra notável no particular do inventário do que a região valia, no que a caracterizava mais visivelmente, e naquilo em que podia ser útil aos interesses da humanidade. Não condicionada essa visitação intensiva a qualquer participação brasileira, que não esteve ausente do trabalho de pesquisa, antes comparecendo com boas equipes às quais não se fez a necessária justiça, foi efetuada com intenções que não eram unicamente ligadas aos objetivos distantes ou imediatos da ciência. [...] **Disse muito bem Victor W. Von Hagen, ao biografar Spruce²⁷, que aqueles naturalistas viajantes ‘eram precursores de grandes negócios’. Mais – ‘puseram à disposição dos agentes de negócios um livro-guia das riquezas da Amazônia’. Exato.** (REIS, 1968, p. 103, grifo nosso).

²⁶ MACIEL, Dulce Portilho. Pesquisa científica rumo ao Oeste (1933-1968): pioneirismo sob vigilância. Anápolis: UEG, 2006. (Relatório final de atividades do Projeto de Pesquisa). p. 2. mimeo.

²⁷ Richard Spruce era britânico e naturalista. No final dos anos de 1840 iniciou sua expedição na Amazônia brasileira, com o objetivo de coletar espécimes de vegetais da região.

A documentação produzida pela FBC e pela SUDECO revela que, por mais que o Estado brasileiro tenha se esforçado em procurar meios para defender a integridade territorial do país, este esforço não impediu que pesquisadores de várias nacionalidades – principalmente da Europa e dos EUA – explorassem e extraíssem uma grande quantidade de riquezas naturais do Brasil. Como já salientado, estes pesquisadores não se deslocavam para o Brasil motivados apenas pelas descobertas científicas que poderiam obter, pois, antes de tudo, eram representantes dos interesses mercantis e políticos de seus respectivos países.

Sabe-se, também, que muitas destas missões científicas escondiam seus verdadeiros propósitos. Muitos pesquisadores chegavam ao Brasil com a premissa de trabalhar na pesquisa para a descoberta de determinada doença, por exemplo, quando na verdade estavam mesmo interessados em extraviar elementos da fauna e flora brasileiras. Com a criação do CFE esta prática ficou mais difícil, mas não se findou. Parece, portanto, oportuno reproduzir o seguinte episódio:

Para que se tenha ideia do tipo de material que se coletava no país, destinado a exportação para nações estrangeiras, um incidente ocorrido entre o CFE e a Fundação Rockefeller constituiu-se em caso exemplar. No início de 1937, o CFE embargou a exportação, por integrantes daquela organização norte-americana, de uma carga constituída de 14 volumes, sendo que dez deles continham peles de animais e os restantes, entre caixas e engradados, guardavam animais vivos. A organização achava-se em nosso país para atuar em colaboração com o Serviço de Febre Amarela do Ministério da Educação e Saúde²⁸.

Como já salientado, a quantidade de documentos que tratam das expedições científicas que ocorreram no Brasil Central, durante os anos de atuação das instituições aqui estudadas (FBC/SUDECO), é bem volumosa. Entre 1943 e 1991, da criação da FBC à extinção da SUDECO, o esforço destas expedições, fossem elas organizadas por entidades nacionais ou estrangeiras, se concentrou em desbravar ao máximo o território brasileiro, no sentido de conhecer as potencialidades naturais deste país. Em resumo, grande parte destas expedições se destinava a coletar material botânico, zoológico, entomológico e principalmente mineralógico.

Continuando, a FBC atuou no planejamento e organização de muitas expedições científicas direcionadas ao Brasil Central. No entanto, estas expedições também ocorriam por meio de parcerias entre a própria FBC e instituições – laboratórios de pesquisa, universidades, centros de estudo, entre outras – interessadas em estudar as reservas naturais do centro do

²⁸ MACIEL, Dulce Portilho. Pesquisa científica rumo ao Oeste (1933-1968): pioneirismo sob vigilância. Anápolis: UEG, 2006. (Relatório final de atividades do Projeto de Pesquisa). p. 13. mimeo.

país, muitas delas desconhecidas. Neste último caso, a instituição desejosa de promover determinada expedição enviava ofício à FBC, solicitando autorização e, em muitos casos, auxílio. Na maioria das vezes este auxílio chegava em forma de apoio logístico a estas expedições – recursos financeiros, transporte, alguns elementos de infraestrutura.

O trabalho de desbravamento do interior do Brasil desencadeado pela FBC a partir dos anos 40 logo foi ganhando evidência, tanto no cenário nacional quanto no internacional. Sem demora, as novas áreas ocupadas pelas ações da FBC passaram a ser cobiçadas por pesquisadores de várias nacionalidades, sem contar o interesse das instituições de pesquisa nacionais. Diante disto, a pesquisa científica passou a ter grande relevância entre as disposições da FBC, sendo a sua função, como já dito, não só a de organizar expedições com vistas ao desenvolvimento de estudos técnicos e científicos, como também de colaborar com órgãos de pesquisa interessados em investigar as riquezas naturais do Brasil Central.

Se atentarmos para a quantidade de documentos relacionados às pesquisas desenvolvidas durante a atuação da FBC, concluiremos que de fato a atividade científica foi constante durante a existência deste órgão. São mais de 800 páginas de documentos relativos a estudos técnicos e científicos desenvolvidos entre as décadas de 1940 e 1960. Se somarmos com a documentação da SUDECO, este número ultrapassará a casa das 1.200 páginas de documentos. No entanto, por mais que todo esse acervo tenha sido explorado durante o curso de nossa pesquisa, nem toda documentação dialoga com nosso objeto de pesquisa. Sendo assim, nossos esforços se concentraram mais nos documentos que tratam das pesquisas desenvolvidas por entidades e pesquisadores estrangeiros.

O conteúdo desta documentação é bem diverso, destacando-se, entre eles: convênios entre o Governo brasileiro e entidades de pesquisa nacionais e internacionais; relatórios de pesquisas; artigos produzidos com base nos estudos desenvolvidos nas áreas de atuação da FBC/SUDECO; pedidos de auxílio por organismos de pesquisa à FBC/SUDECO; programas e projetos de pesquisa elaborados por estas instituições e por instituições ‘parceiras’ (nacionais ou estrangeiras); textos relacionados à atividade científica estrangeira no país e a questão da soberania nacional.

Diante daquilo que até aqui foi apresentado, no que se refere a atividade científica de pesquisadores estrangeiros nas áreas de ação da FBC/SUDECO, foi grande o movimento destes indivíduos em território nacional. Em muitos dos casos os propósitos destes pesquisadores eram bem definidos, outras vezes atuavam sob a tutela da desconfiança do Estado brasileiro e, ainda, em alguns casos, agiam escondidos – a documentação revela

muitos casos de pesquisadores que foram descobertos desenvolvendo suas pesquisas sem o consentimento dos órgãos de fiscalização.

É importante pensar que a fiscalização não era tão eficaz. A respeito disto, é conveniente citar o caso do Inglês Ezequiel Adrien. Este pesquisador passou o ano de 1946 explorando as riquezas naturais da região do alto Rio Tapajós (Estado do Pará) por iniciativa própria, alegando desconhecer o proprietário da área explorada. No início de 1947, Ezequiel Adrien recebeu a notícia de que a área por ele explorada era de propriedade da FBC. Diante do alerta, ele próprio buscou as autoridades locais da FBC no intuito de prestar contas daquilo que explorou ilegalmente. Não bastasse, pediu para continuar com os estudos alegando contribuir com a ciência no Brasil, solicitando à FBC, ajuda financeira para prosseguir com seu trabalho. Fato curioso foi a decisão da autoridade local da FBC – Braz Dias de Aguiar – diante deste acontecido. Em ofício à FBC, Ezequiel Adrien relata que:

Procurou, logo no início de 1947, o antigo e pranteado Chefe da mesma Fundação, no Setor Norte – Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, relatando a esse ilustre patriota, sincera e lealmente, tudo quanto coletara nas suas investigações, tudo quanto vira e descobrira, quer no campo do reino vegetal, quer naquele de sua especialização, o mineral. Tão impressionante e tão bem acolhido fora aquele seu relato àquela alta autoridade, que como estímulo e prêmio aos seus trabalhos lhe concedeu autorização escrita para explorar as terras da Fundação²⁹.

A documentação revela que Adrien encontrou valiosas riquezas na região por ele explorada. Entre elas destacam-se jazidas de tantalita, ouro, diamantes e petróleo, do reino mineral, além de madeiras de lei de variada qualidade, do reino vegetal. Mesmo atuando as escondidas por quase um ano, após se revelar a autoridade local da FBC, esta se mostrou conivente com o pesquisador. Neste sentido, é importante observar que a decisão de Braz Dias foi motivada pelo interesse da FBC nas riquezas encontradas por Adrien. Por outro lado, é perceptível certo ‘abrandamento’ da FBC em relação aos interesses de pesquisadores estrangeiros em território nacional.

O interesse pelos recursos naturais do Brasil não é algo novo na história. Desde os tempos da colônia estrangeiros e brasileiros se desdobram em alcançar a prosperidade através de exaustivas incursões ao interior do Brasil. As riquezas minerais, sem dúvida, são as mais cobiçadas desde aqueles tempos. O século XIX, por exemplo, foi marcado por constantes investidas expedicionárias de pesquisadores em território nacional, a fim de obter informações

²⁹ Ofício ao Presidente da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1948. Assinado por Ezequiel N. Adrien. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

sobre nossas riquezas. O advento do século XX não mudou essa realidade, no entanto, a partir da década de 1930 o Brasil passou a se preocupar mais com a insistente presença de pesquisadores no país, sobretudo com os pesquisadores de outras nacionalidades – o CFE é fruto desta preocupação.

Na medida em que a FBC avançava com seu trabalho de desbravamento, concomitantemente expandia as atividades de pesquisadores nestes locais. No caso das missões científicas estrangeiras, estas se concentraram principalmente nas localidades menos conhecidas dos então estados de Goiás, Mato Grosso e Pará. Muitas destas regiões já haviam sido visitadas por pesquisadores nacionais e estrangeiros ainda no século XIX, entretanto, a atuação da FBC facilitou os acessos às localidades mais longínquas. Isto foi possível por conta dos postos avançados que eram montados na esteira do serviço de vanguarda.

A FBC continha em seus arquivos documentais uma rica literatura sobre alguns pesquisadores que realizaram expedições ao longo do século XIX e início do século XX, nas áreas sob seu domínio. Esta literatura, por seu lado, referia-se a vários cientistas que se ocuparam em desvendar o solo, a flora e a fauna do Brasil Central, principalmente nas regiões do Rio das Mortes, Xingu e Tapajós. Compreende-se, com isso, que a existência destes estudos nos arquivos da FBC se explicava pela necessidade, por parte dos pesquisadores desta instituição, de obter o máximo de informação possível sobre as regiões desbravadas. Neste sentido, a experiência de pesquisadores que estiveram nas áreas de atuação da FBC no passado (principalmente durante o século XIX), viria a contribuir diretamente com os estudos desenvolvidos no âmbito da FBC, a partir dos anos 40. Entre os pesquisadores que constam nesta literatura, destacam-se: William Chandless, Karl Von Den Steinen, Paul Ehrenreich, Henri Coudreau, Hermann Meyer, Max Schmidt, Vincenzo M. Petruzzo, entre outros³⁰.

A grande riqueza natural do Brasil encorajou pesquisadores de várias regiões do mundo a desenvolverem suas pesquisas neste país. Alguns deles, por exemplo, optavam em residir definitivamente por aqui, sendo até naturalizados. Vale destacar, a pretexto destas

³⁰ Descrição do documento: Chandless William (Relatório com mapas do levantamento dos Rios Mauhé, Abacaxis e Canumã, 186?); Karl Von Den Steinen (Mapa do levantamento do caminho por terra de Cuiabá ao Batovy e da descida por este e pelo Xingú até Forte Ambé, 1884); Paul Ehrenreich (Finda a segunda expedição de Steinen, da qual ele fez parte. Ehrenreich voltou por terra de Cuiabá pelo Sul de Goiás, 1888); Henri Coudreau (O autor levantou em 1895-1896 o Tapajoz de Itaituba ao Slatto Augusto e o Telles Pires até as “Sete Quedas”, 1897); Hermann Meyer (Fez em 189? E 1898 duas expedições aos formadores do Xingú. Não consta que tivesse publicado relatórios e mapas, entretanto é muito provável que tivesse feito levantamentos topográficos, pois especialmente a sua última expedição foi feita com grandes recursos. 1898); Max Schmidt (Descrição da viagem feita pelo autor em 1900-1901, de Cuiabá ao Culissehu até a aldeia dos Auetí. 1901); Vincenzo M. Petruzzo (Petruzzo em 1931 fez dois vôos de reconhecimento sobre o Culissehu, Coluene e Sete de Setembro, visitando depois esses rios em canoa. 1931). Literatura sobre os formadores do Xingú, o Telles Pires e o Canumã, Rio de Janeiro, 1947. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

informações, o caso do alemão *Heinrich Maximilian Friedrich Hellmuth Sick*, mais conhecido como Helmut Sick. Este pesquisador chegou ao Brasil em 1939, interessado em coletar dados a respeito das aves brasileiras. Após iniciar sua expedição em território nacional resolveu não retornar à Alemanha, decidindo permanecer no Brasil e continuar seus estudos. Em 1946 Helmut Sick foi admitido pela FBC, na função de pesquisador, transformando-se num dos principais ornitólogos do país ao longo do século XX.

Durante sua passagem pela FBC, Sick desenvolveu vários estudos sobre aves, vegetais e minerais do Brasil Central. Outrossim, também se interessou em conhecer alguns hábitos indígenas durante suas expedições ao interior do Brasil, realizando, com isso, alguns estudos sobre determinadas tribos indígenas da região do Mato Grosso. Por fim, fez parte de projetos elaborados pelo Museu Nacional em parceria com a FBC, além de participar diretamente da elaboração do projeto que visava criar um Museu de Zoologia e Botânica em Aragarças.

Helmut Sick trabalhou na FBC por mais de quinze anos, precisamente entre os anos de 1946 e 1960. Ao longo desse tempo conseguiu coletar valioso e abundante material da fauna e flora brasileiras, reunindo importantes coleções de material zoológico. Estas coleções foram organizadas em colaboração com institutos científicos nacionais e estrangeiros. Grande parte de suas pesquisas, pelo menos as que ele considerou como as mais valiosas, foram desenvolvidas na região do Rio das Mortes e na região do Alto Xingú. Muitas espécies de aves destas regiões eram desconhecidas pela ciência, sendo descobertas e catalogadas pioneiramente por este naturalista. Em relatório à FBC, Sick relata um pouco de sua experiência na região do Xingú:

Seguindo á Expedição cheguei em Julho de 1947 no Acampamento Jacaré onde fiquei durante meio ano, voltando ao Rio em fevereiro do corrente. Trouxe de lá ricas coleções de material naturalístico, conservado seco e em líquido para servir a pesquisas sistemáticas. O meu interesse principal é pelo estudo da vida dos animais da região, especialmente dos pássaros, assunto sobre o qual reuni muitos dados³¹.

Inúmeros estudos de Sick ganharam notoriedade tanto no cenário nacional quanto no internacional. Como já exposto anteriormente, muitas de suas produções científicas foram publicadas em parceria entre a FBC, o Museu Nacional e algumas instituições de pesquisa científica. Sick também representou a FBC em alguns eventos científicos internacionais, sendo o XI Congresso Mundial de Ornitologia, realizado na Basileia, Suíça, entre os dias 24 de maio e 12 de junho de 1954, o mais importante deles. O Congresso reuniu cientistas do

³¹ Relatório de Helmut Sick à FBC – Pesquisa Biológica da FBC no Brasil Central; Dr. H. Sick, 07 de março de 1848. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

mundo inteiro, contando com a participação de mais de 600 ornitólogos. Durante o evento Sick promoveu uma conferência sobre a ‘avifauna brasileira’.

Entre as realizações de Sick que mais se sobressaíram nos meios científicos, destacam-se: amplas coleções de material zoológico, compreendendo mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes, insetos aranhas e outros invertebrados; variadas coleções de material botânico, abrangendo material seco para herbário e espécimes frescos para viveiro; estudos ecológicos, anotados e ilustrados por desenhos; estudos etnográficos, especialmente tocando a zoologia, a botânica e a fisiologia humana; documentação fotográfica, relativo a fauna e a flora do Brasil Central, referente aos índios da região e relativo às atividades da Expedição Roncador-Xingú.

Os resultados originários destas pesquisas foram publicados em numerosas revistas científicas nacionais e estrangeiras, além de serem aproveitados em publicações de livros e jornais. Entre estas publicações, destacam-se três valiosas descobertas deste pesquisador a respeito da natureza do Brasil Central, cujos títulos dos trabalhos são: *Sobre a extração do sal de cinzas vegetais pelos índios do Brasil Central*, publicado pela Revista do Museu Paulista, em 1949; *Uma nova raça de cardeal procedente do Brasil Central, “Paroaria Baeri Xinguensis”*, publicado pela Revista Brasileira de Biologia, em 1950; *Um novo Piprídeo do Brasil Central: “Pipra Vilasboasi”*, publicado também pela Revista Brasileira de Biologia, em 1959³².

É importante refletir sobre a passagem de Helmut Sick pela FBC. Mesmo desempenhando relevante papel no que tange a produção científica no Brasil nos momentos em que esteve vinculado a esta instituição, muitos de seus estudos foram destinados a entidades científicas alemãs gratuitamente. Esta atitude pode ser questionada, tendo em vista o contexto histórico da época, ainda marcado pelo interesse estrangeiro em conhecer – e extrair – as riquezas naturais do Brasil. Uma quantidade significativa de materiais coletados por Sick foram enviados a Centros de pesquisa e Museus de seu país de origem.

As pesquisas antropológicas também foram bem exploradas durante os anos de atuação das instituições aqui estudadas. Das instituições brasileiras o Museu Nacional foi a que mais investiu em expedições destinadas a desvendar as particularidades dos nativos do Brasil Central. Com relação aos estrangeiros, principalmente americanos, ingleses, alemães e franceses se revezavam em missões pelo interior do Brasil com o propósito de coletar o máximo de dados possível sobre os índios daqui. A documentação da FBC mostra duas grandes expedições antropológicas na década de 1940, sendo elas, a do antropologista

³² Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

americano Harry B. Wright e a do canadense Kalervo Oberg. Sobre a expedição do americano, que ocorreu em 1947, os documentos não são tão claros quanto às intenções deste pesquisador, o que é bem intrigante. No caso de Oberg, este desenvolveu estudos etnológicos no Xingu, em expedição organizada pelo Instituto americano *Smithsonian*, durante o ano de 1948. Esta expedição, por sua vez, foi questionada pelo então presidente da FBC naquele momento, Viçoso Jardim, alegando que também deveria participar da expedição brasileiros de boa idoneidade, a fim de evitar ‘permutas não necessárias’ ao objetivo dos estudos em vista. Em resposta ao presidente Viçoso Jardim, o diretor da *Smithsonian Institution*, Donald Pierson, encaminhou a seguinte justificativa:

Pode ficar certo de que representantes, como Dr. Oberg e eu, da Smithsonian Institution, a qual possui longa tradição de pesquisas em várias partes do mundo, têm interesse apenas em estudos que proporcionem adições aos nossos conhecimentos; nunca em competições estéreis e fúteis. É ponto de vista também americano. Aliás, em cartas, e por meio de comunicação verbal, sempre pedi, sinceramente, a colaboração do Museu Nacional e de todas as outras organizações de pesquisa neste grande país. O Brasil é tão extenso e são tão poucos pesquisadores, que há toda a necessidade de cooperação sincera e prolongada³³.

Outro caso que exige nossa atenção, e que foi motivo de embates entre a FBC, a Presidência da República, o Museu Goeldi (localizado no Estado do Pará) e o Museu Nacional, diz respeito a uma coleção de 9.400 peças de cerâmicas indígenas do Tapajós que a FBC adquiriu, mediante compra, de um americano – Robert Brown – em 1945. Em 1948 o governo do Estado do Pará solicitou à Presidência da República a doação, pela FBC, desta coleção ao Museu Goeldi. A FBC, por sua vez, não concordou com a decisão da presidência, causando certo estranhamento entre estas instâncias de poder. No início de 1951, o Museu Nacional interviu no caso solicitando à FBC, por empréstimo, a coleção de cerâmicas para realização de estudos. Neste caso a FBC decidiu, por meio de convênio, ceder a coleção ao Museu Nacional, não perdendo a propriedade sobre a mesma. Anos depois, em 1959, esta coleção seria doada definitivamente ao Museu Nacional.

O aspecto mais intrigante deste evento está na aquisição desta coleção de cerâmica pela FBC. A coleção estava sob a propriedade de um americano, guardada numa capela de Santarém, no Pará, e protegida, segundo a documentação, pelo governo dos EUA. Lamentavelmente a documentação não revela como os EUA adquiriu, antes mesmo de instituições brasileiras, esta coleção. É possível que tenha sido por alguma expedição

³³ Ofício encaminhado à presidência da FBC. Institute of Social Anthropology, Smithsonian Institution, Donald Pierson, 20 de maio de 1948. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

empreendida por cientistas norte-americanos em nosso território, e que tenha passado despercebida aos olhos dos órgãos de fiscalização. O fato é que, mesmo após aquisição pela FBC, esta coleção ainda continuou sendo alvo de cobiça de muitos pesquisadores estrangeiros. Em 1953 a arqueóloga americana Helen Palmatary, do Museu da Filadélfia, esteve no Brasil e desenvolveu muitos estudos sobre esta coleção de cerâmica – grande parte deles publicados nos EUA.

No que diz respeito às missões estrangeiras no Brasil Central, a década de 1950 foi pouco movimentada. A documentação não revela muita coisa neste aspecto, deixando uma lacuna incomum. Se atentarmos ao contexto daquele momento, os anos 50 foram de grande agitação político-militar e econômica, por corresponderem aos 10 anos iniciais da Guerra Fria. A produção científica das potências envolvidas neste conflito se acentuava e, de fato, o Brasil não deixou de ser alvo dos interesses destas potências. Por outro lado, não constam na documentação da FBC, pesquisas relevantes de instituições e pesquisadores estrangeiros no Brasil Central, no curso desta década. Outra explicação para esta lacuna pode estar no extravio desta documentação.

Ao contrário dos anos 50, a década de 1960 foi bastante agitada no que concerne às atividades científicas da FBC. Tanto as entidades de pesquisa nacionais quanto as estrangeiras investiram maciçamente, em parceria com a FBC, em projetos científicos no Brasil Central. Estiveram envolvidas em missões científicas no interior de nosso país, instituições nacionais como o CNPq, a Universidade do Brasil (UFRJ a partir de 1965), a Universidade de São Paulo (USP), além de outros órgãos de pesquisa. Das instituições estrangeiras a que mais merece atenção é a *Royal Geographical Society*, tendo em vista a quantidade de pesquisas desenvolvidas por esta instituição em território nacional. É importante destacar que durante esta década a FBC organizou uma de suas principais expedições de desbravamento do território brasileiro – a Expedição Xavantina-Cachimbo. Além disso, não podemos nos esquecer de que os anos 1960 ficaram marcados pela ascensão, por meio de um golpe, dos militares ao poder, dando início a um regime autoritário – fato que consumou a influência direta do interesse internacional, sobretudo dos EUA, no Brasil.

3.3.2 O caso da Expedição Xavantina-Cachimbo

A expedição Xavantina-Cachimbo, iniciada em meados de 1965 com tempo de duração estimado em três anos, foi organizada com o intuito de abrir uma rota de comunicação terrestre, por meio da construção de uma rodovia, entre Xavantina (no Sudoeste

do Mato Grosso) e a Serra do Cachimbo (no Sul do Pará). Esta expedição fazia parte do objetivo elementar da FBC, que era o de estabelecer uma via de comunicação terrestre entre a região Sudeste e a Amazônia brasileira. A região abarcada pela por esta expedição corresponde à área de transição entre o Cerrado e a Amazônia. As áreas percorridas por esta expedição eram praticamente inexploradas por qualquer atividade econômica ou científica, sendo, portanto, alvo de interesse de muitos órgãos de pesquisa nacionais e estrangeiros. Desta forma, o trabalho de desbravamento-colonização desempenhado pela FBC foi acompanhado por constantes incursões de pesquisadores.

Do ponto de vista econômico, a construção desta rodovia contribuiria com o escoamento da produção agrícola daquela região do Mato Grosso e Pará. Já do ponto de vista científico, esta iniciativa foi de grande relevância para as pesquisas no campo da antropologia, arqueologia, geologia, recursos minerais, botânica, além de muitas outras matérias de interesse cultural, social e econômico, já que a expedição passaria por áreas inteiramente desconhecidas.

A expedição partiu no início do mês de junho de 1965 de um local próximo à Vila de Xavantina (MT). De início, a expedição empregou 60 homens divididos em duas turmas: a de vanguarda, responsável por fazer o estudo do terreno e abrir picadas; e a de retaguarda, encarregada de construir a estrada e de providenciar as provisões. Ainda em 1965, a expedição percorreu um total de 210 quilômetros, construindo, neste trajeto, uma rodovia, oito campos de pouso e várias pontes. A FBC esperava, com a expedição Xavantina-Cachimbo, atingir o Posto de Cachimbo, no Pará, em 1967, após abrir 800 quilômetros de estrada, visando efetivar a ligação Brasília-Manaus por via terrestre – objetivo do qual a estrada entre a Vila Xavantina e o Posto de Cachimbo correspondia apenas a uma parte.

Com a chegada dos militares no poder, em 1964, a presença de instituições de pesquisa estrangeira no país, sobretudo nas atividades da FBC, se intensificou. Em muitos documentos deste período se encontra o argumento de que o trabalho de desbravamento da FBC não poderia ser realizado sem a ajuda de organismos estrangeiros. Isto fica claro em ofício expedido pelo presidente da FBC, Aloysio Lontra Netto, em 1964, ao embaixador de Portugal, a respeito do trabalho de desbravamento que a FBC efetuava no Brasil Central. Segundo Aloysio:

[...] No mundo moderno, pode-se mesmo afirmar que tamanha tarefa **[desbravamento-colonização]** transcende às responsabilidades nacionais, para converter-se um problema de toda a Humanidade, na sua batalha em busca do bem-estar, da prosperidade e da fartura. Obra extraordinária em que esteve presente, desde o princípio, a bravura e o espírito criador da raça portuguesa, a Civilização

Brasileira mantém com a Pátria de Vossa Excelência indissolúveis laços de amizade e de colaboração. Os notáveis feitos do colonizador português, quer no passado ou no presente, são acompanhados com admiração pelo povo brasileiro. [...] De resto, nada impede que a Fundação mantenha laços de colaboração nesse sentido, com quaisquer Entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras³⁴. (Grifo nosso).

Voltando à expedição Xavantina-Cachimbo, esta se apresentou como uma grande ação de desbravamento do Brasil Central, além de tornar possível a existência de toda uma atmosfera científica no transcurso de suas atividades. Na medida em que o serviço de vanguarda da expedição avançava, igualmente avançavam os convênios entre a FBC e muitas instituições de pesquisa. Universidades de várias localidades do Brasil e do mundo procuraram a FBC para estabelecer tais convênios, sendo estes, na maioria das vezes, bem sucedidos. Também se envolveram na expedição, direta e indiretamente, alguns departamentos do Exército brasileiro, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério da Saúde, o Ministério das Relações Exteriores, o Serviço de Proteção ao Índio, além de muitos órgãos Estaduais e Municipais.

A iniciativa de estabelecer convênios com outros órgãos também partiu da FBC. O presidente em exercício, naquele momento, Aloysio Lontra Netto, como já citado, enviou uma série de ofícios para instituições nacionais e internacionais avisando sobre a idealização da expedição Xavantina-Cachimbo. Aloysio buscava, com isso, estabelecer parcerias entre estas instituições e a FBC, argumentando sobre os benefícios científicos que esta expedição poderia trazer à humanidade. Em ofício ao Reitor da Universidade de Recife, Aloysio explicava:

A expedição cruzará por regiões nunca palmilhadas por seres civilizados, algumas delas habitadas por populações indígenas que jamais tiveram qualquer contato com nossa gente; além da fauna e da flora, que podem ser objeto de pesquisas, essas regiões oferecem, também, aos estudiosos, a oportunidade de prospecções de solo e subsolo visando ao levantamento de dados sobre recursos naturais e às perspectivas de seu aproveitamento. [...] As entidades interessadas poderão beneficiar-se das facilidades oferecidas pela Fundação, uma vez que com ela entrem em contato para convencionar a concretização dos planos de colaboração a serem aprovados³⁵.

Em outros casos, Netto aproveitava da presença de alguns pesquisadores em universidades brasileiras – motivados por algum evento ou convite especial – para reiterar seu desejo de contar, nas atividades da FBC, com o apoio e colaboração de pesquisadores de

³⁴ Ofício encaminhado ao Embaixador de Portugal, João de Deus Ramos, 21 de dezembro de 1964. Aloysio Lontra Netto, presidente da FBC. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

³⁵ Ofício ao Reitor da Universidade do Recife, Dr. Murilo Humberto de Barros Guimarães, 3 de junho de 1965. Aloysio Lontra Netto, presidente da FBC. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

instituições estrangeiras. Em correspondência oficial ao Professor Visitante na Universidade Nacional de Brasília, Dr. Robert Norman Berryman, vinculado à Universidade de Nova Iorque, Netto encaminhava, em julho de 1965, o seguinte texto:

Doctor Robert Norman Berryman, Ph. D., Visiting Titular Professor of Experimental Psychology at the National University of Brasilia, is hereby empowered by the President of the Fundação Brasil Central, whose signature appears below, to enter into contact, in the name of this institution, with Universities, Foundation, Scientific Organizations, and other interested groups, with the view of establishing an atmosphere of understanding conducive to mutual cooperation in scientific research and in solving the pioneering problems of populating undeveloped areas, building centers of agricultural and industrial production, facilitating the interactions of peoples with different traditions-problems which all fall within the scope of action of the Fundação Brasil central³⁶.

Muitas Embaixadas, através de seus respectivos representantes, procuraram a FBC na tentativa de firmarem acordos para que instituições de seus países pudessem desenvolver estudos nas áreas exploradas pela expedição Xavantina-Cachimbo. Entre elas, destacam-se as embaixadas da Grã-Bretanha, França, Suíça, Canadá e EUA. O interesse por nossos recursos, em muitos documentos era claro e, por mais que os militares brasileiros, detentores do poder naquele momento, insistissem na tese da soberania nacional, o que se percebia na verdade era a entrega quase gratuita destes recursos ao capital estrangeiro – o que contribui para a confirmação de nosso argumento sobre a submissão brasileira ao imperialismo. O governo brasileiro, por exemplo, contribuiu com a divulgação da expedição Xavantina-Cachimbo, tanto em mídias nacionais quanto em internacionais. Isto motivou, mais ainda, o interesse de pesquisadores estrangeiros – de renome ou não – em desenvolver seus estudos no Brasil Central. Em correspondência à Divisão de Difusão Cultural da USP, o suíço J. M. Jaquet encaminhava o seguinte pedido:

J'ai appris par la presse de Genève qu'une grande expédition scientifique était à l'oeuvre dans le Centre-Ouest brésilien, pour étudier cette région dans des domaines très variés. Je suis licencié en Géologie et Minéralogie et termine en ce moment mon Diplôme d'Ingenieur géologue à l'Université de Genève (Suisse). Je serais très vivement intéressé de savoir si votre Fondation serait disposée à accepter le concours d'un jeune géologue et si oui, dans quelles conditions. De mon côté, je

³⁶ Ofício encaminhado a Robert Norman Berryman, 13 de Julho de 1965. Aloysio Lontra Netto, presidente da FBC. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal. Trad. O Dr. Robert Norman Berryman, Ph. D., Professor Visitante Titular de Psicologia Experimental na Universidade Nacional de Brasília, está autorizado pelo Presidente da Fundação Brasil Central, onde a assinatura aparece abaixo, a entrar em contato, em nome desta instituição, com Universidades, Fundações, Organizações Científicas e outros grupos interessados, com o objetivo de estabelecer uma atmosfera de compreensão conducente à cooperação mútua em pesquisa científica e resolver os pioneiros problemas da população de áreas não desenvolvidas, construção de centros de produção agrícola e industrial, facilitando as interações de pessoas com diferentes tradições - problemas que se enquadram no âmbito de ação da Fundação Brasil central.

serais prêt à vous communiquer tous les renseignements me concernant, ainsi que les références nécessaires³⁷.

A respeito das atividades científicas estrangeiras desenvolvidas durante os trabalhos da expedição em questão, sem dúvida a *Royal Geographical Society* e a *Royal Society*³⁸, instituições Britânicas, foram as que estiveram mais envolvidas nas pesquisas desenvolvidas nas áreas desbravadas. Tais pesquisas de natureza variada, mas a maioria delas no campo da geologia e da mineralogia. De fato o golpe de 1964 abriu as portas do Brasil, definitivamente, aos interesses econômicos das grandes potências capitalistas. É importante lembrar que o poder público federal, durante os anos de existência da expedição Xavantina-Cachimbo, era composto, em sua maioria, por militares, inclusive o presidente da FBC daquele período, Aloysio Lontra Netto. Este, a propósito, foi o responsável por encaminhar o convite oficial da FBC à RS/RGS, encorajando esta instituição a participar da expedição.

Assim que recebeu o convite, em meados de 1965, a RS/RGS comunicou a Embaixada do Brasil, em Londres, o interesse de participar das atividades científicas da expedição Xavantina-Cachimbo. A resposta da RS/RGS foi imediata, manifestando o desejo de receber mais informações sobre a expedição, e afirmando, em telegrama ao presidente da FBC enviado pelo Diretor e Secretário da *Royal Geographical Society*, Laurence Kirwan, que a preocupação da RS/RGS com a pesquisa geográfica e científica no Brasil era uma realidade que se arrastava há anos. Este convênio seria firmado definitivamente em 1966, quando a RS/RGS começou a enviar seus primeiros pesquisadores; os ecologistas Dr. A. F. Mackenzie (membro da RGS), Dr. M. F. D. Poore (Departamento Florestal de Oxford) e Dr. Hunt (Reais Jardins Botânicos de Kew).

Estes respectivos pesquisadores estavam encarregados de fazer um levantamento inicial das áreas que seriam exploradas pela expedição oficial, programada para começar a partir de maio de 1967. Para a expedição principal a RS/RGS elaborou um plano de trabalho que continha, inicialmente, um cientista do solo, um ecologista de floresta, um zoologista de

³⁷ Ofício à Divisão de Difusão Cultural da Universidade de São Paulo (USP). Genebra, 4 de Novembro de 1965. J. M. Jaquet (Assistente no Laboratório de Geologia da Universidade de Genebra). *Expédition scientifique patronnée par la Fondation di Brésil Central*. Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal. Trad. Tomei conhecimento pela imprensa de Genebra que uma grande expedição científica estava ocorrendo no Centro-Oeste do Brasil para estudar esta região em uma ampla variedade de campos. Eu tenho um diploma em Geologia e Mineralogia e atualmente estou concluindo meu diploma de Engenharia em Geologia na Universidade de Genebra (Suíça). Eu ficaria muito interessado em saber se sua fundação está disposta a aceitar a ajuda de um jovem geólogo e, em caso afirmativo, em que condições. Por minha parte, estaria pronto para enviar-lhe todas as informações relativas a mim e as referências necessárias.

³⁸ O trabalho destas instituições nas atividades científicas da expedição Xavantina-Cachimbo se deu de forma conjunta. Embora sejam instituições diferentes, seus objetivos e nomes, pela semelhança, se confundem. Para facilitar a compreensão, no texto deste trabalho utilizaremos da abreviação RS/RGS (assim como consta na documentação oficial) para nos referirmos a ambas as instituições.

vertebrados, um antropologista social e um doutor em medicina. Além disso, os pesquisadores britânicos contariam com a colaboração de pesquisadores de entidades nacionais, principalmente da Universidade Nacional de Brasília e da Universidade de São Paulo.

No final do ano de 1966 a RS/RGS apresentou seu primeiro relatório as autoridades britânicas e também à FBC. Este se intitulava “Expedição de Reconhecimento para o Brasil Central”, sendo elaborado pelos pesquisadores A. F. Mackenzie, D. R. Hunt e I. R. Bishop – este último integrou-se à expedição posteriormente. O relatório contém a descrição minuciosa de todo o desenrolar da expedição, narrando a trajetória dos pesquisadores da RS/RGS de Londres ao Brasil, bem como do percurso do Rio de Janeiro até Xavantina, passando também por São Paulo e Brasília. Consta também, neste relatório, depoimentos dos pesquisadores em relação ao encontro deles com autoridades do CNPq, da Universidade de Brasília, da USP e, curiosamente, da PROSPEC S/A (Empresa especializada em estudos do solo).

Além destas questões, o relatório aponta algumas observações a respeito do solo, da vegetação e dos animais da região desbravada pelos expedicionários da Xavantina-Cachimbo. Contudo, o aspecto mais intrigante deste relatório refere-se à fiscalização desta expedição estrangeira. Como já exposto anteriormente, a exploração científica por parte de pesquisadores estrangeiros que pretendiam desenvolver suas pesquisas no Brasil necessitava de uma licença para exploração, expedida pelo CFE. Entretanto, a RS/RGS foi autorizada, pelo Ministério da Agricultura, a desenvolver seus estudos sem a necessidade de emissão de licença pelo órgão de fiscalização. Com isso, a responsabilidade de acompanhar os expedicionários britânicos durante seus estudos ficou a cargo apenas da FBC.

Outro ponto conflitante contido no texto do relatório diz respeito ao interesse de outras nações em desenvolver estudos científicos no Brasil Central. Entende-se, com isso, que os militares estavam realmente dispostos a oferecer todo tipo de facilidade para que a iniciativa estrangeira viesse a se interessar pelas riquezas naturais do Brasil, tendo em vista que este interesse também era motivado pelos convites que o governo brasileiro enviava a muitos países. De fato o governo brasileiro conferiu grande autonomia aos trabalhos da RS/RGS em território nacional, revelando um dos traços marcantes da dependência. Em determinado momento do relatório os pesquisadores informam:

Entendemos que, não obstante terem sido enviados convites a vários países, a Grã-Bretanha foi o primeiro a dar os passos decisivos para incorporar-se a esse programa. O Canadá, Alemanha, Holanda, Bélgica, França e vários outros países demonstraram interesse (acreditamos que os russos, ao terem conhecimento de nossa visita, indicaram que estariam interessados, porém não receberam convite). Como fomos os primeiros a chegar, e muito bem acolhidos por tão rápido atendimento, é

de se esperar que tenhamos a liderança de quaisquer programas de pesquisas que venham a se desenvolver no futuro³⁹.

O trabalho de reconhecimento efetuado pelos cientistas britânicos em 1966 foi fundamental para que o interesse da RS/RGS se mantivesse firme para a expedição principal, programada para o início de 1967. O plano esquemático da expedição principal foi organizado com vistas a promover estudos relacionados à ciência do solo, ecologia das plantas e dos vertebrados, além de contemplar estudos no campo da parasitologia. O financiamento da expedição em questão ficou a cargo das instituições convidadas (RS/RGS), cabendo a FBC contribuir com apoio logístico – transporte aéreo e terrestre, principalmente.

Os ingleses da RS/RGS iniciaram suas pesquisas, já na expedição principal, por volta de maio de 1967. Nesta ocasião a FBC enfrentava grave crise econômica, respondendo, inclusive, a muitos inquéritos por irregularidades administrativas. É possível que, por conta disto, a instituição tenha deixado de acompanhar de perto as explorações científicas realizada pelos ingleses, ocasionando em certo afrouxamento da fiscalização. Sobre esta questão é importante lembrar, como já exposto, que a RS/RGS não contava com licença para efetuar suas pesquisas. Esta licença deveria ser expedida, na época, pelo CFE, o que não ocorreu. O descuido da FBC, seguido pela grande autonomia que os pesquisadores ingleses acabaram possuindo, acarretou questionamentos por parte do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

A partir disto, o Conselho de Segurança Nacional passou a exigir da FBC maiores explicações a respeito da expedição científica empreendida pela RS/RGS nas áreas de desbravamento da expedição Xavantina-Cachimbo. Segundo o CSN, a FBC estava sendo omissa em relação aos trabalhos científicos da RS/RGS, o que poderia comprometer a segurança interna do país. Em junho de 1967 o Ministro das Relações Exteriores, Sérgio Corrêa da Costa, encaminhou um ofício ao Coronel Dalmo Pragana, Secretário-Geral do Ministério do Interior, questionando esta omissão da FBC. O Ministro assim relatou:

Em decorrência dessa omissão, encontramos-nos diante de uma situação de fato, surgida da circunstância de já se encontrarem no Brasil os cientistas ingleses designados pela “Royal Society”, nos termos de convite que lhe dirigira a Fundação Brasil Central. Importa, por conseguinte, encontrar-se solução adequada e imediata, de molde a resguardar o prestígio da administração federal brasileira. [...] Entende o Itamaraty que esse Ministério efetuará, ou estará efetuando, consulta urgente à

³⁹ Relatório elaborado pela RS/RGS. Expedição de Reconhecimento para o Brasil Central. A. F. Mackenzie, I. R. Bishop, D. R. Hunt. Outubro de 1966. (Original em Inglês). Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional sobre os aspectos específicos de segurança interna⁴⁰.

Em julho de 1968, já com a FBC extinta, o CSN solicitou ao Serviço Nacional de Informações (SNI), através de documentação confidencial e sigilosa, as seguintes averiguações a respeito da exploração científica da RS/RGS: nomes dos componentes estrangeiros e nacionais, com suas respectivas funções na expedição; trabalhos já apresentados; espécie da participação nacional; previsão do encerramento das pesquisas; se o aparelho técnico da pesquisa ficaria no Brasil; além de outros dados julgados úteis. Estas condições foram impostas como condição para que os ingleses continuassem suas pesquisas.

A expedição Xavantina-Cachimbo abriu cerca de 400 quilômetros de estrada até ser interrompida. É possível que o processo de transição entre a FBC e a SUDECO tenha contribuído para o enfraquecimento, e até mesmo para o abandono, gradativo, desta expedição. Sendo assim, o projeto inicial de três anos não foi cumprido. A abertura da estrada ligando Xavantina ao Posto de Cachimbo foi retomada por volta de dez anos depois. No entanto, desta vez, o trabalho de abertura foi atribuído a empreiteiras.

3.3.3 SUDECO – principais convênios de pesquisa

A FBC foi extinta em dezembro de 1967, sendo substituída pela SUDECO. Esta, por sua vez, assumiu grande parte das responsabilidades da antiga FBC. O estatuto da SUDECO mantinha muitos artigos do antigo estatuto da FBC, principalmente os relacionados ao desbravamento-colonização. Também foi mantida pela SUDECO a política de exploração científica que vinha acontecendo desde a década de 1940. Por outro lado, foi dada a esta nova instituição a incumbência de atuar na promoção do desenvolvimento agroindustrial, contribuindo com o apoio ao estabelecimento de atividades produtivas e com a modernização agrícola do Brasil Central.

Após a criação da SUDECO houve considerável declínio das expedições científicas, sobretudo das expedições estrangeiras. Ao menos, não consta na documentação uma quantidade muito expressiva de pesquisas científicas desenvolvidas pela iniciativa estrangeira. Os primeiros anos de atuação da SUDECO correspondem aos anos mais agressivos da ditadura militar brasileira – final dos anos 1960 e início dos 1970. Deste modo, o extravio

⁴⁰ Expedição Xavantina-Cachimbo – participação de cientistas ingleses. Ofício encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores ao Ministério do Interior, 13 de junho de 1967. (Urgentíssimo – Reservado). Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

destes documentos não pode ser desconsiderado, tendo em vista que a atividade científica estrangeira no país estava diretamente envolvida com a questão da integridade territorial brasileira, sendo, portanto, um caso de segurança nacional.

Em contrapartida, o declínio na quantidade de expedições científicas estrangeiras no Brasil não significou a inexistência de atividade dessa natureza no país. A SUDECO continuou investindo maciçamente neste setor, especialmente em pesquisas destinadas à identificação de reservas minerais no Brasil Central. Ao longo da década de 1970, a maioria das expedições científicas organizadas por esta instituição ocorreu em parceria com o Ministério das Minas e Energia. Estas expedições, por seu lado, também contavam com a colaboração de pesquisadores estrangeiros, interessados em conhecer os recursos minerais da região que poderiam ser utilizados nas indústrias de seus respectivos países – interesse também compartilhado pelo governo brasileiro, fornecedor destes recursos aos países industrializados. O que se percebe, com isto, é que a presença estrangeira no Brasil Central, a partir da criação da SUDECO, se deu mais pelos acordos econômicos – os quais reiteravam o papel do Brasil como país exportador de produtos primários, principalmente minérios e grãos – e menos pela atividade científica.

Não há registros, na documentação da SUDECO, de tentativas de extravio de recursos naturais do Brasil por parte de entidades ou indivíduos estrangeiros. Este tipo de problema era mais comum nos tempos da FBC, momento em que a atividade científica estrangeira no país também era mais intensa. O CFE também foi extinto em 1967 e grande parte de suas funções foram absorvidas pelo CNPq. O fortalecimento das instituições de pesquisa do Brasil não deixa de ser, também, uma das causas da contenção da pesquisa estrangeira em território nacional. É importante o registro de que com o tempo os órgãos de pesquisa nacionais ganharam mais autonomia, o que refletiu em melhoramento de laboratórios e na valorização do cientista brasileiro.

Os setores agropecuário e mineral foram os que mais receberam a atenção da SUDECO, tanto do ponto de vista econômico quanto científico. No tocante à agropecuária do Brasil Central, o setor público, através do governo federal, dos governos estaduais, e da SUDECO, atuaram de forma intensiva no sentido de efetivar as reais condições de desenvolvimento, com a implantação de projetos de colonização, principalmente nas áreas de maior aptidão agrícola, visando ordenar e fixar produtivamente colonos nas áreas rurais. Quanto ao setor mineral, a SUDECO atuou por intermédio de parcerias com empresas privadas, muitas delas instituições estrangeiras de renome mundial, a saber, a *British Petroleum/Brascan* e a *Anglo-American*, ambas sediadas no Reino Unido. Grande parte dos

esforços destes dois grupos estrangeiros – multinacionais conhecidas no campo da exploração de recursos minerais – se concentrou nas regiões de atuação da SUDECO.

Estas empresas (ainda atuantes), multinacionais monopolistas, ao longo dos anos 1980, desenvolveram uma série de estudos e pesquisas a respeito das riquezas minerais do Brasil Central. Mais da metade do capital investido na exploração de minerais nas regiões Norte e Centro-Oeste, neste período, advinha destas instituições. No que concerne à pesquisa mineral em território brasileiro, as duas empresas mencionadas tiveram papel relevante durante os anos de atuação da SUDECO. Estes grupos estrangeiros receberam do Estado brasileiro concessões para atuar, através da pesquisa e da extração de minérios, em todo o Brasil Central, o que atesta a presença predominante do capital estrangeiro na ocupação do subsolo brasileiro naquele período.

Outro ponto importante da história da SUDECO que envolve aproximação com outros países está no “Acordo de Cooperação Técnica e Científica/Brasil – República Francesa”. Este ajuste entre o Brasil e a França foi firmado em 1967, no entanto, ao longo dos anos 1970, acabou caindo no esquecimento. A partir do início dos anos 1980 o acordo foi reafirmado, quando os primeiros tratados foram consolidados. O acordo de cooperação técnica-científica foi assinado entre o governo francês, através da Agência de *Cooperation et Aménagement*, e o governo brasileiro, através da SUDECO, tendo como objetivo fundamental desenvolver estudos para a concepção de modelos de desenvolvimento regional adequados ao Centro-Oeste, permitindo determinar, por meio destes estudos, as funções da região e as atividades prioritárias para o seu desenvolvimento. A ocupação de espaços vazios de atividade produtiva do Brasil Central também era parte do acordo.

Por meio dele, a SUDECO esperava avançar em seu propósito de contribuir com o desenvolvimento das regiões em que atuava. Desta maneira, as equipes técnicas e científicas francesas estariam incumbidas da responsabilidade de desenvolver um projeto⁴¹ com a finalidade de fazer um levantamento geral a respeito do território da região Centro-Oeste do Brasil, tendo como meta sistematizar informações sobre a organização territorial do Centro-Oeste. De acordo com o termo do acordo, era preciso que novas informações sobre o Centro-Oeste fossem geradas a partir da cooperação técnica-científica internacional. Entre as informações que o texto do acordo faz menção, destacam-se aquelas relativas à: malha urbana; industrialização; demografia; rede viária; infraestruturas; assistência técnica e

⁴¹ O Projeto foi intitulado de “Organização Territorial e Funções Econômicas do Centro-Oeste”, sendo assinado em 17 de janeiro de 1983 pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador francês Robert Richard. Acervo da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Caixa 11). Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

pesquisa; produção agrícola; matérias primas; tecnologia; posse e uso da terra; e mobilidade espacial⁴².

Em suma, o acordo consistia numa estratégia da SUDECO de obter investimentos estrangeiros para a região Centro-Oeste. Sem dúvida o acordo buscava, através de estudos e pesquisas, evidenciar as potencialidades naturais do Centro-Oeste, no intuito de contribuir com a integração econômica da região – por meio da exportação de excedentes agrícolas – com áreas industrializadas do Brasil e do mundo. Sendo assim, o trabalho de cooperação e desenvolvimento entre a SUDECO e o governo francês auxiliaria na composição de um quadro de referências sobre a região Centro-oeste do Brasil, propagandeando, a nível mundial, sua condição de produtora de bens primários. O órgão francês responsável pela realização do estudo foi o DATAR (Delegation à L' Aménagement du Territoire et à L'Action Régionale), instituição que desempenhou papel pioneiro em análises prospectivas do território.

Grande parte das ações desenvolvidas pela chamada “Missão Francesa⁴³”, voltaram-se para os aspectos relacionados a racionalização do uso do espaço e dos recursos naturais. Ou seja, as ações se concentraram em grande medida na questão do desenvolvimento do setor primário. Os pontos mais explorados por estas ações foram: modernização da estrutura agrária regional; evolução da pesquisa da extensão rural e fomento à diversificação da produção agrícola; intensificação da pecuária. O acordo se estendeu até o fim da década de 1980, contribuindo com a modernização agrícola da região. Com efeito, tem-se que a chamada “Missão Francesa”, pelo papel que desempenhou, colaborou com a manutenção do Brasil na condição de país produtor de bens primários e, portanto, exportador de matérias primas e de alimentos, reforçando o lugar ocupado por sua economia na divisão internacional do trabalho.

⁴² Acordo de Cooperação Técnica e Científica/Brasil – República Francesa. Memória da fase preparatória. Fevereiro de 1983. Acervo da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Caixa 11). Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

⁴³ Termo muito utilizado na documentação para se referir as ações do acordo Franco-Brasileiro.

CONCLUSÃO

A Fundação Brasil Central (FBC) e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) foram instituições estatais que, entre as décadas de 1940 e 1980, atuaram no processo de integração econômica do Brasil Central aos quadros da economia nacional e internacional. Desse modo, estas instituições representavam os interesses do Estado brasileiro em ocupar os denominados “espaços vazios” de atividade produtiva do Centro do país (o que engloba áreas das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil).

Ao passo que estas instituições avançavam em sua tarefa de desbravamento do território brasileiro, avançavam, concomitantemente, as pesquisas científicas sobre os recursos naturais destas áreas. Na verdade, a organização de programas de pesquisas técnicas e científicas compunha uma das funções de ambas as instituições, a FBC e a SUDECO. Estas pesquisas foram desenvolvidas com o intuito de conhecer e explorar os recursos naturais do Brasil Central. Neste caso, tanto a FBC quanto a SUDECO atuaram em parceria com instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras.

A constante presença de entidades de pesquisa estrangeiras, por meio de missões científicas, nas áreas de atuação da FBC/SUDECO, foi o que levantou o interesse em desenvolver esta pesquisa. Sendo o Brasil Central uma parte do território nacional preñado de riquezas naturais, o grande afluxo de pesquisadores estrangeiros nestas áreas se justificava pelo interesse internacional em explorar os recursos naturais do Brasil. Esta prática, por sua vez, foi parte da estratégia imperialista das grandes potências, empenhadas em explorar matérias primas, sobretudo dos países de economias dependentes. Ou seja, uma estratégia típica do modo de produção capitalista, no contexto de atuação das Instituições FBC e SUDECO.

A presença do capital imperialista no processo de integração do território do Brasil Central ao contexto econômico internacional foi um elemento subjacente ao processo de integração do território nacional e de atuação das Instituições FBC/SUDECO. Isto se confirma pela grande quantidade de missões científicas que ocorreram no Brasil, possibilitadas por meio do financiamento estrangeiro, dentre outras fontes de obtenção de recursos. O volume de pesquisas que constam na documentação da FBC/SUDECO voltadas para a exploração da fauna e flora brasileiras é bem extenso, sobretudo a respeito da prospecção de minérios. Esta documentação revela uma quantidade expressiva de estudos científicos realizados no Brasil Central por iniciativa estrangeira.

O processo de ocupação do território Brasil Central contou fundamentalmente com a ação da FBC e da SUDECO. Esta ação corresponde ao período da história brasileira marcado pela iniciativa do Estado em promover políticas de expansão da fronteira. A partir da década de 1930, sobretudo com a consolidação do Estado Novo, de Vargas, uma série de campanhas foram organizadas pelo Estado com o intuito de promover o povoamento e o desenvolvimento econômico do Brasil Central. A idealização do programa Marcha para o Oeste e a criação da FBC foram os grandes exemplos deste período. Com a instauração da ditadura militar, a SUDECO passou a representar esses ideais e interesses.

Fez parte do trabalho de ocupação da fronteira, as missões científicas que ocorreram no âmbito da FBC/SUDECO. O espaço da fronteira, neste caso, foi também espaço de expansão da atividade científica e, esta última, por sua vez, uma atividade característica do avanço capitalista. Desta maneira, a fronteira do Brasil Central foi terreno para as inovações da expansão capitalista, sendo também, alvo da cobiça imperialista.

A análise da documentação da FBC/SUDECO confirma nosso pressuposto inicial, de que as missões científicas estrangeiras vinculadas a FBC e a SUDECO foram elaboradas na conjuntura de uma política de domínio territorial. O acervo da FBC apresenta mais elementos que colaboram com a validade deste estudo, pois, ao longo de sua existência, o ritmo da atividade científica no Brasil foi bem mais intenso. O acervo da SUDECO, por outro lado, neste sentido é mais modesto, no entanto, ao longo de sua atuação, também se desenrolaram algumas expedições científicas sob sua orientação.

Outra conclusão importante a respeito desta pesquisa está na compreensão de que as muitas expedições científicas estrangeiras que ocorreram no Brasil Central, desenvolveram-se sob as condições de um capitalismo dependente e periférico. Daí a importância de se lançar mão da teoria marxista da dependência como sustentação teórica para a análise, pois, neste sentido, estas expedições representavam os interesses das grandes potências em subordinar ainda mais, através do monopólio do conhecimento científico, os países subalternos, de economias dependentes. A partir desta lógica, a ciência se apresenta como um elemento fulcral do poder imperialista, mormente no estágio de avanço das forças produtivas que caracterizava o período de estudo.

Também é importante destacar que a opção pelo materialismo dialético foi fundamental para a compreensão deste estudo. O conhecimento sobre as riquezas naturais e minerais do Cerrado permitiu um melhor entendimento acerca do conhecimento do país, contribuindo também com o progresso da ciência. Por outro lado, a forma como este

conhecimento se deu – a partir de desígnios imperialistas – contribuiu para a reprodução de um capitalismo dependente. Este movimento é, portanto, dialético.

Esta pesquisa não esgota todo assunto pertinente aos programas de pesquisa científica que ocorreram no Brasil ao longo do século XX. O estudo aqui apresentado, por sua vez, se limita apenas ao recorte histórico que corresponde ao momento de atuação das instituições supracitadas (FBC e SUDECO). Com isso, algumas lacunas foram abertas, exigindo a continuação de novos estudos a respeito do tema. Contudo, esperamos com este estudo, contribuir com pesquisas futuras acerca das questões aqui levantadas, podendo oferecer informações sobre a realidade histórica, econômica e política do Brasil, especialmente sobre as regiões Centro-Oeste e Norte do país.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015. 223 p.
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Físicos, Mésons e Política: a dinâmica da ciência na sociedade**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Mast/CNPq, 1999. 261 p.
- AZEVEDO, Fernando de. **As Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 461 p.
- BECKER, Bertha. A expansão da fronteira e a ocupação do espaço regional – o norte de Goiás – sul do Pará. In: **Anais do Seminário Expansão da fronteira agropecuária e meio ambiente na América Latina**. Brasília, 1981.
- BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000. 172 p.
- BRUIT, Héctor H. **O imperialismo**. São Paulo: Atual, 1994. 92 p. (Discutindo a História).
- CARDOSO, Ciro Framarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 327 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru: Edusc, 2005. 284 p.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 54 p.
- FERREIRA, Manuel Rodrigues. **História dos irmãos Villas Boas: Fundação Brasil Central, Expedição Roncador-Xingu, Parque Indígena do Xingu**. São Paulo: RG Editores, 1997. 189 p.
- FERREIRA, Paulo Sérgio Souza. **O imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo**. São Paulo: FFLCH/USP, 2013. 102 p. (Série Produção Acadêmica Premiada).
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 388 p.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1987. 248 p.
- GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs.). **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 157-191.

GARCIA, João Carlos Vitor. **Álvaro Alberto: a ciência do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto:PETROBRÁS, 2000. 55 p.

GARCIA, Afranio; PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das letras. 2001. p. 39-77.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997. 245 p.

_____. Mudanças no Estado e na política agrícola brasileira (1970-1990). In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte Da. (Org.) **Relações cidade – campo: fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, 2000. p. 219-245.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 444p.

_____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 375 p.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Coleções e Expedições Vigeadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998. 341 p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 201 p.

HOBSON, J. A.. **Estudio del Imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981. 343 p.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. 181 p.

_____. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 255 p.

JAGUARIBE, Hélio; SABATO, Jorge; CARDOSO, Fernando Henrique. Ciência, Tecnologia e Relações Internacionais. In: MACHADO, Eduardo; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DAGNINO, Renato Peixoto (Orgs.). **Ciência, Tecnologia e Independência**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

LAVINAS, Lena; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Fronteira: terra e capital na modernização do campo e da cidade. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs.). **Brasil, Território da Desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global editora, 1979. 127 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 516 p.

MACIEL, Dulce Portilho. **Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro.** Revista Plurais, 2005. v. 1, n.2, p.145-161.

_____. Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; MELO, Marcelo de (Orgs). **Território, cidades e cultura no cerrado.** Anápolis: UEG, 2012, p. 29-52.

_____. O estado brasileiro na integração de espaços “vazios” ao conjunto da nação: ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: LUNA, Divina Aparecida Leonel; XAVIER, Glauber Lopes; LUZ, Janes Socorro (Orgs.). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território.** Anápolis: UEG, 2015, p. 245-260. (Coleção Tessituras do Cerrado).

_____. Pesquisa Científica Rumo ao Oeste (1933-1968): pioneirismo sob vigilância. Anápolis, 2006. Projeto de Pesquisa. (Relatório Final de Atividades). Mimeo.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial: o caso da Fundação Brasil Central.** Rio de Janeiro: FGV, 2012. 224p.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução.** Florianópolis: Insular, 2014. 272 p.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1982. 181p.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis: VOZES, 1983. 185 p.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997. 213 p.

MARX, Karl. **A acumulação primitiva do capital.** Porto: Publicações Escorpião, 1974. 93 p. (Cadernos O Homem e a Sociedade).

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. 283 p.

_____. **O Capital: crítica da economia política (Livro I).** São Paulo: Boitempo, 2013. 1493p.

MUELLER, Charles C. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983. 363 p.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional.** Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. 242 p.

SAES, Flávio Azevedo Marques; SAES, Alexandre Macchione. O Imperialismo e a Primeira Guerra Mundial. In: _____. **História Econômica Geral.** São Paulo: Saraiva, 2013. P. 293-313.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. A constituição do meio técnico-científico-informacional e a renovação da materialidade no território. In: _____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. p. 55-92.

_____. A constituição do meio técnico-científico-informacional, a informação e o conhecimento. In: _____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. p. 93-104.

SANTOS, Theotônio Dos. **Imperialismo e corporações multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 111 p.

_____. **Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983. 169 p.

_____. **Teoria da dependência – balanço e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2015. 232 p.

SILVA, José Graziano Da. **A modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982. 191 p. (Coleção Agricultura e Sociedade).

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 152 p.

SOUZA, Heitor G. de; ALMEIDA, Darcy F. de; RIBEIRO, Carlos Costa. **Política Científica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. 293 p. (Coleção Debates).

SZMRECSÁNYI, Tamás. Esboços de História Econômica da Ciência e da Tecnologia. In: SOARES, Luiz Carlos (Org.) **Da Revolução Científica à Big (Business) Science**. São Paulo: Hucitec / Niterói: EdUFF, 2001. p. 155-200.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 264 p.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.

Fontes Institucionais

CENTRO-OESTE. **Boletim Informativo da SUDECO**, ano 1, n. 5, janeiro, 1979.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE. **Ações da SUDECO em Goiás – uma análise sócio-econômica e política**. Brasília: SUDECO, 1982.

Fontes Primárias

Acervo da Fundação Brasil Central. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal.

Acervo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Arquivo Nacional
– Coordenação Regional no Distrito Federal.